

19 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

REGALIA

TJ propõe auxílio
moradia a magistrados

TJ quer auxílio moradia para magistrados

Anteprojeto de lei também prevê
'ajuda de custo' para despesas
com transporte e mudança, em
comarcas onde não exista
residência oficial 'condigna'

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Um anteprojeto de lei encaminhado ontem à Assembleia Legislativa (AL) do Paraná pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Estado inclui o auxílio moradia no rol de vantagens oferecidas aos magistrados. A proposta foi aprovada em sessão ordinária do Órgão Especial no dia 25 de novembro. Com o recesso do legislativo, porém, deve ser votada na AL somente a partir de fevereiro de 2014.

A matéria altera a redação do artigo 82 do Código de Organização e Divisão Judiciárias (CDJ), instituído pela Lei Estadual 14.277/2003. Com a mudança, os juízes e desembargadores passam a ter direito a receber também "ajuda de custo" para despesas com transporte e mudança, em comarcas onde não exista residência oficial "condigna". Ficam incluídos, ainda, diárias, 13º salário e gratificações de férias, direção de Fórum e por



Na justificativa do projeto, o presidente do TJ, Guilherme Luiz Gomes, diz que mudanças não implicam "em aumento de despesas"

tempo de serviço. O pagamento dependerá de posterior regulamentação, a ser editada pelo próprio tribunal.

De acordo com a justificativa do TJ, a medida busca a "simetria entre o Poder Judiciário e o Ministério Público (MP)", cujos servidores já estariam recebendo tais vantagens. O projeto não traz a declaração de adequação orçamentária, pois, segundo o presidente do tribunal, Guilherme Luiz Gomes, "não implica em aumento de despesas".

O presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), disse que decidiu não incluir o projeto na pauta da sessão de ontem, a última de 2013, para que os parlamentares tenham mais tempo de analisar o conteúdo. "Pedi que o ofício fosse lido somente para que os senhores deputados saibam da existência da matéria. Mas não tínhamos condições de votar no afogadilho", afirmou.

CONTINUA

19 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Funrejus e Funseg

Os parlamentares paranaenses aprovaram ontem, já em redação final, quatro propostas de autoria do Poder Judiciário. Entre elas estavam a 638/2012, que altera a forma de recolhimento do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). A matéria mantém as taxas em 0,2%, mas aumenta o teto relativo ao pagamento, dos atuais R\$ 817,90 para R\$ 1.822,88. O Funrejus é cobrado mediante transações de imóveis e nos atos praticados pelos cartórios e tabelionatos.

Os projetos 609/2013, que reajusta as custas cobradas pelos cartórios em 11,45%; 118/2013, instituindo o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg); e 764/2013, que cria seis cargos de juiz de direito substituto na comarca da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), também já serão enviados para sanção ou veto do governador Beto Richa (PSDB).

19 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Eliana Calmon na política

Na véspera de formalizar a sua filiação ao PSB para disputar o Senado pela Bahia, a ex-corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon participou ontem, em Salvador, de um ato simbólico de filiação à Rede Sustentabilidade. Idealizada pela ex-senadora Marina Silva, a Rede Sustentabilidade se uniu ao PSB em outubro após ter seu registro negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O evento tem como objetivo marcar a posição da ex-ministra do STJ, cuja aposentadoria foi oficializada ontem, e sinalizar que ela construirá seu caminho político ao lado de Marina. Hoje, Eliana vai se filiar oficialmente ao PSB, em outro ato marcado em Salvador.

20 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

SESP X GAECO

Liminar garante

Cid Vasques no cargo

Com liminar, Vasques segue à frente da Sesp

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - Um dia após ter seu pedido de renovação de licença negado pelo Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) para continuar no cargo de secretário de Segurança Pública, Cid Vasques obteve uma liminar que garante sua permanência à frente da pasta. No início da noite de quarta-feira, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) deferiu o pedido que foi impetrado por sua defesa.

Vasques teria que deixar o cargo no governo estadual até o dia 31 de dezembro, ou sofreria sanções administrativas por parte do MPPR. No entanto, a decisão do Poder Judiciário prevê que ele continue na Sesp até que o recurso administrativo por ele interposto junto ao Colégio de Procuradores seja julgado. O Colégio de Procuradores é a instância recursal que analisa as decisões do CSMP. O pedido da defesa de Cid Vasques foi analisado e concedido pelo desembargador José Augusto Aniceto Gomes.

De acordo com o advogado do secretário, Rodrigo Xavier Leonardo, o relator do TJPR reconheceu que existe uma perseguição do Ministério Público contra Cid Vasques. "Pela terceira vez impetramos um man-

dado de segurança neste caso, demonstrando os abusos que vêm sendo feitos pelo MP. Por mais de uma vez meu cliente não teve direito amplo à defesa", disse.

O Ministério Público informou, por meio de assessoria, que a liminar concedida pelo TJPR apenas posterga a decisão tomada pelo CSMP até que ela seja analisada pelo Colégio dos Procuradores. O órgão vai definir se confirma ou revoga o resultado da votação realizada na última terça-feira.

Imbróglia

O procurador não teve seu pedido de licença renovado pelo CSMP. Na sessão foram oito votos contrários e apenas um favorável. O pedido de renovação da licença, que deve ser realizado todo ano, foi feito pelo governador Beto Richa (PSDB).

A queda de braço entre Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) e Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), órgão do MPPR, começou em agosto deste ano, logo após ser anunciada a implantação de um sistema de rodízio de policiais. Desde então uma guerra de liminares e até reclamações ao Conselho Nacional de Justiça (CNU) foi protagonizada por ambas as partes.

21 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Recurso de Cid Vasques será julgado após o Natal

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A sessão extraordinária do órgão especial do Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) do Ministério Público do Paraná (MPPR) analisa na próxima quinta-feira o recurso administrativo impetrado pelo procurador de Justiça e atual secretário estadual de Segurança Pública, Cid Vasques.

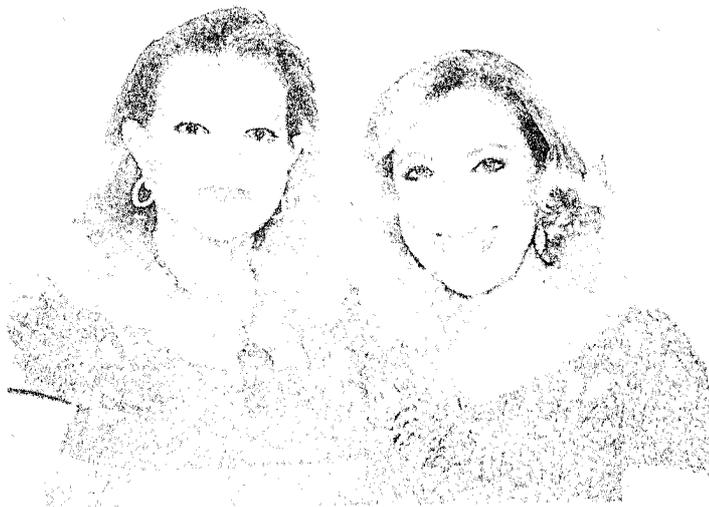
Ele solicita que a decisão da última terça-feira do Conselho Superior do MP (CSMP) de não renovar sua licença para seguir à frente da pasta seja revista pelo CPJ. O pedido de renovação da licença, que deve ser realizado todo ano, foi feito pelo governador Beto Richa (PSDB). Com o voto contrário de oito procuradores do CSMP, Vasques teria que deixar o cargo no governo estadual até o dia 31, ou sofreria sanções administrativas por parte do MPPR.

Um dia depois da sessão do Conselho, entretanto, a defesa do secretário entrou com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), e o desembargador José Augusto Aniceto Gomes concedeu liminar favorável a Cid Vasques. O órgão especial do Colégio de Procuradores é a instância recursal que analisa as decisões do CSMP e é composto por 32 procuradores de Justiça.

21 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Oswaldo Militão



Grandes amigas, as irmãs Elizabeth Kather, juíza e presidente do Tribunal do Juri de Londrina, e a dinâmica advogada Rosângela Kather, estão sempre presentes a importantes eventos na cidade. Aqui, as duas em recente promoção do Rotary Clube de Londrina.

22 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Congresso não pode anular ato do STF, diz ministro

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Marco Aurélio, advertiu que o Congresso não tem poder de cassar ato jurisdicional. Ele se referiu a ameaça do presidente da Câmara, deputado Henrique Alves, de anular decisão do Supremo Tribunal Federal por meio de um decreto legislativo, caso os ministros confirmem a tendência de proibir doações financeiras de empresas privadas para campanhas políticas.

Lição de Direito

Marco Aurélio explicou que a decisão do TSE redefinindo o número de deputados, derrubada por decreto legislativo, era um ato administrativo.

Torre de Babel

O presidente do TSE não crê em crise entre os poderes: "A não ser que vingue a Babel, e aí veremos o estágio democrático em que estamos".

Papel do Supremo

Marco Aurélio chama de "arroubo de retórica" as críticas de Henrique Alves: "O STF cumpre seu dever de guardião da Constituição".

Quem legisla

Além de Henrique Alves, Renan Calheiros criticou o STF e também o TSE, reclamando da "usurpação" do papel legislativo do Congresso.

24 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

TJ libera uso de taxas do Detran

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - A bancada de oposição ao governador Beto Richa (PSDB) na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná informou que aguarda a publicação do acórdão com a decisão final do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado sobre o chamado "tarifaço" do Departamento Estadual de Trânsito (Detran/PR) para entrar com recurso, o que só deve acontecer em 2014.

Na semana passada, o Órgão Especial do TJ cassou a liminar que proibia o Estado de destinar parte das taxas da autarquia ao Fundo de Segurança Pública (Funesp) e ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER). A maioria dos desembargadores seguiu o voto do relator do processo, Miguel Pessoa Filho, cuja alegação é de que os serviços são interligados às atividades do Detran. A estimativa é que, com isso, aproximadamente R\$ 350 milhões anuais sejam redirecionados às rodovias paranaenses e ao combate à criminalidade.

Pelo mesmo raciocínio, de relação direta, o TJ vetou o repasse de 10% ao Instituto de Assistência ao Menor Infrator. O Judiciário manteve, ainda, a proibição do Estado de realocar verbas do Detran para qualquer outro fim por meio de decreto. Apenas os magistrados Regina Portes e Antonio Martelozzo votaram pela inconstitucionalidade total da lei.

No entanto, os desembargadores ainda não se posicionaram sobre o aumento de 271% aprovado em 2011 pela AL. As questões são alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelos parlamentares Elton Welter (PT), Luciana Rafagnin (PT), Professor Lemos (PT), Péricles de Mello (PT), Tadeu Veneri (PT), Anibelli Neto (PMDB) e Toninho Wandscheer (PT). Na ADI, eles dizem considerar o "tarifaço" abusivo e contrário aos princípios da moralidade, proporcionalidade e modicidade da tarifa. Já a justificativa do governo é que o valor dos serviços estava congelado desde 1994. Beto Richa também afirmou, na época, que a destinação dos recursos ao Funesp seria fundamental para aprimorar as ações na área de segurança.

Sancionado em novembro, o reajuste foi suspenso em fevereiro do ano seguinte, por meio de uma liminar. "A Justiça é morosa. A gente aprova tudo do Judiciário aqui na Assembleia e há matérias de relevância enorme, de interesse dos paranaenses, que eles ficam protelando, sem chegar a uma decisão", criticou Welter. O petista, que é líder da oposição, espera que o tribunal chegue a uma conclusão antes do término do mandato do governador, em 2014. O TJ informou que não há previsão de data para o julgamento.

TAXAS DO DETRAN

Entenda o caso

31/10/2011

- Beto Richa encaminha à Assembleia Legislativa um projeto propondo o reajuste de até 500% nas taxas do Detran.

08/11/2011

- AL aprova "tarifaço", mas com emendas diminuindo o reajuste para até 271%.

10/11/2011

- Governador sanciona a lei.

24/11/2011

- Deputados da oposição entram com ADI pedindo suspensão do "tarifaço" e da destinação das verbas ao Funesp e ao DER.

09/2/2012

- Novas taxas entram em vigor, no entanto, são suspensas cinco dias depois, por meio de uma liminar.

16/12/2013

- Órgão Especial do TJ autoriza a destinação de recursos do Detran para o Funesp e para o DER. Porém, desembargadores ainda não chegam a uma conclusão sobre o aumento das taxas.

18/12/2013

- Bancada de oposição avisa que deve recorrer da decisão, mas, para isso, aguarda publicação de acórdão sobre "tarifaço"

24 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Repeteco

O braço de ferro entre o Ministério Público (não apenas o Gaeco, conforme sugere o governo) e a Secretaria de Segurança prossegue no mesmo script: Cid Vasques pede medida de sustentação ao TJ que por sua vez procrastina o caso com vários desembargadores pedindo vistas no processo. O relevante é o fato de o Conselho Superior do MP, por ampla maioria de votos (apenas um deles teria beneficiado a manutenção da licença), ter apoiado a reivindicação do Gaeco, reveladora de unidade de propósitos da corporação.

Além do pleito ainda sub judice no Judiciário há outro recurso, este no âmbito do MP, contra a decisão no Órgão Especial que tem 32 integrantes, um quórum, portanto, mais diluído e que terá como relator do processo o conselheiro Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca em sessão dessa quinta-feira, 26, no auditório na PGJ, a partir das 13h30.

Para o governador é a última batalha do ano e se articular-se, como deveria, com a comunidade interessada, superaria o entrave, deixando porém a seqüela: o Gaeco inconformado e mais disposto a investidas contra a corrupção, que é bem generosa como prática habitual, mas destituído de quadros por não concordar com o rodízio imposto.

Folclore

No Paraná, só decisões externas (Justiça e Polícia Federal, Tribunal de Contas da União, STF e STJ mais CNJ) abalam as instituições locais, como é exemplo o caso recente de Clayton Camargo. Se a decisão do Colégio de Procuradores favorecer o governo no conflito entre o MP e a Segurança, estará bloqueado o único órgão de resistência interna.

24 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Um avanço na defesa de acusados

Projeto de lei prevê a presença de advogado ou defensor público durante todo o processo de investigação criminal

Silvana Leão

Reportagem Local

Londrina - As investigações do caso Tayná, um dos crimes de maior repercussão no País em 2013, poderiam ter se desenrolado de outra forma se já estivesse em vigor uma lei que estabeleça a obrigatoriedade da presença de um advogado durante todas as fases do inquérito policial. A proposta é objeto do projeto de lei (PL) 6.705/2013, do deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), que altera lei anterior, 8.906/1994. Atualmente o projeto aguarda despacho do presidente da Câmara dos Deputados, mas já é comemorado por entidades ouvidas pela FOLHA, que o consideram um avanço no que diz respeito à ampla defesa dos acusados.

Para entender por que o projeto é classificado como vital para a garantia de direitos, basta lembrar que durante as investigações das circunstâncias da morte da adolescente Tayná Adriane da Silva, de Colombo (Região Metropolitana de Curitiba), em junho, foram presos, dois dias depois do crime, quatro suspeitos que teriam sido torturados para confessar o estupro e assassinato da garota de 14 anos. Posteriormente, ficou provado que o sêmen encontrado nas roupas da vítima

Alteração na lei obrigará maior investimento nas defensorias públicas

não era de nenhum deles. Para o corregedor da Defensoria Pública do Paraná, Sérgio Parigot de Souza, a ocorrência deste tipo de problema diminuirá sensivelmente com a entrada em vigor de uma lei que garanta o mínimo do exercício do contraditório.

“Esta é uma inovação importante porque assegura um direito fundamental aos acusados, que é a ampla defesa na fase pré-processual. Embora a Constituição já preveja um sistema acusatório pleno (onde existe a separação entre as funções de acusar, defender e julgar, que são conferidas a personagens distintos, e onde o réu passa a ser visto como sujeito de direitos e não apenas como objeto do processo), ainda temos um sistema inquisitorial (aquele concentrado na figura de uma única autoridade, que tem as funções de acusar, defender e julgar; não há contraditório ou ampla defesa). Há provas que são produzidas em determinadas fases do processo que são irrepetíveis em outro momento e não poderão ser questionadas lá na

frente. Daí a importância da presença do advogado também nas fases iniciais”, defende o corregedor.

Souza esclarece que hoje o defensor público não atua na fase pré-processual, onde medidas importantes podem ser tomadas contra o réu, como aquelas contra a liberdade, sequestro de bens e escuta telefônica, entre outras. Com a nova lei, acredita o corregedor, o acusado terá suas garantias de fato respeitadas, sob pena de sanção, o que resultará em paridade entre acusação e defesa desde a fase de inquérito policial. “Isto é um avanço”, resume.

CONTINUA

24 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Sérgio Parigot de Souza argumenta ainda que a deficiência na defesa dos acusados é um dos fatores responsáveis pelo alto nível de encarceramento hoje no País. "Estudos mostram que quase 90% das provas produzidas em inquéritos resultam em condenação. Este quadro deve ser mudado", defende, lembrando que a maioria dos autos de prisão em flagrante envolve a camada pobre da população, que é aquela mais sujeita à punição, justamente pela deficiência na defesa. Para o corregedor, a alteração na lei obrigará um maior investimento nas defensorias públicas, que atuarão em todas as etapas da investigação. Ele lembra que 80 novos defensores já foram empossados no Paraná e devem ser designados para atuar nas principais cidades ainda este mês.

O diretor de Prerrogativas da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Carlos Eduardo Sobral, também comemora a iniciativa. Ele argumenta que a investigação criminal tem por objetivo a descoberta da verdade e o advogado pode colaborar com a autoridade policial no sentido de reunir todas as informações que possam ou não levar à responsabilidade do suspeito. Segundo Sobral, o projeto de lei colabora positivamente na apuração dos fatos, por isso

tem o apoio da ADPF. "É um caminho importante, que vem ao encontro da promoção de direitos", afirma o delegado.

Claudio Marques Rolin e Silva, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná (Sidepol), lembra que muitas vezes o delegado se vê obrigado a tomar decisões sozinho. Poder dividir a responsabilidade, segundo ele, é um ponto a mais para evitar que a polícia judiciária cometa erros. "Saudamos este projeto, que é importante principalmente para os mais indefesos e pode colaborar para evitar os encarceramentos desnecessários."

Menos equívocos

Na mesma linha segue o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtao Coêlho. Para ele, a lei, se passar a vigorar, significará que o cidadão não terá seus direitos vilipendiados, não sofrerá perseguição, e terá a oportunidade de apresentar a sua versão dos fatos e as suas provas, contribuindo para que não haja equívocos nas conclusões do inquérito, nem denúncias infundadas. "A presença do advogado é importante tanto para proteger o direito do investigado quanto para dar mais segurança e qualidade às investigações", resume.

Segundo Coêlho, as defensorias públicas, insuficientes hoje no País, devem ser ampliadas, estruturadas e capacitadas para dar cobertura a todos que necessitam do direito de defesa e do contraditório, ainda que mínimo, no âmbito do inquérito policial.

25 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Permanência de Vasques na Sesp será decidida amanhã

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A permanência de Cid Marcus Vasques à frente da Secretaria Estadual de Segurança (Sesp), será decidida amanhã, na sessão extraordinária do órgão especial do Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) do Ministério Público do Paraná (MPPR). O órgão vai analisar o recurso administrativo impetrado pelo procurador de Justiça e atual secretário de Segurança Pública.

Ele solicita que a decisão do Conselho Superior do MP (CSMP), de não renovar sua licença para seguir no cargo do governo estadual, seja revista pelo CPJ. O pedido de renovação da licença, que deve ser realizado todo ano, foi feito pelo governador Beto Richa. Com o voto contrário de oito procuradores do CSMP, Vasques teria que deixar o cargo no governo estadual até o dia 31, ou sofreria sanções administrativas por parte do MPPR.

Entretanto, um dia depois da sessão do Conselho, a defesa do secretário entrou com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), e o desembargador José Augusto Aniceto Gomes concedeu liminar favorável a Cid.

Em nota oficial divulgada no início da semana, Cid Vasques questionou as afirmações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do MPPR, de que o rodízio de policiais implantado pela Sesp estaria acarretando prejuízos ao órgão. Em agosto deste ano, após a medida ter sido anunciada, o Gaeco solicitou que o Conselho do MPPR revogasse a autorização concedida ao procurador para atuar como secretário. Desde então uma guerra de liminares e até reclamações ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi protagonizada por ambas as partes.

25 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Defensoria Pública

ainda não saiu do

papel em Londrina

Imóvel onde vai funcionar a sede segue fechado e assessores ainda não foram nomeados

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – Após mais de dois meses da nomeação oficial e da realização do curso de formação, os novos defensores públicos do Paraná ainda não começaram a atender a população no interior do Estado. Em Londrina, o imóvel alugado para abrigar a Defensoria, na Rua Brasil, no centro, ainda recebe pequenos ajustes e continua fechado.

Dos 87 defensores nomeados pelo governador Beto Richa (PSDB) no dia 16 de agosto, quatro foram designados para trabalhar em Londrina. Entre o final de novembro e o dia 6 de dezembro, os novos defensores fizeram um curso de formação em Curitiba. A previsão inicial da Defensoria Pública do Estado era de que os profissionais estariam trabalhando a partir de 9 de dezembro.

Mas na prática a realidade é outra. O governo ainda não nomeou os servidores que irão trabalhar como assessores jurídicos, psicólogos e assistentes sociais. Sem esses profissionais, o dia a dia dos defensores se torna inviável. Os servidores têm até sexta-feira para entregar os

exames médicos e somente após isso é que serão nomeados. A previsão é que as nomeações aconteçam em janeiro.

Os quatro defensores designados para Londrina realizam apenas mutirões administrativos e visitas ao Fórum, juízes, penitenciárias e delegacias. "Estamos conhecendo a realidade, mas sem um local não tem como atender a população. A nossa situação é bem precária em termos de atendimento", afirma um dos defensores públicos de Londrina, que preferiu não se identificar.

Ainda segundo o defensor, sem os assessores é impossível iniciar o atendimento. "Na Vara da Infância e Juventude têm audiências todos os dias. Como vamos estar lá sem nenhum funcionário sequer para ficar na recepção da sede, atender um telefone?", questiona.

O presidente da OAB-Londrina, Artur Piancastelli, lamenta a demora no início do atendimento à população e a redução do número de defensores públicos designados para a cidade. "Eles vão trabalhar sobrecarregados, não vão dar conta da demanda e, infelizmente, terão que selecionar os casos mais

graves", frisa Piancastelli. A previsão inicial era de que a cidade receberia sete defensores.

Segundo o corregedor geral da Defensoria Pública do Paraná, Sergio Parigot de Souza, a sede da Defensoria em Londrina precisa ainda de reparos na parte elétrica para a instalação de linhas telefônicas e internet. "Pedimos prioridade e acreditamos que em até 60 dias o local esteja pronto para abrir. Todos os móveis e equipamentos já foram adquiridos", garante.

Souza explica que a diminuição do número de defensores não é uma exclusividade de Londrina e se tornou necessária pelo número reduzido de profissionais que realmente assumiram as vagas. "Dos 95 que passaram no concurso, 87 foram nomeados, mas apenas 78 assumiram as vagas. Com um déficit de 17 defensores tivemos que fazer uma reorganização na distribuição aos municípios", relata o corregedor. "Mas já estamos trabalhando em um novo concurso para, no mínimo, mais 100 vagas e esperamos que este processo possa ser concluído em até oito meses, e com isso poderemos atender melhor."

25 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

*"Temos maçãs podres que temos
que extirpar do Judiciário"*

Ministro **Francisco Falcão** (STJ), corregedor
do Conselho Nacional de Justiça

27 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

LICENÇA NEGADA

Órgão especial

do MP ratifica

decisão contra

Cid Vasques

Órgão especial do MP não renova licença de Vasques

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - O Ministério Público do Paraná (MPPR) manteve ontem, durante sessão extraordinária do órgão especial do Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ), a decisão de não renovar a licença do procurador de Justiça Cid Vasques para seguir à frente da Secretaria de Segurança Pública (Sesp). No MPPR esta era a última instância para ele tentar manter a licença. A votação de ontem ratifica a decisão anteriormente tomada pelo Conselho Superior do MP (CSMP).

No último dia 17, por oito votos a um, foi indeferido o pedido de renovação feito pelo governador Beto Richa. Entretanto, a defesa de Cid Vasques entrou com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), e o desembargador José Augusto Aniceto Gomes concedeu liminar favorável ao secretário. A decisão previa que o

CPJ analisasse o recurso administrativo de Vasques e revisse o posicionamento adotado pelo Conselho.

Dos 32 procuradores que compõem o órgão especial do CPJ, 22 compareceram à sessão extraordinária de ontem. Deste total, 16 se manifestaram contrários à renovação da licença e apenas dois foram favoráveis. Os outros quatro procuradores fazem parte do CSMP e, por isso, ficaram impedidos de participar da votação. Dez se ausentaram.

Segundo o advogado Rodrigo Xavier Leonardo, a decisão de ontem, entretanto, não interfere em nada na permanência de Vasques na Sesp, porque o TJPR já havia concedido uma liminar que protege o atual secretário. De acordo com ele, no momento a defesa aguarda uma intimação sobre a decisão do CPJ, "para interpor os próximos recursos, certos de que em esfera nacional o resultado a ser obtido será vitorioso".

27 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Golpe na tradição

A decisão do Conselho Superior do Ministério Público, ratificada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, cassando a licença de Cid Vasques por 16 votos a dois para que continuasse na Segurança, é prova de que a modernidade (o Brasil pós mensalão) vigora no Paraná. Até um comandante da PM, que foi contra o rodízio no Gaeco e por isso caiu, é prova de que quem conspirava era o governo no empenho em tudo manter sob férreo controle. O MP sai agigantado com a defesa de sua autonomia, conquistada arduamente na Carta de 1988 e aqui gravemente ameaçada nesse episódio lamentável.

Chance de redenção

Embora fechando as contas do funcionalismo estadual com a folha de dezembro, ficou visível o descontrole dos dispêndios e isso expresso no fato de apesar dos 17% de alta na arrecadação a máquina gastou mais do que podia. Agora há vários secretários que deixam as pastas para suas campanhas de reeleição na Assembleia e Câmara Federal, oportunidade excepcional para uma lipoaspiração no sistema e a redução significativa do número de secretarias.

Mas para um governo que pensa mais em reeleger-se do que em realizar algo de marcante é hipótese remota, já que os espaços referidos serão ocupados por pessoas destinadas ao cumprimento da missão obsessiva. Políticos não entenderiam uma atitude que foge ao posicionamento clássico, mas não seria preciso muita doutrina para justificá-lo e abrir até perspectiva de maiores investimentos com a economia obtida.

Esse não é o estilo e a marca do governo: seu senso de redenção é outro como o de premiar uma vez mais o Ezequias Moreira, aquele que drenava a grana da sogra fantasma do Legislativo estadual, ao designá-lo para acumular com as funções secretariais a de conselheiro da Sanepar. E com um detalhe: aprovado por unanimidade para a função. Isso é a cara do governo, seu senso moral, sua perspectiva de redenção.

Analogia

O ex-vereador de Curitiba Juliano Borghetti, ao ver-se flagrado na torcida do Atlético na batalha de Joinville com o Vasco, para não criar constrangimentos a Beto Richa, tomou a atitude, digníssima, de renunciar ao posto de Superintendente da Ecoparaná. Não está claro que tenha participação ativa nas agressões, mas como figurava no tumulto, acabou indiciado e está em cana, uma vez que o habeas corpus em favor dos acusados não foi acolhido na justiça catarinense.

Já o Ezequias, apanhado com a mão no jarro, festeja a passagem do ano com mais uma prova do seu prestígio no governo. Se tivesse pedido demissão, dos cargos em comissão, à época da descoberta do fato, nada aconteceria porque na perspectiva teológica do governador: pune-se o pecado, não o pecador, a não ser quando este pede demissão e ela é aceita. Em qualquer caso a decisão seria dele como se tentará ainda no da permanência do Cid Vasques, ainda que com um atrito aberto com o Ministério Público.

Autoritarismo

Não se deve confundir autoridade com autoritarismo, pois inexistente liberdade sem o polo correspondente e dialético da autoridade. Um comandante PM caiu porque discordava do rodízio no Gaeco, fato revelado ontem na sessão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. E a absolvição política apoiada com premiação do Ezequias Moreira é, além disso, prevaricação.

Computador da Sesp é furtado

Curitiba - Um computador foi furtado na madrugada de ontem do prédio da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp), no bairro Centro Cívico, em Curitiba. O autor do furto forçou uma janela, entrou no prédio e conseguiu levar a máquina e um monitor que estavam em uma das salas do setor administrativo no térreo. No mesmo local também funcionam a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a Paraná Turismo. Segundo a Sesp, no computador levado não havia nenhuma informação sigilosa. Até o final da tarde de ontem, nenhum suspeito ainda havia sido encontrado. **(Reportagem Local)**

27 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA 'SOGRA FANTASMA'

Ezequias vai acumular cargo
de conselheiro na Sanepar

Ezequias vai acumular cargo de conselheiro na Sanepar

Atual secretário especial já
foi condenado por improbidade
administrativa no caso conhecido
como "sogra fantasma"

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O secretário especial do Cerimonial e Relações Internacionais do governo do Paraná, Ezequias Moreira Rodrigues, pivô do escândalo conhecido como "sogra fantasma" na Assembleia Legislativa (AL), é o novo conselheiro administrativo da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). A nomeação ocorreu no dia 18 de dezembro, no entanto, foi informada apenas ontem, por meio de anúncio publicado em jornais impressos. Ele deve acumular as funções e os salários.

Indicado pela procuradora-geral em exercício, Marisa Zandonai, e eleito por unanimidade entre os nove titulares do colegiado, Ezequias ocupará o lugar de Luiz Antonio Leprevost, que apresentou por escri-

to sua renúncia ao cargo. O novo membro do Conselho de Administração (CAD) ficará no posto até o dia 28 de abril de 2014, data em que se encerraria o mandato do antecessor.

Conforme o Estatuto Social da Sanepar, o CAD é responsável por determinar as diretrizes e orientação geral para os negócios, além de formular e expressar as políticas da companhia. No informe, a estatal não especifica qual será a remuneração de Ezequias. Procurada pela FOLHA, a empresa argumentou que, como opera em regime de concorrência, prefere não fornecer esse tipo de informação, para não "gerar judicializações ou conflitar (com) o interesse de sócios minoritários". Conforme o Portal da Transparência, no governo do Estado ele recebe R\$ 3.928,30 (salário de novembro).

Já a assessoria de imprensa do Palácio Iguazu disse, por meio de nota, que a nomeação de Ezequias Moreira é "uma substituição natural" de Leprevost, que assumiu a função de diretor-adjunto da Copel Renováveis. De acordo com o Executivo, como já atuou na Sanepar, o novo conselheiro tem "as condições necessárias" para o cargo.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

27 DEZ 2013

Caso

Em agosto de 2007, uma notícia crime protocolada junto ao Ministério Público (MP) do Estado apontou que a sogra de Ezequias, na época chefe de gabinete do então prefeito de Curitiba Beto Richa (PSDB), hoje governador, recebeu salários da AL, mesmo sem trabalhar, durante 11 anos. Segundo o MP, Ezequias usava Verônica Durau como "laranja" e recebia em sua conta bancária R\$ 3,4 mil mensais. Ele foi condenado por ato de improbidade administrativa, na esfera cível, e ainda responde na esfera penal pelo crime de peculato (desvio de dinheiro público).

Na época, a própria Verônica admitiu que jamais trabalhou no Legislativo. Depois que o caso veio à tona, o ex-chefe de gabinete foi exonerado e devolveu espontaneamente pouco mais de R\$ 530 mil aos cofres públicos, correspondentes aos salários pagos à sogra, mais juros e correção.

Em 2011, logo quando Beto Richa assumiu o governo do Estado, Ezequias foi nomeado diretor de relações com investidores da Sanepar, cargo que deixou em junho deste ano, quando assumiu o comando da secretaria especial. Como a função no governo tem foro privilegiado, o processo acabou remetido ao Tribunal de Justiça (TJ), que ainda não chegou a uma decisão final. Caso a condenação seja à pena mínima (dois anos), o crime já estaria prescrito desde 2011.

27 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Mudanças no Código Penal

6

*Assim como o Código Penal
precisa de uma revisão,
talvez seja necessário o
mesmo para o Estatuto da
Criança e do Adolescente*

Todas as vezes que um crime de grande repercussão acontece, a discussão sobre alterações no Código Penal reacende. Nesta edição, a FOLHA lembra quatro crimes ocorridos durante este ano que chocaram os londrinenses: os homicídios de dois empresários – um proprietário de um posto de combustíveis do Distrito de Guaravera e o outro do Depósito São Marcos; a morte da líder do movimento negro Yá Mukumby e de outras três mulheres, incluindo uma criança; e o latrocínio no Mercado Municipal da Vila Casoni.

São casos emblemáticos registrados na cidade, mas importante acrescentar que toda vida perdida tem o mesmo peso e, portanto, todo o processo deve que ser encaminhado da forma que ocorra punição e que toda pena sentenciada seja justa. No entanto, chamam atenção nos casos relacionados o envolvimento de menores de idade. Nos dois primeiros crimes a participação foi ativa, seja pela autoria dos disparos que mataram o empresário ou pelo planejamento do assalto que resultou na morte do outro.

Assim como o Código Penal precisa de uma revisão, já em discussão no Senado, talvez seja necessário o mesmo para o Estatuto

da Criança e do Adolescente. A maturidade e o comportamento de crianças e adolescentes mudaram, isso é inegável e ajustes se fazem necessários na legislação.

No entanto, a sociedade

precisa pressionar para exigir que essas mudanças sejam implementadas rapidamente. No caso do Código Penal, a proposta foi elaborada por juristas e tramita no Senado há um ano e meio. Entre mais de 600 emendas, os pontos mais polêmicos ficaram de fora. Não seria necessário agilizar essa reforma?

No caso de crimes hediondos – o exemplo dos quatro crimes citados pela reportagem – o projeto endurece a progressão de penas. Atualmente, o condenado pode evoluir de regime após o cumprimento de 1/6 da pena. Pelo texto, só passará a ter esse direito após o cumprimento de 1/4 da pena no regime inicial determinado. O regime é fechado nos casos de condenações superiores a oito anos.

Progressão de pena, indulto e "saidão" de Natal, penas máximas restritas a 40 anos são alguns dos itens que precisam de modificação até porque não têm efetividade. E para que ocorra qualquer mudança que dependa do Legislativo brasileiro é preciso que a sociedade pressione e faça valer a sua vontade.

28 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Compadrio dominante

Apesar da contundência da decisão que suspende a licença do procurador Cid Vasques para permanecer na Secretaria de Segurança por 16 votos a dois no Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, o governo se mostra tranquilo, acreditando na eficácia das medidas adotadas junto ao TJ, segundo as quais tudo permanecerá na mesma até que se esgotem os recursos da etapa administrativa e judicial.

A guerra de braços não terminou, pouco importando ao governador a gravidade da questão na perspectiva institucional, já que o Ministério Público é órgão interativo junto à Segurança na rotina processual. O governador quer resolver esse caso da mesma forma como enfrentou a improbidade do seu homem de confiança, Ezequias Moreira: o predomínio de critérios e juízos de valor pessoais postos acima de qualquer codificação ética e processual daquelas que regulam a vida na sociedade civilizada.

Não tem muito o que esperar porque, a qualquer momento, haverá a decisão do CNJ e STJ sobre o exame de tráfico de influência na nomeação de Fabio Camargo para conselheiro do TC e aí dificilmente, outra vez sob o ponto de vista moral e ético, o governo estadual se sairá bem.

Segunda época

Cid Vasques não é bem visto na sua categoria, o Ministério Público: enquanto ele foi rejeitado pelo Conselho Superior e pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, Maria Teresa Uille Gomes teve apoio unânime para que continuasse na Secretaria de Justiça.

Ficha limpa

Prefeitura da Capital anuncia o sistema de ficha limpa que é lavrada com certidão de inexistência de impedimento afirmada pelo próprio interessado. Dois da gestão Richa, pelo menos, estariam impedidos de obtê-la: Cassio Taniguchi condenado, duas vezes, pelo STF, em duas sentenças de seis meses de prisão em cada uma delas, salvo pela prescrição, e o Ezequias, é claro.

28 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Oswaldo Militão

Juíza homenageada

Isabele Spafanuarkis Ferreira Noronha, agora juíza no Fórum Estadual de Londrina e também atendendo a Vara de Infância e Juventude em Ibiporã, coordenadora do projeto de ressocialização de presos, foi homenageada no Palácio Iguçu, onde recebeu, com inteira justiça, a Comenda Ordem do Pinheiro. Ela é juíza há oito anos no Paraná e veio para esta cidade há poucos meses. É paulista de São José do Rio Preto e já trabalhou nos fóruns de Pitanga, Quedas do Iguçu, Nova Londrina e Paranaíba. Homenagem merecida.

29 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

O normal é estranho

Para quem faz da anormalidade, típica das sociedades cartoriais na proteção aos seus quadros e interesses, o normal é que parece e soa como estranho e indevido. O normal deveria ser um caso como o do desembargador Clayton Camargo, ex-presidente do TJ, ser resolvido "interna corporis" e mais do que isso dentro do sistema estadual. Isso, no entanto, jamais se daria se não houvesse o CNJ e sua vigilância na função do exercício do controle externo do Judiciário. No Brasil, anterior ao mensalão, aquilo que tão profundamente marcou os nossos dias, seria olhado como "caixa dois", prática bem comum como se viu nas articulações eleitorais e pós-eleitorais de Collor de Melo e do seu homem chave, PC Farias, embarcado em queima de arquivo.

Assim o normal seria que tudo se metabolizasse no TJ. Aliás a tese dos juízes contrários ao controle externo era que tudo fosse precedido da atuação das corregedorias locais, descentralizadas. Se assim fosse, o controle inexistiria. Já tivemos, em condições excepcionais, a queda do presidente e vice-presidente do TJ, Alceste Macedo e José Pacheco, durante a ditadura por obra e graça de um desembargador aposentado, então na secretaria de Justiça, Lauro Fabrício de Melo Pinto. Alegações não eram dominadas por atos de nepotismo (presidente e vice se revezaram no poder para nomear parentes cartorários, o que era normalíssimo), mas por supostos abusos em mordomias.

Por sinal que um dos demandantes contra tais abusos era o desembargador Helianto Camargo, ex-presidente do TJ, cujo filho, Clayton, agora afastado. A praxe se transforma num "direito adquirido" sob forma clandestina e alternativa, já que o consuetudinário, que deriva do costume, também, e isso de maneira irônica, é fonte do Direito. O próprio combate ao nepotismo ainda é precário, por ser "multifacetado" como alega e com alguma razão o ministro Levandoski. Na verdade a condenação moral é que leva os agentes públicos a abandonar a sua prática com o receio das denúncias que caíam no CNJ dos abusos do parenteralismo, defeito com DNA do nosso patrimonialismo e dos rituais oligárquicos que negam a essência da república.

A ruptura

Com a decisão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, ratificando o entendimento do Conselho Superior, que cassa a licença de Cid Vasques para continuar como secretário de Segurança, o que é a mais absoluta normalidade, ainda que fugindo à prática da praça, afasta-se o véu negro bem parecido com o das articulações entre Caixa Único, acesso aos depósitos judiciais e também a escolha do ex-deputado Fábio Camargo para conselheiro do Tribunal de Contas, um suposto "pacote" de ajuste de interesses, hoje sob investigação tanto do CNJ como do STJ na presunção robusta de tráfico de influência.

Dir-se-á que esse encadeamento é presumido, mas a presunção é também fonte do direito diante das duas formas a "jure et jure", que se faz suficiente para a sanção como no caso da violência sexual contra menor ou ainda na forma de "juris tantum" que cai com a prova em contrário.

A simetria entre os três poderes, como tem sido a tradição do Paraná, raras vezes rompida, e dá para citar aqui a opereta bufa da greve dos magistrados no governo Requião, encampada pelo então Tribunal de Alçada e por juízes do primeiro grau e respaldada, equivocada e oportunisticamente, pela OAB-PR, que condenei num debate nacional na rede OM de televisão.

Atritos entre poderes, como têm ocorrido em nível nacional como no caso das prerrogativas do Congresso ante o ativismo do Judiciário, são normais e não uma quebra da impositiva cordialidade e da convivência para não dar o nome exato de compadrio e cupinichismo. Um certo nível de assimetria é saudável e abala um dos alicerces do centralismo.

FOLHA DE LONDRINA

Genoino tem prisão domiciliar prorrogada

Brasília - Condenado no julgamento do mensalão, o ex-deputado federal e ex-presidente do PT, José Genoino, teve a prisão domiciliar prorrogada até 19 de fevereiro de 2014, decidiu o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa. Genoino, no entanto, teve negado o pedido de transferência para São Paulo e deverá ficar em Brasília até nova avaliação médica.

Na decisão, o presidente do STF alega que a perícia médica feita em novembro por médicos do Hospital Universitário de Brasília (HUB) indicaram ausência de doença grave que impedisse o cumprimento da pena no regime semiaberto. Barbosa ressaltou que o estado de saúde de Genoino está melhorando e que a assistência médica é garantida aos internos do Complexo Prisional da Papuda, no Distrito Federal, onde estão presos a maioria dos condenados no mensalão.

Em relação à permanência de Genoino em Brasília, Barbosa argumentou que o próprio ex-deputado havia concordado, em 26 de novembro, em desistir dos pedidos de transferência para São Paulo. O presidente do STF destacou ainda que a jurisprudência (conjunto de decisões recentes) não permite que o preso escolha, por livre vontade e conveniência, onde cumprirá a pena.

O presidente do STF determinou ainda que a reavaliação médica do ex-deputado seja feita em Brasília e que Genoino arque com as despesas caso queira trazer um médico de São Paulo para fazer os exames.

29 DEZ 2013

29 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

10 mil fios de cabelo

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), encaminhou ofício à FAB (Força Aérea Brasileira) pedindo que seja calculado o valor a ser pago aos cofres públicos pelos gastos na "viagem oficial" feita a Recife (PE) onde ele passou por cirurgia para implante capilar. Renan viajou no dia 18 com avião da FAB para submeter-se a uma cirurgia para implantar 10 mil fios de cabelo. Na ocasião, a agenda oficial publicada no site do Senado não registrava compromissos do peemedebista na capital pernambucana. A resposta oficial ao ofício deve ocorrer amanhã. Nela, será oficializado o valor que deverá ser devolvido à União.

Reincidente

O decreto que regulamenta o uso de aviões da FAB por autoridades não prevê viagens para fins particulares. A norma permite o uso por questões de segurança e emergência médica, para segurança, e em deslocamentos para o local de residência permanente. Pelas regras, "o transporte de autoridades civis em desrespeito" ao decreto "configura infração administrativa grave, ficando o responsável sujeito às penalidades administrativas, civis e penais aplicáveis à espécie". Esta foi a segunda vez neste ano que Renan usa avião da FAB para fins particulares. Em junho, foi a Trancoso (BA) para o casamento da filha do colega Eduardo Braga (PMDB-AM). Ele reembolsou R\$ 32 mil à União após a viagem se tornar pública.

28 DEZ 2013

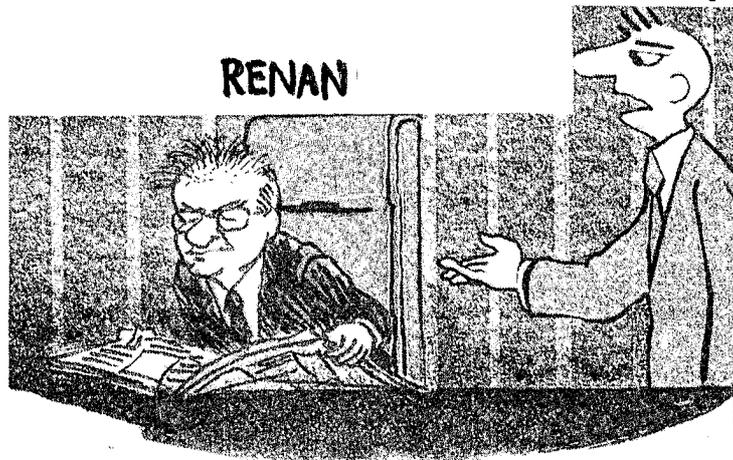
IMPLANTE



- Não ficou uma graça?

29 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA



- Ética. Não pensou em implantar isso também?

RENAN CALHEIROS FAZ IMPLANTE CAPILAR



O ESTADO DE S. PAULO

Não houve erro

27 DEZ 2013

absolutamente

nenhum. Era uma prática

RENAN CALHEIROS, presidente do Senado Federal, sobre o uso de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para fins particulares, em julho. Em dezembro ele seria apanhado usando o avião oficial para fazer um implante capilar

TJ quer criar auxílio-moradia para magistrados do Paraná 19 DEZ 2013

Projeto prevê auxílio-moradia aos juízes do PR

Projeto enviado à Assembleia pede a criação de benefício que, em outros tribunais, está suspenso pelo CNJ. Proposta só será votada em 2014

Euclides Lucas Garcia

Em projeto enviado à Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) pretende implantar auxílio-moradia aos magistrados do estado. A proposta, porém, surge em meio a uma série de decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suspendendo o pagamento do mesmo benefício em outros tribunais do país. Os deputados vão começar a discutir o tema somente em fevereiro, na volta do recesso parlamentar. O projeto é assinado pelo presidente do TJ, o desembargador Guilherme Luiz Gomes.

Num projeto de apenas três páginas, o TJ propõe que os magistrados possam receber auxílio-moradia, conforme decisão do Órgão Especial do último dia 25. A proposta, no entanto, não faz qualquer menção a valores ou a critérios para conceder o benefício. Menciona apenas que o pagamento dependerá de uma

regulamentação a ser editada posteriormente pelo próprio tribunal — portanto, sem necessidade de passar pela Assembleia.

Para implantar o auxílio-moradia, o TJ argumenta que está se adequando à Lei Orgânica da Magistratura Nacional, segundo a qual os magistrados poderão ter “ajuda de custo para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial”. Além disso, afirma que busca a simetria entre os poderes, pois a Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (MP), de 1999, também prevê o benefício — o MP informa que a vantagem não tem regulamentação e nunca foi paga.

O TJ ignora recentes decisões liminares do CNJ que determinaram a suspensão das resoluções que fixam o pagamento de auxílio-moradia de até R\$ 6 mil a magistrados de pelo menos cinco tribunais, incluindo o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. Nos despachos, o conselheiro Emmanoel Campelo argumenta que a questão está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o que “coloca em risco de prejuízo os próprios magistrados, que poderiam ser compelidos a devolver os valores pagos, caso venha a ser considerado indevido o pagamento de tal verba”. Segundo ele, o pagamento do benefício ainda não está pacificado e, por causa da indefinição sobre a viabilidade e a legalidade da vantagem, é temerária a sua manutenção.

Opiniões

O presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, Fernando Ganem, avalia o auxílio-moradia como algo positivo e justo para os magistrados. Para ele, se outros tribunais já recebem, é necessário que o benefício também seja pago no Paraná. Ele afirma ainda que os magistrados não recebem a reposição salarial da inflação desde 2008 e que o auxílio seria uma forma de compensar a defasagem.

Já o presidente da OAB-PR, Juliano Breda, disse não ter tido acesso ao projeto e que, por isso, não poderia comentá-lo em profundidade. Mas ele frisou que a OAB-PR defende que “servidores públicos ganhem bem para que tenham uma vida digna, para que se evite a criação de auxílios”. Breda afirmou também que seria preferível a discussão de um aumento na remuneração do que a criação de benefícios.

Colaborou Chico Marés.

“[O pagamento do auxílio-moradia] coloca em risco de prejuízo os próprios magistrados, que poderiam ser compelidos a devolver os valores pagos, caso venha a ser considerado indevido o pagamento de tal verba.”

Emmanoel Campelo, conselheiro do CNJ, lembrando que a criação do benefício é alvo de questionamentos no STF.

CONTINUA

19 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Guilherme Gomes, presidente do TJ: projeto não indica o custo.

RETALIAÇÕES

Rossoni defende votação secreta nos projetos do Tribunal de Justiça e do MP

O presidente da Assembleia, Valdir Rossoni, defendeu ontem que deveriam ser secretas as votações envolvendo projetos do Tribunal de Justiça (TJ) e do Ministério Público (MP) – isso não é permitido pela Constituição. Segundo ele, por falta de coragem e constrangimento, muitos deputados acabam votando a favor das propostas, diante do risco de sofrerem retaliações. Citando os projetos de reajuste das taxas de cartórios e da taxa do Funrejus (para reequipamento do Judiciário), ambas aprovadas nesta semana, o tucano disse que os parlamentares não podem simplesmente “se curvar à vontade” das mensagens do MP e do TJ que chegam à Casa. “A votação secreta é para dar um corretivo e mostrar que as questões têm de ser democráticas.” **(ELG)**

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO Assembleia cria fundo de segurança para juízes

19 DEZ 2013

Em três votações, a Assembleia aprovou ontem o projeto do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) que prevê a criação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg). O fundo financiará ações e compras de equipamento para reforçar a segurança dos membros do Judiciário. Agora, a proposta será enviada para sanção governamental.

Pelo projeto, os recursos do Funseg virão, entre outras fontes, de transferências do próprio Judiciário, de aplicações financeiras, de acordos com entidades de direito público ou privado e com instituições financeiras. Além disso, 0,2% da receita bruta dos cartórios extrajudiciais também será destinada ao Funseg. O projeto não traz estimativa de qual será o montante que comporá o fundo.

De acordo com o TJ, a criação do Funseg atende às determinações da Resolução 104, de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No documento, o CNJ fala sobre a necessidade de dar mais segurança aos magistrados, diante dos “casos de ameaças e atentados aos juízes que exercem as suas atribuições nas varas criminais, sem embargo da morte de alguns”. (ELG)

0,2%
DA RECEITA
BRUTA

dos cartórios extrajudiciais será destinada ao fundo, que também terá outras fontes de receita.

19 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Com saída de ministra, inquérito de Fabio Camargo muda de mãos

■ A aposentadoria da ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon, oficializada ontem, teve repercussão no andamento do inquerito que investiga suposta prática de tráfico de influência na eleição do ex-deputado estadual Fabio Camargo para o Tribunal de Contas do Paraná, em julho. Como Eliana era relatora do caso, o inquérito retornou para a coordenadoria de processos originários do STF. O caso deve ser redistribuído para outro ministro nos próximos dias. Os trabalhos da antiga relatora serão aproveitados. Nas últimas semanas, ela colheu depoimentos, em Brasília, de Camargo e dos deputados estaduais Plauto Miró (DEM) e Elton Welter (PT). Eliana deixa o cargo para disputar o Senado pela Bahia. Ontem, ela participou de um ato simbólico de filiação à Rede Sustentabilidade para sinalizar que construirá seu caminho político ao lado de Marina Silva. Hoje, Eliana vai se filiar oficialmente ao PSB.

19 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Vasques obtém liminar para ficar na Sesp JUSTIÇA

Liminar garante Cid Vasques na Secretaria de Segurança

O procurador de Justiça Cid Vasques conseguiu uma liminar ontem que garante sua permanência na Secretaria de Segurança Pública (SESP). Licenciado do Ministério Público do Paraná (MP-PR) para exercer a função de secretário do estado, Vasques teve a renovação da sua licença negada pelo Conselho Superior do MP na última terça-feira e teria de deixar o cargo no governo estadual até o próximo dia 31, ou sofreria sanções administrativas. Ontem, o procurador entrou com um pedido de liminar no Tribunal de Justiça, para que a decisão do Conselho Superior fosse revista. O pedido foi analisado pelo desembargador José Augusto Aniceto Gomes, que no mesmo dia concedeu a liminar permitindo que Vasques continue afastado do MP-PR em 2014 para exercer o papel de secretário até que sejam julgados os recursos administrativos em aberto.

19 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

PARANÁ

260 presos em carceragens são transferidos

¶ O Comitê para a Transferência de Presos, coordenado pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná (Seju), iniciou última na terça-feira os processos de transferência de 260 presos provisórios de delegacias de Curitiba, da Região Metropolitana e do Litoral do estado para a Casa de Custódia de Piraquara. As transferências ocorrerão até o próximo dia 27. Até ontem, a Casa recebeu 50 detentos. No início do mês, a Seju realizou a transferência de outros 157 presos de carceragens de Curitiba e região metropolitana para a CCP, o que soma 417 só em dezembro.

CURITIBA

Professor de informática é preso acusado de abusar de 15 alunas

¶ Foi preso em Curitiba, por volta das 7h30 de ontem, um professor de informática, de 50 anos, acusado de abusar sexualmente de 15 alunas com idades entre 10 e 13 anos. Os abusos supostamente ocorriam durante as aulas em uma escola municipal no bairro Abranches. O professor foi preso no Capão da Imbuia, enquanto se dirigia ao trabalho no Núcleo de Educação da região. O caso estava sendo investigado pelo Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes desde agosto.

NOTA POLÍTICA

Nova regra

Quem estiver fora de seu domicílio eleitoral na próxima eleição poderá votar para presidente nos municípios com mais de 200 mil habitantes e nas capitais. A regra foi aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Pinga-Logo

“Só o Congresso pode fazer as leis. É importante que o Supremo saiba disso e o TSE [Tribunal Superior Eleitoral] também.”

Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, sobre a discussão no Judiciário do financiamento de campanhas.



20 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

O aborto e o Código Penal

Comissão de senadores freou a tentativa de legalizar o aborto até a 12ª semana, como queriam os juristas que elaboraram o novo Código

A comissão especial de senadores que analisou o projeto de um novo Código Penal encerrou seus trabalhos no dia 17, após se debruçar por meses sobre o texto elaborado por uma comissão de juristas a pedido do ex-presidente do Senado José Sarney. O texto original, dominado pela ideologia do “politicamente correto”, se mostrava permeado por um profundo desprezo pela dignidade humana, motivo pelo qual a comissão resistiu às pressões (do próprio Sarney, inclusive) para que a tramitação fosse a mais veloz possível. O relatório final, do senador Pedro Taques (PDT-MT), traz diversas mudanças elogiáveis, das quais uma das mais importantes contempla a legislação sobre o aborto.

A primeira versão do novo Código Penal, elaborada pela comissão de juristas, previa um gravíssimo atentado à vida humana ao permitir o aborto nas primeiras 12 semanas de gestação “se por vontade da gestante (...), quando o médico ou psicólogo constatar que a mulher não apresenta condições psicológicas de arcar com a maternidade”, um conceito tão vago que, na prática, abriria as portas à livre prática da eliminação de seres humanos indefesos e inocentes, bastando um laudo que muitos médicos e psicólogos favoráveis à legalização do aborto concederiam de bom grado. O procurador Luiz Carlos Gonçalves, coordenador da comissão de juristas, chegou a “reconhecer orgulhosamente”, em um programa do canal Globo News, que estava promovendo a legalização do aborto.

Felizmente, todo este trecho foi suprimido na versão aprovada pelos senadores. Vale a pena ler a argumentação de Taques a respeito do tema, nas páginas 158 a 174 do relatório. É uma defesa contundente do direito à vida: rechaça a noção de que o aborto é um debate de cunho religioso; reforça o consenso científico a respeito do

início da vida humana já na concepção; denuncia as estratégias de desumanização do nascituro (como a linguagem que pretende descrevê-lo como “amontoado de células”); contesta os argumentos baseados na autonomia da mulher, que teria o direito de “dispor do seu próprio corpo”, como se o filho fosse parte de seu organismo, e não um outro ser humano. Em resumo, é um texto que merece ser lido, analisado e debatido tanto por defensores quanto por opositores da legalização do aborto.

Assim, permaneceram, no relatório de Pedro Taques, as circunstâncias em que a legislação atual já não previa punição pelo aborto: em caso de estupro e quando “não há outro meio de salvar a vida da gestante”. Acrescentou-se ainda um novo inciso, em que o aborto fica permitido “se comprovada a anencefalia ou quando o feto padecer de graves e incuráveis anomalias que inviabilizem a vida extrauterina, em ambos os casos atestado por dois médicos”. O aborto em caso de anencefalia já havia sido autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, mas o caso de “graves e incuráveis anomalias” é uma inovação da comissão de juristas e que permaneceu no projeto, abrindo as portas aos horrores do aborto eugênico.

A *Gazeta do Povo* reafirma seu compromisso com a defesa incondicional da vida desde a concepção, mas não é nossa intenção discutir, neste exato momento, a questão do aborto em caso de estupro ou de anencefalia. São temas que demandariam uma análise mais detalhada, que vai muito além do debate sobre o Código Penal. Interessamos, aqui, ressaltar a atitude dos senadores, que rejeitaram por ampla maioria (a exceção mais notável foi a do tucano Aloysio Nunes Ferreira, que defendeu até o fim a manutenção do aborto livre até a 12.ª semana) a introdução, na legislação sobre o aborto, de novidades completamente ofensivas à dignidade humana.

A maneira como uma sociedade trata seus membros mais vulneráveis é um forte indicativo de seu grau de civilidade. Praticamente todos concordamos, por exemplo, que os pobres, os doentes, os idosos, as crianças merecem atenção e proteção especiais. Também os nascituros, os mais indefesos e inocentes entre os seres humanos, precisam ser defendidos de uma ideologia que pretende tratá-los como objetos descartáveis, segundo a conveniência de cada um. Essa mentalidade guiou os juristas que elaboraram o anteprojeto do Código Penal que tramita no Senado, mas felizmente foi rechaçada pelos senadores. Poderiam ter feito mais; mesmo assim, é preciso parabenizá-los por não dar passagem livre aos arautos da cultura da morte.

GAZETA DO POVO

RHODRIGO DEDA

O Coro da Multidão

Auxílio moradia e controle das instituições

O cidadão é o guardião das instituições e tem o direito de fiscalizá-las. Ele pode reivindicar transparência de gastos e atos de gestores públicos. Pode também exigir o cumprimento da lei e da Constituição. Pode também decidir, em conjunto com seus concidadãos, o quanto a sociedade está disposta a arcar para manter as instituições funcionando, em especial, o quanto deve ser investido em remunerações de detentores de cargos políticos e a membros de poderes.

Esses direitos ficam ainda mais evidentes quando os órgãos de controle falham — por omissão ou incompetência — em cumprir com seu papel fiscalizador. Ao longo deste ano, diversos equívocos foram cometidos pelos órgãos fiscalizadores da lei, especialmente no que se refere à transparência pública e concessão de benefícios — como o vale-alimentação para membros de poder e como a tentativa, agora, de implantação de auxílio-moradia para magistrados.

Juízes, membros do Ministério Público, deputados, conselheiros de tribunais de contas e outros tantos servidores de estado devem receber bons salários precisamente para que as instituições funcionem com eficiência e retidão, auxiliando na construção de um país igualitário e democrático. O que não se pode é atropelar a Constituição Federal que, em seu artigo 39, § 4º, determina que “o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários de Estado, os membros do Poder Judiciário e os membros do Poder Executivo, inclusive os membros do Ministério Público e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, não poderão receber vantagens adicionais, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI”.

Qualquer lei que contrariasse esse dispositivo constitucional deveria ser invalidada. Decisões judiciais jamais poderiam ultrapassar o que diz o texto da Constituição. Mesmo assim, há normas e decisões judiciais que servem de base para pagamento de vale-alimentação para membro de tribunais de contas, do Ministério Público e do Judiciário. O Ministério Público e tribunais de contas

20 DEZ 2013

deveriam ser os primeiros órgãos a apontar a inconsistência da criação desses benefícios contrários ao texto constitucional. Mas, no mais das vezes, o que se viu no país foi um esforço de se equiparar no recebimento de auxílio-alimentação, sob o fundamento de que deveria existir simetria entre as instituições — os benefícios de uma delas deveria valer para as outras também.

O projeto de auxílio-moradia do Tribunal de Justiça foi encaminhado para a Assembleia Legislativa sem especificar custos, sem explicitar quem serão os magistrados que terão direito ao benefício, sem demonstrar impacto financeiro. Se aprovado, certamente abrirá margem para que o Ministério Público e o Tribunal de Contas considerem também ter direito, embora a Constituição proíba pagamento de qualquer outra espécie remuneratória que não seja o salário. E será usado o princípio da simetria, que foi estabelecido no ordenamento jurídico não para concessão vantagens, ainda mais as indevidas, mas para que membros do MP e do Poder Judiciário pudessem exercer seus papéis sem um estar subordinado ao outro.

A criação dessa vantagem será um equívoco. Em casos como esse, em que os membros de poderes atuam de forma disfuncional, é dever dos cidadãos — de forma isolada, ou associados — guardar a Constituição e zelar pelas instituições. E, no próximo ano, uma boa estratégia certamente será a de observar atentamente as decisões dos deputados estaduais, na Assembleia Legislativa. Os cidadãos podem definir o voto a partir da posição que tomarem não só no projeto de auxílio-moradia, mas em todas as demais propostas votadas nos três anos anteriores de mandato. O voto, em 2014, é a melhor arma para acabar com quaisquer abusos contra as instituições.

20 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» NA JUSTIÇA

Colunista da Gazeta é absolvido em dois processos

O colunista de política Celso Nascimento, da Gazeta do Povo, recebeu pareceres favoráveis neste mês em duas ações a que responde na Justiça. As duas acusam Nascimento de calúnia e difamação por colunas em que abordou supostas irregularidades ligadas ao gasto de dinheiro público.

Em uma delas, a 2.^a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná negou recurso de Georges Pantazis, dono da empresa Interfabric Indústria e Comércio, no caso da licitação para a compra de uma draga para o Porto de Paranaguá. Em colunas publicadas em 2009, Nascimento usou o termo “coincidências” para se referir ao fato de que as especificações técnicas da draga vendida pela empresa que venceu a licitação, de Pantazis, eram exatamente iguais às do edital de licitação.

Nesse caso, a decisão em segundo grau confirma a de primeiro grau. O acórdão é assinado pelo desembargador Roberto de Vicente, que entendeu que “somente houve o regular exercício jornalístico”. Vicente escreve ainda que não foram apresentadas provas para confrontar as informações das colunas de Nascimento.

A segunda ação é de autoria de Maurício Requião, ex-secretário estadual de Educação e irmão do senador Roberto Requião. Em colunas de 2008, Nascimento apontou suspeitas de irregularidades na compra de 22 mil televisores-laranja pelo governo estadual, que estariam superfaturados.

A juíza Ângela Regina Ramina de Lucca, em 11 de dezembro, entendeu que a queixa de Maurício Requião, de que foi ofendido pelas colunas, seria improcedente. A decisão é em primeiro grau e ainda cabe recurso.

20 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ministro defende debate sobre descriminalização da maconha

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso afirmou ontem, em julgamento, que a maconha é uma droga que não transforma os usuários em “pessoas antissociais” e defendeu o debate sobre sua descriminalização. “Eu não vou entrar na discussão sobre malefícios maiores ou menores que a maconha efetivamente causa, mas é fora de dúvida que essa é uma droga que não torna as pessoas antissociais”, afirmou, durante a última sessão do ano do STF.

Em julgamento estavam dois habeas corpus que contestavam a definição de penas para duas pessoas presas portando entorpecentes. Em um dos casos, um homem de 28 anos foi preso com 70 pedras de crack. No outro, o homem detido portava 0,6 grama da mesma droga.

Barroso afirmou que, ao analisar os processos que chegam ao Supremo sobre tráfico de drogas, constatou que “boa parte das pessoas” presas são pobres que foram enquadradas como traficantes “por portar quantidades não significantes de maconha”.

“E minha constatação pior é que jovens, negros e pobres entram nos presídios por possuírem quantidades

não tão significativas de maconha e saem de presídios escolados no crime”, afirmou o ministro. “Por esta razão que, em relação à maconha e nesse tópico, penso que o debate público sobre descriminalização é menos discutir opção filosófica e mais se fazer escolha pragmática”, argumentou.

Barroso disse que sua preocupação central relaciona-se o poder que a criminalização da droga garante aos traficantes em comunidades pobres e à prisão de jovens sem antecedentes criminais que, depois de cumprida a pena, terminam por praticar outros crimes. “Tenho essa compreensão de que boa parte dos presos do país incriminados com quantidades de maconha são pessoas não perigosas.”

PIRELLA GÖSSO

“Eu não vou entrar na discussão sobre aos malefícios maiores ou menores que a maconha efetivamente causa, mas é fora de dúvida que essa é uma droga que não torna as pessoas antissociais.”

Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), defendendo o debate sobre a descriminalização da maconha, em julgamento no Supremo.



20 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Voto em trânsito

Cinco cidades do Paraná terão voto em trânsito durante as eleições de 2014. No estado, o eleitor que não estiver em sua cidade poderá votar em Curitiba, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Londrina. A medida vale tanto para primeiro quanto para segundo turno. Para votar em trânsito, o eleitor deverá habilitar-se na Justiça Eleitoral, entre 15 de julho a 21 de agosto de 2014, com a indicação do local onde pretende votar.

Esclarecimento

A respeito de notícia publicada na edição da última quarta-feira da **Gazeta do Povo**, a Secretaria de Estado da Administração informou que o parcelamento especial de dívidas de contribuintes, que deve render R\$ 280 milhões aos cofres do Paraná, só poderia ter sido feito até a última segunda-feira, dia 16. A medida de estender o número de parcelas para dívidas de ICMS e ITCMD foi tomada excepcionalmente para possibilitar acordos durante a Semana Nacional de Conciliação, promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que ocorreu entre os dias 2 e 6 de dezembro.

Justiça suspende recomendação para diabéticos reutilizarem seringas

A Justiça Federal no Pará suspendeu orientação dada pelo Ministério da Saúde para a reutilização de seringas descartáveis, por uma mesma pessoa e um número determinado de vezes, para a aplicação frequente da insulina. A liminar determina que deve haver garantia

aos diabéticos de fornecimento de seringas para uma única utilização. A decisão suspende a orientação presente no volume 16 dos "Cadernos da Atenção Básica", onde a Saúde afirma que a bibliografia internacional considera segura a reutilização de seringas desde que seguidas determinadas regras de higiene no uso e no armazenamento. O guia diz que, nessas circunstâncias, é adequada a reutilização, pela mesma pessoa, por até oito aplicações.

DIREITOS HUMANOS

Deputado Feliciano propõe plebiscito para a maioria penal

De saída da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, o pastor Marco Feliciano (PSC-SP) protocolou ontem um projeto de decreto legislativo que convoca plebiscito sobre a redução da maioria penal. Antes de ser votado em plenário, o projeto deve passar pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública. Na última quarta-feira, Feliciano comandou sua última sessão como presidente da Comissão. O projeto alega o aumento da criminalidade infantojuvenil no país. "Esses são indicadores da necessidade evidente de alteração da legislação", diz a proposta.

21 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Brasileiros casam mais vezes e uniões duram menos tempo

Pesquisa do IBGE também constata aumento da idade média da mulher e do homem ao confirmar matrimônio

RIO DE JANEIRO
Agência Estado

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou crescimento, na última década, da proporção de recasamentos no Brasil, ou seja, de pessoas que se casaram mais de uma vez. Em 2002, do total de casamentos, 13,4% eram de casais em que pelo menos um dos entes era divorciado; em 2012, o índice havia subido para 21,8% — o que significa um aumento de 62,7% nos chamados recasamentos.

Em 2012, foram registrados 1.041.440 casamentos no Brasil, aumento de 1,4% em relação a 2011. Os casamentos estão resistindo menos ao tempo: a duração média passou de 17 anos, em 2007, para 15, em 2012. Os números são da pesquisa Estatísticas do Registro Civil, divulgada nesta sexta-feira, 20, pelo IBGE.

Outra constatação do IBGE foi o aumento da idade da mulher e do homem ao se casar. Entre homens, em 2002, a idade era, em média, 26 anos; entre mulheres, era 23; em 2012, as idades foram para 28 e 25,

respectivamente. Isso é reflexo do crescimento da escolaridade e da inserção no mercado de trabalho, que fazem com que os jovens casais adiem a união.

O instituto verificou o aumento, em todas as regiões do país, da proporção de casamentos em que a mulher é mais velha do que o parceiro — o índice passou de 20,7% do total de casamentos, em 2002, para 24% em 2012. Um dado interessante é que a taxa de nupcialidade entre os homens de 60 anos ou mais é três vezes superior à das mulheres da mesma idade, o que reflete os enlaces entre senhores e mulheres mais jovens.

Divórcios

Em relação aos divórcios, na série histórica dos últimos dez anos, a taxa de divórcios de 2012 aparece como a segunda maior desde 2002 — são 2,5 a cada mil habitantes com mais de 20 anos, ante 1,2 a cada mil. Entretanto, em 2012, houve 341.600 divórcios concedidos em 1.ª instância e sem recursos ou por escrituras extrajudiciais, uma redução de 1,4% em relação a 2011.

Os números da pesquisa Estatísticas do Registro Civil são referentes a nascimentos, óbitos, casamentos e divórcios registrados em 2012, e coletados nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, Varas de Família, Foro ou Varas Cíveis e os Tabelionatos de Notas de todo o Brasil. A divulgação é anual.

CONTINUA

21 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PAPEL PASSADO

Número de relações oficializadas cresceu no país, mas tempo de duração do casamento caiu. Acompanhe:

TAXA DE NUPCIALIDADE LEGAL

(número de casamentos para cada mil pessoas de 15 anos ou mais de idade)

2002	5,6
2012	6,9

PARTICIPAÇÃO

Mulheres entre 20 a 24 anos têm a maior participação, de 30 por mil no total de casamentos.

Mulheres entre 30 e 34 anos

2002	11,5
2012	20,2

DIVÓRCIOS

(número de divórcios para cada mil pessoas de 15 anos ou mais de idade)

2002	1,2
2012	2,5

DURAÇÃO MÉDIA DOS CASAMENTO

(em anos)

2007	17
2012	15

Fonte: IBGE.

Infografia: Gazeta do Povo.

EM UM

a cada quatro casamentos a mulher é mais velha que o homem e essa proporção vem crescendo. O percentual subiu de 20,7% em 2002 para 24,0% em 2012. Tal fenômeno, diz o IBGE, ocorreu em todas as grandes regiões do país.

"INVISÍVEIS"

6,2% dos nascimentos no Brasil não são registrados

RIO DE JANEIRO

Folhapress

Dos 2,8 milhões de crianças nascidas no Brasil em 2012, 6,2% eram "invisíveis" perante a lei: 187 mil nascimentos não foram registradas em cartórios do país no intervalo de um ano. Os dados são das Estatísticas do Registro Civil, pesquisa do IBGE divulgada ontem.

A boa notícia é que a cada ano cai o sub-registro de crianças, embora ainda se mantenham diferenças regionais marcantes. Em 2002, 26,3% dos nascimentos não eram legalizados nos cartórios. Esse índice baixou para 10,2% em 2007 e cedeu gradualmente desde então. O recuo da falta de identificação das crianças é fruto, segundo o IBGE, de uma política de estímulo ao registro. Um dos passos mais importantes foi torná-lo gratuito em todos os cartórios do país

na década passada.

Ainda que a tendência de queda se replique em todos os estados, há uma diferença regional muito grande. Em São Paulo, o registro fora do prazo (após o ano do nascimento) correspondia a apenas 1,2% das crianças nascidas em 2012. Esse percentual chegava a 27,2% no Pará. Em geral, as taxas mais elevadas de sub-registro estão no Norte e no Nordeste.

Violência

A pesquisa do IBGE traz ainda dados sobre óbitos e um dos destaques são as mortes por causas externas ou violentas, que, no Brasil, representam o terceiro maior grupo de causa de óbitos na população em geral. Entre os jovens de 15 a 24 anos, é o primeiro, sobretudo para homens. Em 2012, o percentual atingiu 10,2%, acima dos 9,6% de 2011. Segundo o IBGE, a mortalidade masculina entre os jovens é mais de quatro vezes a feminina.

341,6 MIL

divórcios foram concedidos em 1ª instância e sem recursos ou por escrituras extrajudiciais em 2012. Trata-se de uma redução de 1,4% em relação a 2011, a maior da série medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SESENTÕES

O número de homens de mais de 60 anos que se casam é três vezes maior ao das mulheres da mesma idade, o que significa que preferem parceiras mais jovens e que, uma vez divorciados, eles sentem maior necessidade de estarem acompanhados.

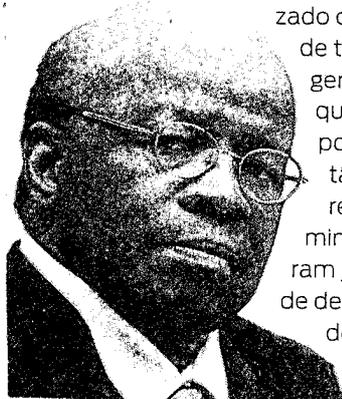
21 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Notas
Políticas

4.995 processos por ministro do STF

O ano judiciário foi encerrado na última quinta-feira pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), **Joaquim Barbosa (foto)**. Na ocasião, Barbosa fez um balanço das atividades do tribunal. Em 2013, a corte recebeu 70.392 processos, dos quais foram distribuídos 54.947. Isso dá uma média de 4.995 processos por ministro do STF.



Barbosa disse que foi priorizado o julgamento de mérito de temas com repercussão geral, ou seja, casos em que a decisão é aplicada posteriormente por instâncias inferiores. Com relação ao mensalão, o ministro registrou que foram julgados 26 embargos de declaração e dez segundos embargos de declaração, que são recursos da defesa.

Definições

No início do próximo ano, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quer definir as estratégias para alcançar os 12 macrodesafios rumo ao Judiciário 2020. Os desafios incluem a garantia da cidadania, o combate à corrupção, o aprimoramento da justiça criminal, melhora da gestão de pessoas, entre outros.

21 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Beach clubs não serão interditados

¶ O Tribunal Regional Federal da 4.ª região (TRF4), em Porto Alegre, acatou o recurso protocolado na manhã de ontem pela empresa Habitasul (Jurerê Open Shopping) e os beach clubs, suspendendo a liminar do juiz Federal Marcelo Krás Borges que pedia a interdição de cinco casas de Jurerê Internacional, em Florianópolis (SC).

A decisão foi tomada pelo presidente do TRF4, desembargador federal Tadaaqui Hirose, que também liberou as licenças emitidas pela prefeitura de Florianópolis para o funcionamento dos estabelecimentos comerciais do local.

Em dezembro de 2012, o procurador da República Walmor Alves Moreira ajuizou ação pedindo o cancelamento das inscrições de ocupação e o imediato fechamento de cinco estabelecimentos instalados nos "Postos de Praia". A ação foi indeferida na época.

Em setembro de 2013, o procurador Walmor Moreira anunciou a derrota dos cinco beach clubs em primeira instância na Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina. A empresa foi declarada culpada por invasão de área de marinha, área de preservação permanente, poluição sonora, hídrica, desmatamento e invasão de calçadão.

Liminar suspende exploração de gás de xisto

¶ A Justiça Federal deferiu o pedido de liminar do Ministério Público Federal no Piauí, em ação civil pública ajuizada pelo procurador da República Antônio Marcos Martins Manvailier, em novembro deste ano, determinando a imediata suspensão de todos os atos decorrentes da arrematação do bloco PN-T-597 pertencente à bacia do Parnaíba, no que se refere à exploração do gás xisto. Pela decisão, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a União foram proibidas de realizar outras licitações com a finalidade de exploração do mesmo gás na bacia do Parnaíba, enquanto não for realizada uma avaliação ambiental.

22 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Vantagens legais

custam

R\$ 18 milhões ao ano à Câmara de Curitiba

Ao longo dos anos, vereadores aprovaram mais de 50 regras criando gratificações para servidores do Legislativo

Taiana Bubniak

■ A Câmara de Curitiba gastou em novembro deste ano mais de R\$ 1,4 milhão em “vantagens legais” pagas a seus funcionários. São bônus, gratificações e outros benefícios incorporados mensalmente ao pagamento dos servidores por leis criadas ao longo dos anos. Por ano, esses benefícios custam aos cofres públicos R\$ 18 milhões.

Mais de 50 normas que valem desde a década de 1960 estão na base do cálculo dos salários dos funcionários da Câmara. Com a divulgação dos vencimentos dos servidores na última quinta-feira foi possível constatar que, pelo menos, 23 deles recebem salários acima do teto municipal (R\$ 18,8 mil) e 97 funcionários ganham mensalmente mais que os vereadores (R\$ 13,5 mil).

Entre as vantagens pagas ao funcionalismo estão gratificação por tempo de serviço, pagamento de adicional por periculosidade, bônus por ní-

vel de escolaridade e abono para quem participa de comissões administrativas

Conceder esses pagamentos anexos ao vencimento básico é uma questão histórica. “Há uma cultura da concessão do benefício e da incorporação disso ao salário. Não dá para reverter o que já foi concedido, mas o que não dá é aceitar que novas ‘recompensas’ sejam aprovadas”, comenta o professor do mestrado em Planejamento e Governança Pública da UTFPR Antônio Gonçalves de Oliveira.

A situação diz respeito ao município de Curitiba, mas decisões nacionais endossam que há um limite para o pagamento de salários. “O STF já tomou decisões emblemáticas nesse sentido: julgou que algumas gratificações são inconstitucionais e que ninguém pode superar o teto que está estabelecido na Constituição”, comenta o advogado especialista em direito constitucional Flávio Pansieri.

Para ele, as necessidades do servidor têm de estar embutidas em um valor fixo que ele recebe. “Nessa toada, a administração pública pode sim reverter os vencimentos dos servidores para que ninguém supere esse valor limite. O ideal é que o funcionalismo receba um subsídio fixo e não some gratificações e escalonamento, como tempo de ser-

viço”, opina.

Já há medida do STF que considera inconstitucional o pagamento de salário acima do limite constitucional, mas existem decisões em aberto sobre gratificações de moradia, alimentação e transporte que superam esse valor.

Embora legal, o pagamento dessas benesses que aumentam os salários e que em algumas ocasiões ultrapassam o limite constitucional pode estar indo de encontro ao princípio da moralidade, cujo atendimento é uma obrigação do gestor público. “Não há como reverter benefícios que já foram concedidos. No entanto, o administrador tem de levar em conta a eficiência e a moralidade desse tipo de decisão que concede auxílios financeiros”, comenta Oliveira.

Colaborou: Rogerio Waldrigues Galindo.

CONTINUA

22 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

REDE DE LEGISLAÇÃO

A sobreposição de vantagens e benefícios criou os megassalários. Veja alguns casos:

Gratificação por responsabilidade técnica

Taquígrafos, motoristas, técnicos em contabilidade e outros funcionários recebem benesse fixada em 30% (leis municipais 6.300/1981 e 8.376/1994).

Gratificação de estímulo acadêmico

O bônus de estímulo acadêmico é pago para servidores que concluíram o ensino superior, mas ocupam cargos de nível médio (30% sobre o salário-base); para quem, num cargo de nível superior, ou após três anos percebendo a gratificação de graduação, obteve diplomas de especialização, mestrado e doutorado (10%, 15% e 20% sobre o salário-base, acumulativos) (leis municipais 12.562/2007, 10.913/2003 e 13.674/2011).

Comissões administrativas

Existem gratificações para quem participa de comissões administrativas, como as de licitação, proteção da atividade funcional, avaliação e baixa de bens permanentes (leis municipais 12.089/2006 e outras).

Fonte: Redação e Câmara Municipal de Curitiba.

“Há uma cultura da concessão do benefício e da incorporação disso ao salário.”

Antônio Gonçalves de Oliveira, professor do mestrado em Planejamento e Governança Pública da UTFPR.

CONTINUA

22 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Servidores de outros órgãos também recebem gratificações

■ Nos últimos meses, servidores públicos paranaenses da Assembleia Legislativa e do Ministério Público foram beneficiados com a concessão de gratificações que se acumularam ao salário-base. Em fevereiro, o valor do auxílio-alimentação dos servidores do Tribunal de Justiça foi reajustado em 26% e passou a valer R\$ 710.

Em agosto, todos os servidores do Ministério Público passaram a receber o auxílio-saúde que varia entre R\$ 121,33 e R\$ 727,96, dependendo da idade do funcionário.

Nas últimas semanas, projeto polêmico passou pela Assembleia Legislativa do estado e, sem consenso, ficou para o ano que vem: o Tribunal de Justiça enviou proposta de projeto de lei que implantaria auxílio-moradia para os magistrados. Outros tribunais no país estão deixando de pagar essa benesse por recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Guilherme Gomes, do TJ, quer auxílio-moradia para juízes.

Câmara

De acordo com o presidente da Câmara Municipal de Curitiba, vereador Paulo Salamuni (PV), a intenção da direção da Casa é rever a legalidade de cada salário e gratificações que estão sendo pagas. "Planejamos também a revisão dessas leis e pensamos em reestruturar o plano de carreira. Fizemos o primeiro estágio, que era a publicização desses valores, e vamos tentar corrigir os rumos", comenta o parlamentar.

22 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

**Coluna
do leitor**

Auxílio-moradia

Os magistrados não precisam dessa benesse do auxílio-moradia (**Gazeta**, 19/12) porque recebem altíssimos proventos. Quem precisa de auxílio-moradia são os sem-teto que não têm um lugar para repousar a cabeça. Recentemente discutiram o aumento do auxílio-alimentação e agora pretendem criar o auxílio-moradia que, na prática, será uma maneira de burlar o teto dos vencimentos. É o famoso jeitinho brasileiro.

Antonio Emiliano Lesskiu

» FRASES DA SEMANA

"[O pagamento do auxílio-moradia] coloca em risco de prejuízos os próprios magistrados, que poderiam ser compelidos a devolver os valores pagos, caso venha a ser considerado indevido o pagamento de tal verba."

Emmanuel Campelo, conselheiro do CNJ, lembrando que a criação do auxílio-moradia para juízes é alvo de questionamento no STF.

Em alta 

Custas dos cartórios

A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou nesta semana o aumento de 11,45% nas custas dos cartórios do estado e o projeto de lei que reajusta a taxa do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus).

22 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» PERSONALIDADE

Professor René posto à prova

José Carlos Fernandes

ENTREVISTA

RENÉ ARIEL DOTTI,
advogado.

O advogado René Ariel Dotti, 79 anos, é um homem elegante. Seu escritório, na Avenida Marechal Deodoro, Centro de Curitiba, tem ares aristocráticos. Não faltam no ambiente objetos de arte, instalados debaixo de uma iluminação bem estudada, tal qual uma sala de exposições. Numa das paredes, destaca-se uma ampliação de um dos boletins do dono da casa, dos tempos da faculdade de Direito da UFPR, onde depois faria carreira. Diz muito sobre ele. Não à toa, seus 22 companheiros de trabalho — que o reverenciam — o chamam de “professor”, título que considera grau acima do de “doutor”.

Fora do ambiente profissional, a simples menção ao nome do “professor Dotti” não causa menos impressão. Seu legado arranca elogios nos círculos acadêmicos, nos quais é tido como um papa do direito penal e da liberdade de expressão. No mundo da cultura, há quem o veja como um paladino das artes em meio à barbárie. No circuito de políticos e jornalistas mais à esquerda, o fenômeno se repete. Não faltam vozes a citá-lo como o Schindler que os safou dos porões da ditadura — de graça e em segredo.

René Dotti soma mais de 50 anos de carreira e admite que já são horas de organizar uma lista das “enroscadas” em que se meteu. Não será um inventário apenas de sóis. Entre 2004 e 2013, sua equipe ganhou na Justiça o direito de demolição de cinco casas listadas como Unidades de Interesse de Preservação, as Uips, nome pomposo e, agora, ineficiente, dado à política de proteção do patrimônio histórico de Curitiba. Causou surpresa, tanto quanto ser o advogado de defesa no caso Carli Filho.

No final de novembro, Dotti subiu à tribuna para participar do 1.º Congresso Paranaense de Direitos Culturais, no MON. Tratou de um tema que lhe é caro, a “proteção jurídica ao patrimônio histórico e artístico”. Era um sinal de que esse respeitável senhor, de cabelos alvíssimos e voz pequena, não se furtaria de responder à tal da pergunta que todos querem lhe fazer: “O senhor está se contradizendo?”

Confira trechos da entrevista dada à Gazeta do Povo.

Que prédios de Curitiba o senhor lamenta não existirem mais?

Eu teria de fazer um exercício para lembrar (risos). Acho que me falta tempo para caminhar pelas ruas da cidade, para sentir mais de perto o que se perdeu. Mas diria que sinto falta de determinados edifícios do Centro Cívico, bairro no qual passei a minha infância. Sumiu quase tudo

por ali. A casa da minha família não existe mais. Ficava na Rua Marechal Hermés. Era de madeira. Restaram as fotos, que tirei ainda na década de 1960, com uma máquina alemã. Quando me perguntam onde nasci, digo que foi a 200 metros de onde o papa João Paulo II rezou a missa, em 1980.

O senhor foi secretário de estado da Cultura na década de 1980 e nos anos 2000 seu escritório tem conseguido alvarás de demolição para casas históricas. Não haveria aí uma contradição?

Não há incoerência da nossa parte, por uma razão elemental: sou advogado, trabalho com lei. Entendo que falta uma legislação municipal de proteção ao patrimônio para resolver o problema das contestações às Unidades de Interesse de Preservação, as Uips. Não temos segurança legal. Precisamos de uma. Digo que se trata de uma contradição aparente: Quando estive à frente da Secretaria de Estado da Cultura, fiz o tombamento do Bosque Gomm, da Praça Eufrásio Correia. Lembro o quanto foi difícil o processo da Lapa. Chegaram a entrar com uma ação contra mim. Continuo sendo um homem da área da cultura. Não aceitaria fazer a defesa da demolição de um imóvel que me sensibilizasse pelo valor histórico.

CONTINUA

22 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Sentiu-se desconfortável com as críticas?

O processo das unidades de interesse que pertenciam ao Hospital Santa Cruz, na Avenida Batel, não procedia. Não fazia sentido o argumento de que tinham de ficar em pé porque por ali passava a Estrada Velha do Mato Grosso. Meu critério foi a de defesa do hospital, que atende pelo SUS, inclusive. No caso [Luiz Fernando Ribas] Carli Filho, sim. Demorei dois anos para falar no assunto, pois podia melindrar a família dos que morreram no acidente. Expliquei meu ponto de vista e a linha da defesa. Saiu uma boa matéria na Gazeta do Povo. Mas o título da reportagem me causou algo terrível. As pessoas se perguntavam como é que podia um advogado acusar as vítimas.

René Dotti, se secretário, teria tombado a fábrica do Matte Leão, no bairro Rebouças?

Há determinados sítios que por si só revelam a necessidade de preservação. O Matte Leão é um deles. A cultura paranaense desde o Império esteve calcada na indústria do mate, o que justificaria a preservação da fábrica. Uma lei não tem como definir o significado de um bem, o que vale para esse caso [em que não há uma arquitetura extraordinária]. Mas pode determinar uma comissão que estabeleça o objeto de tombamento, seu sentido, e que conte com a participação do proprietário...

Mas o proprietário nunca vai querer ter seu bem tombado...

Quando o proprietário não tem direito de contestar, está sendo violado o direito de

propriedade. Ele pode apresentar uma documentação capaz de contestar o tombamento. O fato de Curitiba não ouvir os donos de imóveis listados, e não ter legislação específica, sensibiliza os tribunais, que têm anulado os decretos de preservação. É um erro elementar da prefeitura agir assim. Não dá para um assunto desse ficar no arbítrio de um órgão administrativo como o Ippuc. Defendo uma lei que seja clara. O ponto de equilíbrio é que haja uma proteção que não seja objeto de impugnação. Que tenha firmeza necessária para se manter, apesar da resistência do proprietário.

Que formato de lei municipal de patrimônio o senhor defende?

Não se deve esquecer que o tombamento compete ao Estado e à União. Ao município incumbe proteger o patrimônio. Defendo uma lei que tenha participação da comunidade. Quando o processo chega ao governo, a sociedade já o discutiu. É mais seguro. Trata-se de um assunto muito sensível, pois implica numa restrição no direito de propriedade e exige compensação ao proprietário. Repito: eu começaria por uma comissão municipal, com cinco ou sete membros, sendo uma parte de fora da cidade: É preciso criar um fato em torno desse debate, mobilizar a comunidade, a Câmara de Vereadores, fazer audiências públicas.

Os quiproquós envolvendo seu nome aos alvarás de demolição de casas históricas, e à defesa de Carli Filho, nublaram uma questão importante na trajetória de René Dotti: sua ação no combate à ditadura militar. Essa militância está em vias de ser inventariada?

Na época da ditadura militar, apareceu um fotógrafo para tirar fotos minhas. Me disseram que era para o Jornal do Brasil. Quando me mandaram virar de lado, logo vi que não era (risos). A ditadura foi instalada no dia 1.º de abril, Dia da Mentira, e não no dia 31 de março, como querem fazer acreditar. Em 2 de abril eu já tentava tirar da cadeia um oficial detido. Defendi o jornal Última Hora e jornalistas como o Cícero Cattani, Luiz Geraldo Mazza, Sylvio Back, Walmor Marcelino, Milton Ivan Heller, Francisco Camargo. São pequenas e grandes histórias, diluídas por aí. Pretendo organizar tudo isso em livro.

Que mal a ditadura lhe fez?

Não cheguei a ser preso. Mas eu estava em evidência, defendendo muita gente. Uma vez, um auditor me sugeriu cautela nas defesas. Já investi meu imposto de renda. No mais, adorávamos o Fidel Castro. Fundamos o Instituto Brasil-Cuba, do qual eu era o orador. Um dia, apreenderam todo nosso arquivo e um reitor de direita expôs o material na UFPR. Respondi processo administrativo. Era assim.

CASAS PARTIDAS

A pedido dos proprietários, o escritório de René Dotti defendeu na Justiça a demolição de casas preservadas. Para ele, esses imóveis não tinham valor histórico.

➤ **2006:** Casa modernista da Rua Gutemberg, 477.

➤ **2010:** Casa modernista da Av. Nossa Senhora da Luz, 9.170. Proprietário, Mário de Mari, voltou atrás e imóvel foi preservado.

➤ **2012:** Casarões geminados do Hospital Santa Cruz, na Av. Batel 1.859 e 1.869.

➤ **2013:** Casa assinada pelo arquiteto Lolô Cornelsen, na Rua José de Alencar, 711; e casa da Rua Toaldo Túlio, s/n.º (processo recente).

22 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» ECA

Adoção de deficientes terá prioridade

Processos de adoção de crianças e adolescentes com deficiência ou com doença crônica terão prioridade na tramitação. É o que determina o projeto de lei aprovado pelo Senado.

O texto modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para estabelecer essa prioridade. Como só houve emendas de redação, o projeto não precisará voltar à Câmara dos Deputados e seguirá para a sanção presidencial.

A intenção do projeto é acelerar o andamento dos processos nos quais o adotado se encontra em uma dessas condições. Isso não significa ultrapassar etapas ou flexibilizar procedimentos.

A nova legislação viria a corroborar prática que já começa a se estabelecer, pois a atenção preferencial para pessoas com deficiência e para aquelas acometidas por doenças crônicas já é fato comum nas instituições. O Conselho Nacional de Justiça, como lembrou a autora, tem se mostrado favorável a que essas causas judiciais tenham prioridade de tramitação.

Crianças com deficiência ou com doenças crônicas são cerca de 10% das 80 mil que estão nos abrigos à espera da adoção.

Pesquisa indica que Requião será o fiel da balança na eleição de 2014

Se o senador concorrer ao Palácio Iguazu, disputa pode ir para o segundo turno. Caso não seja candidato, Richa tende a se reeleger no primeiro turno

Chico Marés

O senador Roberto Requião (PMDB) deve ser o fiel da balança na eleição de 2014 para o governo do Paraná. Segundo levantamento realizado pelo Instituto Paraná Pesquisas a pedido da Gazeta do Povo, o governador Beto Richa (PSDB) estaria próximo de uma vitória no primeiro turno caso o senador não concorresse. Se Requião participar, a disputa tende a ir para o segundo turno. Nesse caso, o peemedebista aparece em empate técnico na segunda colocação com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT), de acordo com a pesquisa, realizada neste mês em todo o estado.

Num cenário com Requião e outros cinco pré-candidatos que já anunciaram a pretensão de disputar o Palácio Iguazu, Richa tem 42% das intenções de voto. Gleisi fica 23% e Requião, 19%. Como a margem de erro é de 2,5 pon-

tos percentuais, a petista e o peemedebista estão tecnicamente empatados. Logo em seguida, vem ex-prefeito de Maringá Sílvio Barros (PHS), com 4%. Joel Malucelli (PSD) e Rosane Ferreira (PV) ficarão com 1%. Na soma das intenções de voto dos concorrentes de Richa é de 48% — o que forçaria a realização de um segundo turno.

Se o candidato do PMDB for o ex-governador Orlando Pessuti, ele faria 7% dos votos. Nesse cenário, Richa teria 46% e Gleisi, 27% — dividindo parte do espólio eleitoral de Requião. A soma dos adversários do tucano é de 41% — no limite do empate técnico com as intenções de voto de Richa, que poderia vencer a disputa já no primeiro turno.

O cientista político da UFPR Emerson Cervi diz que, apesar de ainda contar com uma fatia considerável de votos e estar em empate técnico com Gleisi, Requião deve ter dificuldades para crescer, caso saia candidato. Sua rejeição é mais alta que a dos principais adversários (28%, contra 14% de Richa e 11% de Gleisi). Além disso, o tucano e a petista devem contar com apoio da máquina estadual ou federal, respectivamente. Entretanto, avalia Cervi, a presença de Requião deixa a eleição menos polarizada e abre

uma possibilidade maior de um segundo turno.

Para ser candidato, Requião depende do aval de seu partido, que ainda está dividido entre os defensores de uma candidatura própria e aqueles que querem se aliar ao PSDB ou ao PT. Mesmo que a tese da candidatura própria prevaleça, o senador teria ainda que disputar a indicação do partido com Pessuti.

A pesquisa mostra também um crescimento das intenções de voto em Richa. Em um cenário que já havia sido testado em agosto — com Richa, Gleisi, Requião e Joel Malucelli (PSD), o governador cresceu de 39% para 43%. Gleisi se manteve estável, com 24%, e Requião oscilou negativamente de 21% para 20%.

O cientista político do grupo Uninter Luiz Domingos Costa avalia que os números são positivos para o governador, que aumentou sua vantagem para os adversários e tem chances factíveis de ser reeleito ainda no primeiro turno. Entretanto, Costa alerta que as eleições estão distantes e que Richa, por ser governador, tem uma exposição pública muito maior do que seus adversários, que podem crescer quando a campanha eleitoral começar.

GAZETA DO POVO

Mudanças acertadas

23 DEZ 2013

A comissão de senadores que analisou o projeto do novo Código Penal rejeitou concepções que reduzem o valor da vida humana e fez outras alterações que melhoraram outros aspectos do texto

No dia 20, comentamos, neste mesmo espaço, as mudanças que uma comissão especial de senadores fez no projeto de lei do novo Código Penal no que dizia respeito ao aborto. No entanto, como ressaltamos em outras ocasiões, este não era o único assunto em que o texto, criado por um grupo de juristas a pedido do ex-presidente do Senado José Sarney, apresentava graves problemas. E, felizmente, os senadores melhoraram o novo Código Penal não apenas no que dizia respeito à interrupção da gravidez, mas também em outros temas, dos quais nos ocuparemos hoje.

Um dos aspectos mais preocupantes do Código Penal elaborado pelos juristas era o desprezo pela dignidade da vida humana, percebido não apenas na tentativa de legalizar o aborto, mas também na comparação entre os crimes contra seres humanos e contra animais. O projeto original, por exemplo, previa pena de 1 a 6 meses de prisão, ou multa, para quem deixasse de socorrer crianças, inválidos ou feridos, enquanto prescrevia prisão de 1 a 4 anos para quem deixasse de socorrer ou abandonasse animais — um absurdo que relativizava completamente o valor da vida humana. No primeiro substitutivo elaborado pelo relator do Código, senador Pedro Taques (PDT-MT), esses dois crimes contra animais foram suprimidos e a omissão de socorro a seres humanos teve a pena aumentada para 2 a 4 anos. A versão aprovada no dia 17 manteve essas mudanças. Se levarmos em conta as penas previstas para maus-tratos a animais (1 a 3 anos) e a pessoas (1 a 5 anos), por exemplo, percebe-se a intenção de restabelecer uma sadia hierarquia de valores.

Também na questão das drogas houve pequenas melhorias. O projeto original dos juristas descriminalizaria o plantio, a compra e o porte de qualquer droga que fosse para uso próprio (apesar da contradição de punir o vendedor de entorpecentes). Segundo o texto, presumia-se que a droga se destinava ao uso pessoal se a quantidade apreendida equivalesse a cinco dias de consumo individual. Em um primeiro substitutivo, já elaborado pelos senadores, esse trecho, que poderia servir de brecha para o pequeno tráfico, foi suprimido. Permaneceu a exclusão de crime para quem compra, planta ou guarda drogas em casa, sem punição alguma. Isso seria uma atitude mais permissiva que a prevista pela atual Lei de Drogas, que prescreve, nesses casos, advertência, prestação de serviços à comunidade e medidas educativas. No entanto, a versão final aprovada no dia 17 restabeleceu essas punições, na prática restaurando o que a Lei de Drogas já determina.

Outro avanço digno de menção foi a supressão, no artigo relacionado ao terrorismo, de uma excludente segundo a qual “não constitui crime de terrorismo a conduta individual ou coletiva de pessoas movidas por propósitos sociais ou reivindicatórios, desde que os objetivos e meios sejam compatíveis e adequados à sua finalidade”. Esse trecho parecia feito sob medida para livrar movimentos alinhados com ideologias comunistas e socialistas, e que usam métodos muito semelhantes aos descritos no artigo 249 da nova versão do projeto do Código Penal.

A aprovação do relatório de Pedro Taques na comissão especial é um passo importante, mas não significa que o texto permanecerá intocado ao longo do restante da tramitação. O Código Penal ainda passará pelo plenário do Senado e, depois, pela Câmara — que também elaborou um outro projeto de Código Penal, muito menos badalado que o encomendado por Sarney. Portanto, ainda há muita margem para mudanças. Se as houver, que sejam sempre no sentido de estabelecer uma sociedade mais justa e que respeite valores fundamentais como a defesa da vida e da dignidade humanas.

23 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Pinga-Pinga

“A inércia do Congresso traz riscos para a democracia. E proteger as regras da democracia é um papel do Supremo.”

Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), explicando a razão de o Poder Judiciário ter começado a julgar há duas semanas se doações de empresas em campanhas eleitorais são inconstitucionais.



24 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Renan decide devolver verba de voo da FAB para fazer implante capilar

No fim da tarde, a Aeronáutica divulgou nota em que se exime de julgar o comportamento do senador

! No dia em que fez um pronunciamento em rede nacional de televisão em que exaltou a própria gestão à frente do Senado, o presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), resolveu devolver o valor gasto com uma viagem feita em um jatinho da Aeronáutica para fazer um implante capilar. O uso da aeronave pelo parlamentar para ir de Brasília a Recife (PE) ocorreu na quarta-feira da semana passada, data em que não havia compromissos oficiais agendados na capital pernambucana.

Ontem pela manhã, o senador havia feito uma consulta ao comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, para saber se houve irregularidade no voo. No fim da tarde, a Aeronáutica divulgou nota em que se exime de julgar o comportamento do senador: "Em resposta ao ofício recebido da Presidência do Senado, de 23 de dezem-

bro de 2013, que solicita esclarecimento sobre eventual impropriedade na requisição de aeronave para viagem de Brasília a Recife, no dia 18 de dezembro de 2013, o Comando da Aeronáutica informou que observa fielmente o disposto no Decreto n.º 4.244, de 22 de maio de 2002, abstraídas questões de mérito relacionadas ao motivo da viagem o qual, embora declarado na solicitação, foge à alçada deste Comando julgar".

Esta é a segunda vez neste ano que Renan usa avião da FAB para fins particulares. Em junho, Renan foi a Trancoso, na Bahia, para o casamento da filha do senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Depois que a imprensa revelou o fato, ele reembolsou R\$ 32 mil à União.

De acordo com o decreto presidencial 4.244, de 2002, que regulamenta o uso das aeronaves, autoridades, entre eles ministros de Estado e o presidente do Senado, podem viajar em aviões da FAB por motivo de segurança e emergência médica; em viagens a serviço; e em deslocamentos para o local de residência permanente.

Defesa

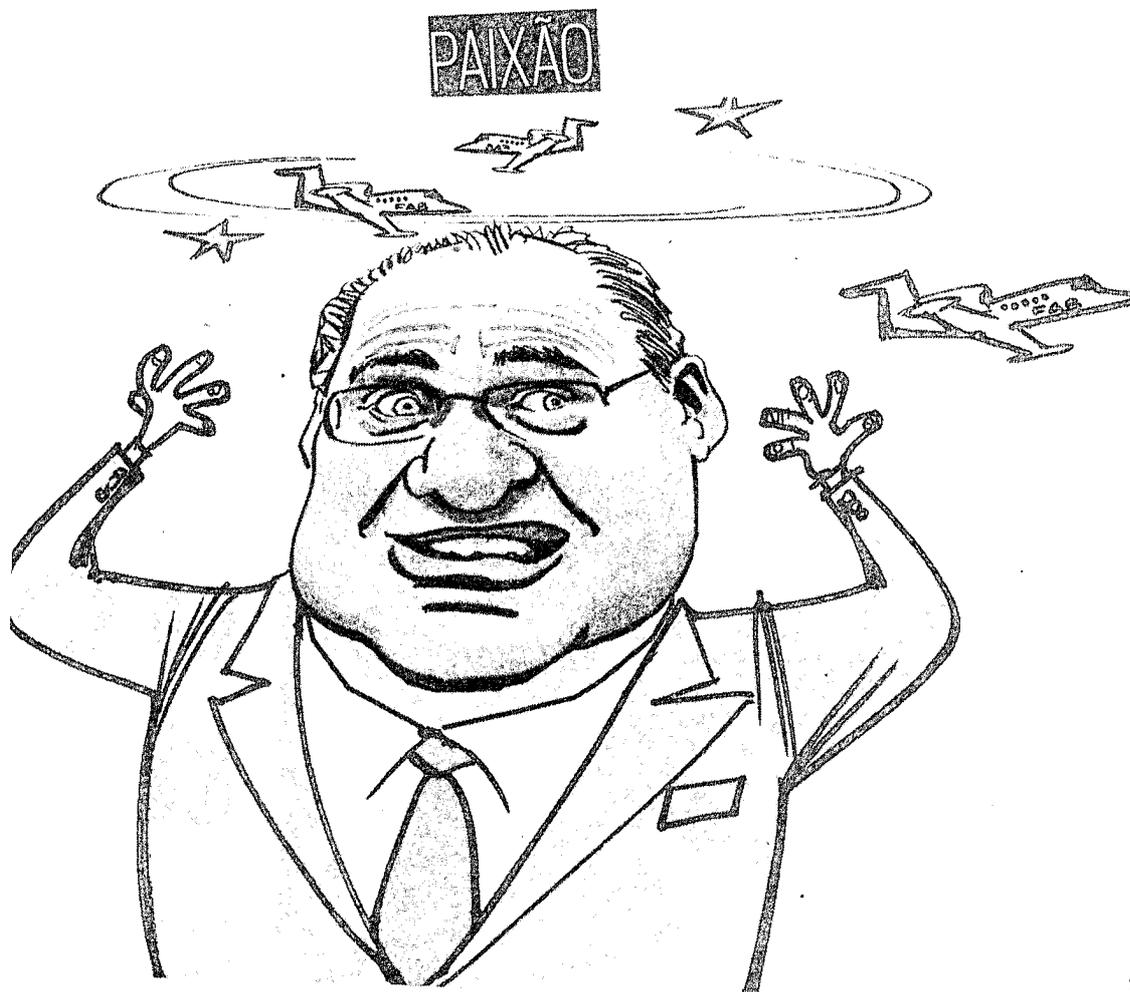
Renan é senador por Alagoas. O vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), ao tentar defender o amigo disse que o presidente do Senado se valeu do jatinho para ir para casa, mas "desceu antes". Viana, porém, incorre em erro de geografia, pois Recife está localizada depois de Maceió. Além disso, a reserva da aeronave foi feita para levar Renan a Recife, como demonstra relatório da FAB — ou seja, oficialmente, ele não solicitou o avião para ir para sua casa.

R\$ 32 MIL

foi o valor já ressarcido neste ano por Renan Calheiros à União, por ter usado, em junho, um avião da FAB para ir a Trancoso, na Bahia, para participar do casamento da filha do senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Depois que o fato foi revelado pela imprensa, ele devolveu o dinheiro.

24 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

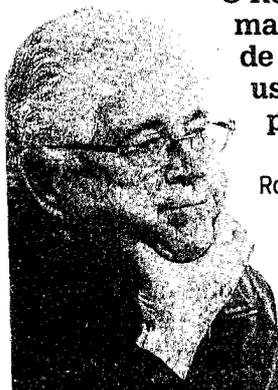


Pinga-fogo

26 DEZ 2013



**“O Renan que me perdoe,
mas ele estava careca
de saber que não devia
usar avião da FAB para
passear.”**



Roberto Requião (PMDB-PR),
senador, fazendo piada no Twitter
sobre o uso de um jatinho da FAB
feito pelo presidente do Senado,
Renan Calheiros (PMDB-AL),
para ir de Brasília a Recife,
onde fez um implante capilar.

24 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

**Coluna
do leitor**

||| **Justiça aprova trabalho de médicos cubanos no Brasil**

||| A Advocacia-Geral da União (AGU) informou ontem que conseguiu manter judicialmente a continuidade da cooperação do Brasil com Cuba para a vinda de profissionais pelo programa Mais Médicos. O acordo havia sido questionado na Justiça pelo Conselho Federal de Medicina por meio de uma ação civil pública. O acordo entre os dois países foi intermediado pela Organização Pan-Americana da Saúde, braço da Organização Mundial da Saúde para as Américas. Só no segundo semestre de 2013, 5,4 mil médicos cubanos vieram ao país para atuar no programa federal. Segundo a AGU, a Justiça não aceitou a alegação do conselho de que havia vínculo empregatício com os médicos intercambistas – os cubanos ganham apenas uma bolsa.

Gaeco

A organização conhecida por Gaeco, coordenada pelo Ministério Público e composta por policiais militares e civis, tem apresentado resultados muito bons contra o crime organizado e a corrupção. Nesse tipo de trabalho, a experiência é fundamental e ficar trocando os integrantes é brincadeira de criança. O Gaeco deve lutar com todas as forças para manter os policiais experientes que integram o grupo, pois se eles forem para as atividades comuns de polícia, o crime organizado sairá ganhando.

Luiz Eduardo Hunzicker, Colombo – PR

Gaeco

“Enquanto isso, o povo está sem segurança alguma, não tem gasolina para os carros da polícia por falta de pagamento aos postos que fornecem.”

Chagas Melo, via Facebook, sobre a discordância entre o governo estadual e o Gaeco.

Pinga-Jogo

“Espero que o Judiciário contenha-se nos seus limites constitucionais, para não termos o constrangimento de partir para, não digo um enfrentamento, mas uma grave discordância entre os Poderes.”

Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara dos Deputados, em entrevista à TV Câmara, sobre reforma política. Para ele, o assunto é prerrogativa exclusiva do Legislativo.

24 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

SINTESES

A UNIÃO HOMOSSEXUAL DEVE IR A PLEBISCITO?

Direitos humanos: não se pergunta, se respeita

Toni Reis

“É longo o caminho para a liberdade”, disse Nelson Mandela.

A lei máxima no Brasil é a Constituição Federal, que tem entre seus princípios, direitos e garantias fundamentais a igualdade, a não discriminação, a dignidade humana, a privacidade, a proteção jurídica e a liberdade de expressão e de crença. Entre os diversos acordos internacionais que o Brasil tem ratificado está a Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), que inclusive reafirmou que as pessoas têm direitos sexuais, incluindo o direito de expressar livremente a orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade.

Dentro desse quadro, em 5 de maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou por unanimidade que a união estável homoafetiva tem de ser reconhecida em perfeita igualdade com a união estável entre um casal heterossexual. O STF nada mais fez do que garantir que os direitos constitucionais acima mencionados fossem acessados com igualdade pela população homossexual, e ninguém no Brasil perdeu nada com isso.

No entanto, a decisão do STF não agradou a todos. Entre outras reações, surgirem no Congresso Nacional proposições legislativas apresentadas principalmente por parlamentares de convicção religiosa, inclusive a de “convocar um plebiscito para decidir sobre a união civil de pessoas do mesmo sexo” (PDC 232/2011), entre outras.

Diante dessa ocorrência, é preciso voltar a princípios básicos consagrados na legislação brasileira. Desde 1890 o Brasil é um Estado laico, significando — grosso modo — que o país não tem uma religião oficial, as pessoas têm liberdade de escolha e prática de suas religiões, o Estado não deve interferir e nem apoiar as religiões e que estas também não

devem interferir em qualquer uma das esferas e níveis do governo. Laicidade significa a efetiva separação entre todas as instâncias do governo e as religiões.

A partir dessa perspectiva, quem é eleito pelo povo para exercer função pública, inclusive no parlamento, tem a obrigação de respeitar o princípio da laicidade do Estado. Quem legisla deve apresentar proposições alicerçadas na lei maior do país, e não em convicções pessoais em contrário, inclusive as de cunho religioso. Isso não quer dizer que a pessoa não tem liberdade de crença, apenas que ela precisa saber distinguir entre o foro pessoal e o foro público.

Antes da decisão do STF, os casais homoafetivos não acessavam os mesmos direitos que suas contrapartes heterossexuais, prevalecendo uma situação de injustiça e ausência de proteção jurídica, ferindo a Constituição e o princípio da universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos. Como afirmou o ministro do STF Celso de Mello, “ninguém pode ser privado de seus direitos políticos e jurídicos por causa de sua orientação sexual”.

Assim, é uma afronta em todos os sentidos propor a realização de um plebiscito para “decidir sobre a união civil de pessoas do mesmo sexo”. Os direitos humanos das pessoas não podem ser questionados — muito menos decididos — dessa forma. Têm de ser garantidos e respeitados, de maneira indiferenciada. Isso é o que estabelece a Constituição que rege nosso país.

Por famílias de todas as cores e todos os amores!

CONTINUA

Toni Reis, doutor em Educação, é secretário de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

Plebiscito

inconstitucional?

André Gonçalves Fernandes

A Câmara dos Deputados está debatendo uma proposta de plebiscito sobre a união homossexual e, independentemente do resultado, caso vingue a ideia, a questão antecedente está na aparente inconstitucionalidade da proposta, pois uma atuação plebiscitária não poderia questionar uma cláusula pétrea — que, no caso em foco, consistiria no direito individual ao casamento civil.

O STF reconheceu a constitucionalidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Como a CF preconiza a facilitação da conversão da união estável em casamento, logo, o casamento civil, como vestimenta legal para a proteção de relações homoeróticas, seria decorrência lógica da conjunção dessas proposições. Foi a interpretação que prevaleceu no CNJ ao se editar a resolução cartorial que estabelece as regras formais para o casamento homoerótico. Interpretação pouco rica em seus fundamentos, porque ignora a teleologia social do casamento e sua relação com o bem comum. O modelo matrimonial de nossa tradição jurídica não tem a pretensão de dar proteção a simples ligações de amizade, tratos assistenciais, vínculos sexuais ou, na linguagem atual, laços afetivos. Vai além e excede em muito estas vivas realidades: busca efetivar um estilo de vida que assegure a estabilidade social e o recâmbio e a educação das gerações vindouras.

Nessa tarefa, é inevitável debruçar-se sobre o propósito do matrimônio: a equiparação da parceria homossexual à condição matrimonial não seria um privilégio? A manutenção do *statu quo* do matrimônio não seria uma discriminação para a parceria homossexual? As perguntas pertencem a um rol de argumentos de razões públicas. A despeito da resolução do CNJ, não parece que as eventuais proibições dos homossexuais em contrair matrimônio — e não falo da união estável — impliquem numa discriminação estrita ou mesmo numa negação de direitos.

Quando o Direito distingue um vínculo, baseado numa complementariedade essencial e existencial voltada para a fecundidade e para o bem comum, de outro vínculo, assentado numa complementariedade que se resume à afetividade, ele deve dar a cada um o seu: ao primeiro, a condição de matrimônio; ao segundo, a de pacto civil, como, aliás, sucedeu por muito tempo em vários países europeus.

Ao dar a cada um o seu, o Direito faz justiça. Não segundo essa visão bem tosca transmitida pelo positivismo jurídico, correspondente ao fetichismo legal. Nem de acordo com essa noção sociológica em que o legislador reduz-se a um notário, uma espécie de chancelador normativo de qualquer fato social. Tampouco conforme essa visão igualitarista que pretende, utopicamente, anular toda diferença natural, fator de enriquecimento social recíproco. Mas segundo uma noção perene e sempre atual de justiça: a de que iguais devem ser tratados igualmente e os desiguais, desigualmente, na exata proporção da desigualdade.

Discriminar é distinguir, e continuamente distinguimos. Isso é inevitável. Apenas é reprovável a discriminação arbitrária, aquela que carece de qualquer fundamento ontologicamente objetivo, da qual o “casamento” gay está fora, porquanto chamar cada coisa pelo devido nome é uma justa discriminação — nesse caso, semântica e jurídica. E, por isso, o plebiscito é constitucional, porque não fere qualquer direito da minoria homossexual, que pode se valer da união estável ou dos pactos civis.

André Gonçalves Fernandes, juiz de Direito, é professor do IICS-CEU Escola de Direito e coordenador do IFE Campinas.

26 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

Tráfico de pessoas

A CPI do Tráfico de Pessoas deve terminar seus trabalhos em março de 2014, quando está prevista a votação do relatório final da deputada federal Flávia Moraes (PDT-GO). Um relatório parcial com sugestões legislativas já foi aprovado. Entre as propostas, está a proibição de se intermediar pessoas físicas nos processos de adoção internacional e a restrição do agenciamento de modelos profissionais. Agora, a CPI deve trabalhar para concluir o relatório com sugestões ao Poder Judiciário de indiciamento dos envolvidos com o crime.

Condenação mesmo sem publicação

Apesar de não ter tido sua declaração publicada, o empresário Alexandre Paes dos Santos foi condenado a pagar R\$ 5 mil a Fábio Luís Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula. Santos chamou Lulinha – como Fábio é conhecido – de “primário”, “idiota” e “uma decepção” em conversa com Alexandre Oltramari, jornalista da revista *Veja*. Lulinha soube das declarações ao processar a publicação por reportagens em que foi apontado como lobista. Santos teria dito ao jornalista que Lulinha despachava em seu escritório em Brasília. O desembargador Alcides Leopoldo e Silva Júnior considerou que Santos teve intenção de ofender Lulinha, mesmo que sua frase não tenha sido publicada.

27 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Pivô de escândalo da sogra fantasma ganha cargo na Sanepar

Sanepar nomeia réu do caso da "sogra fantasma"

O secretário de estado de Cerimonial, Ezequias Moreira, foi nomeado, por indicação do governo estadual, para ocupar uma vaga no Conselho de Administração da Sanepar. Ele responde a uma ação criminal por ser o pivô no escândalo da "sogra fantasma".

Ezequias Moreira, réu em caso de desvio de dinheiro, já tem posto de secretário e acumulará nova função remunerada

Chico Marés

O governo do Paraná indicou na semana passada para uma vaga no Conselho de Administração da Sanepar o secretário de Estado de Cerimonial e Relações Internacionais, Ezequias Moreira. Colaborador do atual governador desde o tempo em que Beto Richa (PSDB) era deputado estadual, nos anos 1990, Ezequias é réu no caso da "sogra fantasma" — um esquema de desvio de dinheiro do Legislativo que teria resultado num prejuízo de R\$ 500 mil ao erário.

A nomeação de Ezequias foi publicada ontem em edital da Sanepar na Gazeta do Povo. O texto informa que ele ocupará a vaga deixada por Luiz Antônio Leprevost, que sai da empresa para assumir um cargo na Cópel. O mandato de Ezequias no conselho, que é remunerado e será acumulado com o cargo de secretário, vai até maio de 2014.

Em 2007, o Ministério Público recebeu a denúncia de que a sogra de Ezequias recebeu salários da Assembleia por 11 anos sem trabalhar. Ezequias foi chefe de gabinete de Beto Richa (PSDB) quando ele era deputado estadual. O atual secretário admitiu a irregularidade e devolveu, em 2008, R\$ 539,4 mil aos cofres públicos espontaneamente. Ele foi condenado por improbidade administrativa em 2012, e ainda responde a uma ação criminal por peculato.

Sanepar

Quando assumiu o governo do estado, em 2011, Richa nomeou Ezequias para o cargo de diretor de Relações com Investidores da Sanepar. Na ocasião, disse que "perdoa o pecador e não o pecado". Em junho deste ano, Richa criou nova secretaria especial de Cerimonial e de Relações Internacionais e o cargo foi dado a Ezequias. A partir desta nomeação, o secretário passou a ter foro especial na ação

criminal à qual ainda responde. Por isso, o processo, que estava a uma semana da audiência de instrução, foi encaminhado para julgamento no Tribunal de Justiça.

Segundo o estatuto social da Sanepar, o conselho de administração é composto por nove membros titulares e nove suplentes. Eles têm a função de fixar a orientação geral dos negócios da empresa, eleger e destituir a diretoria, aprovar o plano de cargos e salários da companhia, homologar licitações acima de R\$ 2 milhões e deliberar sobre empréstimos a serem contraídos, entre outras funções. O estatuto da empresa diz, ainda, que eles têm a função de deliberar sobre os próprios honorários.

Outro lado

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Sanepar informou apenas que Ezequias foi indicado pelo governo, acionista majoritário da empresa, para assumir a vaga de Leprevost. Questionada sobre o salário do conselheiro, a assessoria da Sanepar comunicou que é uma opção da empresa não divulgar seus salários, e que se considera isenta da Lei de Acesso à Informação por ser uma empresa de economia mista.

Já o governo do estado informou que Ezequias atuou como diretor da Sanepar e que "reúne as condições necessárias" para assumir o cargo.

CONTINUA

27 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ENTENDA O CASO

Confira como se desenrolou o caso da sogra fantasma:

07/08/2007 - O MP recebe a denúncia de que a sogra do então chefe de gabinete do prefeito Beto Richa (PSDB), Ezequias Moreira, recebeu sem trabalhar salários da Assembleia por 11 anos. Segundo a denúncia, Ezequias usava a sogra como "laranja" e ficava com R\$ 3,4 mil mensais.

13/08/2007 - Ezequias é exonerado do cargo na prefeitura de Curitiba.

26/11/2007 - O MP abre duas ações contra Ezequias: na esfera cível, por improbidade administrativa, e na penal, pelo crime de peculato.

04/04/2008 - Ezequias devolve espontaneamente aos cofres públicos R\$ 539,4 mil, correspondentes aos salários pagos à sogra, mais juros e correção.

05/01/2011 - Ezequias é nomeado diretor de Relações com Investidores da Sanepar pelo governador Beto Richa.

03/07/2012 - A Justiça condena Ezequias por improbidade administrativa.

19/06/2013 - Ezequias é nomeado secretário especial do Cerimonial e Relações Internacionais por Richa.

27/06/2013 - Na esfera penal, seria realizada uma audiência de instrução e julgamento na 5ª Vara Criminal de Curitiba. Havia a possibilidade de que a sentença fosse proferida. Diante da nomeação para o primeiro escalão estadual, porém, a defesa de Ezequias requer que o caso seja remetido ao Tribunal de Justiça (TJ), com base no foro privilegiado. Com isso, a audiência em 1ª instância é remarcada para 13 de agosto.

02/07/2013 - O TJ suspende o andamento, no 1º grau, do processo criminal e determina o encaminhamento da ação para o Órgão Especial da Corte, devolvendo o caso praticamente à estaca zero.

17/12/2013 - O governo do Paraná nomeia Ezequias para uma vaga no Conselho de Administração da Sanepar.

R\$ 539,4 MIL

foi o valor que Ezequias devolveu aos cofres públicos para se livrar da ação civil a que respondia pelo caso da sogra fantasma. A ação criminal parou depois que Ezequias virou secretário de Estado.

27 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Entrelinhas

Quadro desaparecido

Uma pintura a óleo de 1951 *(foto)* desapareceu do Palácio Iguazu, em Curitiba. O alerta é do escritor e historiador Jair Elias dos Santos Júnior, autor de dez livros sobre a história de Campo Mourão e do Paraná. O



desaparecimento foi constatado em 2003, quando ocorreu um levantamento do acervo do Palácio. Com 41 cm de comprimento e 33,5 cm de largura, o quadro "Meu Senhor", do holandês Win Leendert Van Dijk, tem o verso datado e assinado pelo autor. Uma imagem de 1992 mostra a tela no gabinete do governador *(foto)*.

27 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

➤ SEGURANÇA PÚBLICA

Vasques tem novo revés no MP-PR, mas segue como secretário

Antônio Senkovski e Diego Ribeiro

O Órgão Especial do Colegiado de Procuradores do Ministério Público do Paraná manteve a decisão do Conselho Superior do MP-PR de não renovar a licença do procurador de Justiça Cid Vasques, que permite a ele ocupar o cargo de secretário da Segurança Pública. Foram 16 votos contra e apenas dois a favor da renovação. O órgão analisou o mérito do caso, a pedido do próprio Vasques, na tarde de ontem. No MP-PR, era a última instância para tentar manter a licença.

Apesar do revés, o secretário vai continuar no cargo até que todas as possibilidades de apelação sejam esgotadas. É o que determina uma nova liminar do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), anunciada pouco tempo depois do parecer final do Colegiado de Procuradores. A decisão é do presidente do tribunal Guilherme Luiz Gomes. Após a reunião do Conselho do MP-PR, o secretário já havia obtido uma liminar favorável no TJ-PR, mas esta só tinha validade até a análise definitiva do Colegiado.

O advogado que defende Vasques, Rodrigo Xavier Leonardo, diz que na prática o julgamento de ontem não in-

terfere na vida do secretário. “Acolhemos como uma decisão desfavorável, mas os nossos propósitos continuam e o doutor Cid Vasques continua sendo o secretário de Segurança.”

Leonardo diz que vai entrar com recursos no Conselho Nacional do Ministério Público e no Conselho Nacional de Justiça. “Nós vamos continuar recorrendo porque temos certeza que, em âmbito nacional, teremos uma sorte diversa daquela que estamos tendo na esfera local.”

As decisões de ontem são mais um capítulo na queda de braço entre Vasques e o Gaeco, braço do MP-PR de combate ao crime organizado que pediu a revogação da licença. O afastamento de membros do MP-PR para exercer função fora da instituição é regulamentado pelas Leis Orgânicas Estadual e Nacional do MP.

“A política de segurança pública praticada pelo secretário contraria a política institucional do Ministério Público, órgão ao qual o procurador Cid Vasques pertence. Como poderia a instituição autorizar novo afastamento da carreira (...) se a atuação dele na secretaria vai contra o que o MP-PR acredita ser fundamental para um combate efetivo à criminalidade organizada?”

Gilberto Giacoia, procurador-geral de Justiça, que presidiu ontem a sessão do Colegiado de Procuradores do MP-PR.

NORMA

Rodízio de policiais contraria decreto que regulamenta cooperação

O ex-procurador-geral de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior Neto, em cuja gestão foi assinado o decreto do governamental que estabeleceu as diretrizes da cooperação entre o governo do estado e o MP-PR para o combate ao crime organizado, votou contra a prorrogação da licença do procurador Cid Vasques. De acordo com Olympio, a indicação unilateral de policiais e o rodízio imposto pelo secretário desestabilizam por completo o Gaeco. Ele lembrou que uma das dificuldades para a edição do decreto na época foi justamente garantir uma estrutura de caráter mais permanente, que pudesse evitar a troca frequente de policiais e a instabilidade do grupo. Ele ressaltou que, em algumas situações, essa estabilidade evitou ingerências e a consequente falta de efetividade das investigações. “Esses temas [como o rodízio policial nos Gaecos] foram superados antes, quando o decreto foi editado”, recordou.

“Interesses de quem?”

Segundo Sotto Maior, é incompreensível e absurdo o fato de o fiscalizado (policiais) querer submeter o fiscalizador (Gaeco) aos seus interesses, como na escolha de policiais. “Isso atende a interesses de quem?”. (AS E DR)

27 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Máfia do leite no Rio Grande do Sul pega penas de até 18 anos

■ A Justiça de Ibirubá (RS) condenou seis envolvidos com a fraude do leite descoberta em maio deste ano pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Segundo a denúncia, o grupo colocava água e ureia para aumentar o volume do leite que comprava de agropecuaristas e entregava em indústrias de beneficiamento. Um dos réus foi condenado a 2,1 anos de reclusão em regime semiaberto. Os demais terão de cumprir penas em regime fechado. Dois foram condenados a 9,7 anos; um a 9,3 anos; um a 11,7 anos e um a 18,6 anos. Todos podem recorrer ao Tribunal de Justiça. O promotor de Justiça Mauro Rockenbach, autor da denúncia, considera a adulteração do leite um crime mais grave que o tráfico de drogas.

28 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Ezequias em alta no governo

O pivô do caso da “sogra fantasma”, que já tinha status de secretário de Estado, agora fará parte do Conselho de Administração da Sanepar

Um dos mistérios da vida pública brasileira é a facilidade com que pessoas envolvidas em escândalos de mau uso do dinheiro público conseguem retornar ao cenário político, às vezes pouquíssimo tempo depois de estourarem as denúncias que as levam a desaparecer temporariamente do noticiário. Esse retorno se dá de duas maneiras: a primeira é por meio do voto popular, o que infelizmente deixa evidente a falta de memória política do brasileiro. A segunda é pela mão dos governantes, graças a nomeações ou indicações.

Nesta segunda situação se encontra Ezequias Moreira, que ficou conhecido pelo triste caso da “sogra fantasma” e acabou de ganhar um novo impulso em sua carreira, indicado nesta semana para o Conselho de Administração da Sanepar. Em 2007, ele era assessor de Beto Richa, então prefeito de Curitiba, quando se descobriu que Ezequias recebeu, por 11 anos, dinheiro referente ao salário de sua sogra na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sem que ela nunca tivesse trabalhado no local. Após a denúncia ter estourado, Ezequias foi demitido por Richa e começou a responder a dois processos, um cível e outro, criminal. Como devolveu aos cofres públicos o meio milhão de reais que ganhou irregularmente, escapou do processo cível.

Aparentemente, isso foi o suficiente para ganhar também o perdão do agora governador Beto Richa. Assim que tomou posse, em janeiro de 2011, Richa trouxe Ezequias para o governo, fazendo dele diretor de Relações com Investidores da Sanepar e alegando que era preciso “perdoar o pecador, e não o pecado”. No entanto, o processo criminal, por peculato, seguia correndo contra Ezequias na primeira instância. Em junho deste ano, às vésperas de uma audiência na 5.ª Vara Criminal de Curitiba em que poderia ser proferida a sentença contra Ezequias, o governador completou a redenção do seu protegido nomeando-o secretário especial de

Cerimonial e Relações Internacionais. A nomeação deu a Ezequias status de secretário de Estado, o que, por sua vez, rendeu ao pivô do escândalo da “sogra fantasma” foro privilegiado — ou seja, o processo criminal que corria na primeira instância passou para o Tribunal de Justiça do Paraná, o que, na prática, levou ao adiamento do desfecho da ação.

Mas a secretaria e o foro privilegiado não parecem suficientes, e agora Ezequias integrará o conselho da Sanepar, por indicação do governo estadual. Reportagem da Gazeta do Povo de ontem mostra que, entre as funções dos conselheiros, estão “fixar a orientação geral dos negócios da empresa, eleger e destituir a diretoria, aprovar o plano de cargos e salários da companhia, homologar licitações acima de R\$ 2 milhões e deliberar sobre empréstimos a serem contraídos”, além de “deliberar sobre os próprios honorários” — honorários, aliás, cujo valor a Sanepar não divulga, alegando ser uma empresa de economia mista e, por isso, fora do alcance da Lei de Acesso à Informação. O que se sabe há muitos anos é que a participação em conselhos de empresas vem sendo usada como meio de turbinar os vencimentos de ministros e secretários de Estado, alguns dos quais passam a receber acima do teto do funcionalismo. Em junho deste ano, por exemplo, a Gazeta do Povo mostrou que a participação no Conselho de Administração da Copel rendia R\$ 7,3 mil mensais a José Richa Filho, secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná. Já o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência, ganhava R\$ 8,1 mil por mês por estar no conselho do Sesc.

Por mais piedosas que sejam as metáforas religiosas usadas para justificar a presença de Ezequias Moreira no governo, a verdade é que ele não apenas admitiu implicitamente seu erro ao devolver os valores recebidos irregularmente, mas também ainda não pagou sua dívida para com a sociedade, pois precisa terminar de responder ao processo criminal que corre contra ele. Não há justificativa possível para que alguém com tal currículo ocupe não apenas uma secretaria de Estado, mas também um cargo em um conselho que define os rumos de uma empresa que pertence, ainda que parcialmente, ao povo paranaense — povo que vê seus anseios de moralização da vida política, demonstrados de forma pungente nas manifestações de junho, frustrados com nomeações como a desta semana.

28 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

**Reinaldo
Bessa**

Modernização é a palavra

Rogério Portugal Bacellar assume, no início de 2014, novo mandato de três anos como presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), com sede em Brasília. A posse do tabelião e registrador paranaense está marcada para fevereiro. Bacellar defende a integração nacional dos serviços, com digitalização e transmissão on-line de documentos formalizados e registrados nos cartórios, a exemplo do que já ocorre em alguns estados do Brasil com as certidões do registro civil.

**Coluna
do leitor**

Ezequias Moreira 1

Nunca, em hipótese alguma, o governo do estado deveria dar cargos de confiança para um réu de processo por corrupção (**Gazeta**, 27/12). Atitudes assim demonstram o descaso com que os governantes tratam o seu povo. Dias atrás, o prefeito de Tóquio, no Japão, renunciou ao mandato por ter sido envolvido em um escândalo de corrupção. Aqui, infelizmente, ainda convivemos com essa vergonha.

Luiz Cesar Andriolli

Ezequias Moreira 2

Corrupto ou ladrão receber emprego público é tão vergonhoso quanto quem o emprega. Vovô já dizia que amarrar cachorro com linguiça não dá certo. Essas coisas enojam qualquer ser vivo.

Ivo Bittencourt Filho

Ezequias Moreira

"Estamos bem com gestores escolhidos a dedo. Em um governo sério e responsável seria possível isso [a nomeação de Ezequias Moreira]?"

Ruy Rebka Prado, via Facebook, sobre a nomeação de Ezequias Moreira para o Conselho da Sanepar.

29 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» DESBUROCRATIZAÇÃO

Registro de imóveis será eletrônico

A partir de julho de 2014, o documento deve estar disponível on-line

Taiana Bubniak

Para agilizar as transações que envolvem imóveis, a lei 11.977/2009 prevê que todos os registradores terão de contar com plataforma on-line para o registro. Válida para todos os estados, a lei determina que o documento deve migrar para versão eletrônica até 8 de julho de 2014.

A pouco mais de seis meses do prazo, o Paraná está preparado para a mudança. De acordo com o diretor de registro de Imóveis da Associação Nacional dos Registradores no Paraná (Anoreg-PR), João Carlos Kloster, há tranquilidade para cumprir a data no estado. Ele diz que a medida vai facilitar a compra e venda de imóveis.

“Digamos que eu esteja em uma cidade, mas queira comprar imóvel em outra. Atualmente, eu precisaria ir até o registro de imóveis do município onde fica o imóvel que para solicitar a matrícula e verificar se o bem está em dia, se não há pendências nem processo judicial, e se ele tem realmente a metragem e área construída anunciadas”, exemplifica Kloster. “Com o registro eletrônico, qualquer pessoa poderá fazer esse trâmite pela internet, já que essas informações são públicas”, observa.

Além da transição das fichas de papel para a plataforma digital, também haverá integração entre as informações dos cartórios. “Já se fazem tantas operações pela internet, como compras, operações bancárias e reservas de hotéis, por exemplo, que a migração é natural, não seria diferente com os imóveis”, aponta.

De acordo com Kloster, a implantação do registro eletrônico está adiantada no Paraná. “Os registradores de imóveis no estado constituíram uma associação sem fins lucrativos que faz estudos de viabilidade de tecnologia da informação há 12 anos. Aguardamos a regulamentação dessa plataforma pela Justiça Estadual”, comenta. Ele afirma que o Paraná já tem a ferramenta pronta para ser aplicada.

Hoje o Brasil tem 3.454 cartórios de registro de imóveis. A estimativa é que mais de 60% estejam em condições de tornar os seus processos eletrônicos, de acordo com o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil.

29 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Coluna do leitor

Ezequias Moreira 1

Embora o Brasil seja um país que adote o princípio do estado de inocência, ou seja, pela Constituição ninguém será considerado culpado até decisão judicial transitada em julgado, é lógico que a indicação de réus em processo de corrupção para ocupar cargo em empresa ou na própria administração direta é uma atitude que foge à probidade administrativa. Tal conduta lembra aquela muito comum nas penitenciárias do Brasil, o chamado "preso de confiança".

Fábio Alexandre Sombrio

Ezequias Moreira 2

A ninguém deve ser negado o direito de trabalhar, e nem de se recuperar após ter errado. Mas é difícil aceitar passivamente a indicação reiterada do senhor Ezequias Moreira para altos cargos no Executivo. Com o passado do personagem, seria de se esperar atitudes mais prudentes do chefe do Executivo, e mais coerentes com os padrões de ética tão alardeados pelo seu partido.

Robert Monteiro Hipólito

➤ FRASES DA SEMANA

"Espero que o Judiciário contenha-se nos seus limites constitucionais, para não termos o constrangimento de partir para, não digo um enfrentamento, mas uma grave discordância entre os Poderes."

Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara dos Deputados, em entrevista à TV Câmara, sobre reforma política. Para ele, o assunto é prerrogativa exclusiva do Legislativo.

"A inércia do Congresso traz riscos para a democracia. E proteger as regras da democracia é um papel do Supremo."

Luis Roberto Barroso, ministro do STF explicando porque o Judiciário começou a julgar se as doações de empresas para campanhas eleitorais são inconstitucionais.

GAZETA DO POVO

RODRIGO XAVIER LEONARDO

**Ah, os juízes! Ah, os
advogados! Ah, a
imprensa!**

Rodrigo Xavier Leonardo

30 DEZ 2013

Na Itália da década de 1930, a usual e recíproca incompreensão entre magistrados e advogados foi retratada, com humor e elegância, por Piero Calamandrei, no opúsculo *Elogio dei giudici scritto da un avvocato* (em traduções portuguesas, conhecido pelo título “Eles, os juízes, vistos por nós, os advogados”). Esse desenho de posições, tantas vezes rabiscado com traços de antagonismo, retornou à minha mente quando da leitura da opinião da professora de Jornalismo Regina Kracik, publicada na *Gazeta do Povo* de 15 de dezembro, e posteriormente contestada, neste mesmo jornal, pela Associação dos Magistrados (Amapar), por meio de seu presidente, Fernando Ganem, e de seu diretor de Comunicação Social, Rogério Ribas (ambos juízes de Direito), no dia 17.

Procurei acessar a severa opinião e a resposta por meio de duas lentes que exerço cotidianamente: a advocacia e o magistério. Daí o inspirador reencontro com o clássico de Calamandrei, que permanece tão atual quanto o debate estampado na *Gazeta*.

Ao findar mais um ano de diuturno trabalho em defesa dos direitos e das garantias daqueles que me confiaram as suas causas, por vezes me deparei com a frustração por não obter a decisão pretendida no tempo esperado. Também experimentei o desapontamento, numa ou noutra audiência em que, laudando as partes, as esperanças pareceriam fenecer.

De outro vértice, em inúmeras situações, vivenciadas exponencialmente em maior número, pude presenciar o silencioso poder transformador da sociedade que é laboriosamente cultivado pelas mãos dos juízes, com particular característica, em primeiro grau de jurisdição.

Se fosse possível acessar uma “retrospectiva 2013” das notícias provenientes da Justiça paranaense, encontraríamos abundantes exemplos de uma postura corajosa e destemida de diversos magistrados em defesa das liberdades constitucionais, no enfrentamento dos desvios do poder em suas diversas esferas, na ousadia de desfazer algumas das expressões mais pavorosas de prepotência, opressão e tirania que continuam a grassar pelo nosso país, por vezes como se não existisse a Constituição de 1988.

Essas polaridades são naturais e inevitáveis. Assim como as partes e os seus advogados, os magistrados também têm dias melhores e piores, igualmente estão expostos ao cotidiano opressor. Os acertos e desacertos, nalguma medida, são sinais de humanidade, de identidade e de proximidade. Nenhum dos extremos desse pêndulo é um retrato fiel.

Pela outra lente, como professor da Faculdade de Direito da UFPR, diante da conclusão dos trabalhos com mais uma excepcional turma de quintanistas, encontrei alguns dos principais jovens talentos ostentando um sereno e firme objetivo de vida: tornar-se magistrado no estado do Paraná.

Isso não é magnífico?

Esses jovens bacharéis, mesmos cientes da descomunal dificuldade do concurso público para o ingresso na magistratura, cada vez mais rigoroso e seletivo, e com a segura percepção da aridez da vida daqueles que diariamente têm a função de julgar, extraída da vivência colhida nos anos de estágio, mantêm esse propósito de vida, homenageando a singular importância que a magistratura exerce para o país.

CONTINUA

3 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

As duas lentes da minha experiência se unem como pontas. E, mediando essas pontas, o reconhecimento da liberdade de expressão, de opinião, de crítica e de debate democrático, inclusive e em especial a respeito da cotidiana atividade jurisdicional, merece destaque.

A opinião, como certa vez sublinhou Spinoza, “jamais tem lugar com respeito a algo de que estamos certos, mas só quando se fala de conjecturar e supor”. Por assim ser, a opinião nem sempre reflete a verdade.

A opinião também não é necessariamente justa. Em *Humano, demasiado humano*, Nietzsche sublinhou que a justiça, por pretender “dar a cada coisa, viva ou morta, real ou imaginada, o que é seu”, pode ser até mesmo avessa à opinião, pois é “das paixões que brotam as opiniões; a *inércia do espírito* as faz enrijecerem na forma de convicções”.

A justiça persegue o *suum cuique tribuere*, o conferir a cada um o que é seu. A opinião não.

Em que pese a opinião não guardar um necessário compromisso com a verdade e com a justiça, isso não a torna menor, desimportante. Pelo contrário. É imprescindível que um jornal, vocacionado pela liberdade e pela democracia, publique opiniões, certas ou erradas, justas e injustas.

O debate que floresce disso tudo homenageia a sociedade. Assim, tanto a desiludida opinião da leitora como a manifestação de repúdio da Amapar foram peças de um mosaico democrático que, por ser plural e tolerante, aglomera cores e formas diferentes.

Poder contemplar esse mosaico, pela leitura de um jornal, é uma prerrogativa de que não se pode abrir mão. É alvissareiro. Assim como olhamos as marcas do tempo em nosso corpo, não podemos deixar de dirigir o olhar para esses sinais de amadurecimento da democracia em nossa sociedade.

Rodrigo Xavier Leonardo, advogado, é doutor pela USP, pós-doutor pela Università degli Studi di Torino (Itália) e professor de Direito Civil na UFPR.

30 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» INTERNET

TJ condena pais de garoto que postou ofensas na rede

Os pais de um adolescente que criou uma comunidade no Orkut foram condenados a pagar indenização de R\$ 55 mil a uma jovem vítima de ofensas na rede social. A decisão é do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), que considerou que os pais são responsáveis por supervisionar o que os filhos fazem na internet.

Segundo o TJ, o jovem criou uma comunidade que levava o nome de uma colega de faculdade. Na página, o rapaz relatava fazer sexo com ela e publicava material pornográfico.

Na primeira instância, os pais foram absolvidos. A jovem recorreu e reverteu a sentença na 5.^a Câmara de Direito Privado do TJ. Para os desembargadores, não é necessário sequer provar que os pais tinham conhecimento ou aprovavam a conduta do filho.

“O avanço tecnológico e a intensa divulgação na mídia a respeito das diversas fraudes e crimes praticados na internet exigem dos pais especial cautela e dever de vigilância dos filhos, na utilização das ferramentas disponíveis no mundo virtual”, disse em seu voto o desembargador Fábio Henrique Podestá.

GAZETA DO POVO

PGR vai ao STF contra lei que inspirou norma do PR

30 DEZ 2013

■ Lei criada pelo governo do Rio de Janeiro que permite o uso de depósitos judiciais não-tributários para o pagamento de precatórios e que foi a inspiração para o Paraná editar norma semelhante foi questionada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Ele pediu a anulação da lei ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O governo do Paraná se espelhou na legislação fluminense para embasar medida que repassaria 30% dos depósitos não-tributários de posse do Judiciário estadual para o Executivo. Os valores envolvidos são estimados em R\$ 2,3 bilhões e seriam utilizados em saúde, educação, segurança pública.

Em julho, no mesmo dia que a lei paranaense foi aprovada pela Assembleia, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) impediu liminarmente o repasse das verbas dos depósitos, mas o governo do estado recorreu. Na última sessão do CNJ em 2013, o assunto esteve em pauta, mas o mérito não foi votado e a decisão ficou para o próximo ano.

Os depósitos judiciais são feitos quando uma das partes é intimada a depositar em juízo determinada quantia enquanto o processo não acaba, a fim de garantir o pagamento do vencedor. No caso dos não-tributários, envolve apenas terceiros — o Estado não é parte. Exatamente por isso, Janot defende que a lei do Rio caracteriza “empréstimo compulsório velado” e “apropriação do patrimônio alheio”.

3 0 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

OEA não é grau de recurso do STF

Chileno José Miguel Insulza descarta possibilidade de revisão nas sentenças, se as regras do Direito foram respeitadas no julgamento

WASHINGTON
Agência Estado

Secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) desde 2005, o chileno José Miguel Insulza afirma que a entidade não é uma terceira instância internacional à qual podem recorrer os insatisfeitos com decisões de tribunais de seus países. A declaração é um indicativo de que ele considera pouco provável o sucesso de eventuais pedidos contra condenações no caso do mensalão proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O ex-ministro José Dirceu e outros réus no processo declararam que vão recorrer à Comissão Interamericana



José Dirceu: réus acusam STF de violar garantias judiciais.

de Direitos Humanos (CIDH) da OEA contra a decisão do STF. “Sempre se pode discutir a questão do devido processo. Mas se foram obedecidas as normas internas do país, se as sentenças foram ditadas com respeito a regras de Direito, não creio que haja possibilidade de revisão”, ponderou Insulza, em entrevista na sede da OEA, em Washington.

Sentenças modificadas

A análise feita por Insulza é a mesma do presidente da CIDH, o peruano Diego Garcia-Sayán. De passagem pelo Brasil em novembro, ele afirmou que a comissão não modifica sentenças. Na ocasião, Garcia-Sayán evitou falar diretamente sobre o caso, mas ressaltou que não cabe ao órgão alterar decisões judiciais. “A corte não pode modificar uma sentença. Se houve uma pena de prisão, a corte não pode aumentá-la ou reduzi-la”, afirmou. “[Mas] não temos elementos sobre o mensalão. Não queremos insinuar respostas.”

Até agora, não há nada sobre o mensalão tramitando na comissão, que tem sede na Costa Rica. Mas recorrer ao órgão é uma das hipóteses com que trabalham os réus no processo. Eles afirmam que o STF violou garantias judiciais, por supostamente não terem direito a uma revisão do processo. “A corte não é um tribunal penal de revisão que pode modificar sentenças. Se a corte optar pelo caminho da revisão, são os próprios tribunais nacionais que o fazem”, explicou Garcia-Sayán.

30 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Justiça determina proteção a indígenas de aldeia no AM

A juíza federal Marília Gurgel mandou ontem, a pedido do Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM), que a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União adotem medidas de segurança, no prazo de 24 horas, para proteger a terra indígena Tenharim Marmelos, no município de Humaitá (a 675 quilômetros de Manaus). Há quatro dias, o local tem sido palco de conflitos entre índios e não indígenas após o desaparecimento de três homens perto da reserva.

Moradores de Humaitá acreditam que os indígenas tenham sequestrado os três no dia 16 de dezembro. Nove dias depois, no último dia 25, 300 habitantes do município atearam fogo em órgãos do governo federal que prestam serviço aos indígenas e, no dia seguinte, o mesmo grupo invadiu a reserva e queimaram casas de madeira que eram usados pelos índios para cobrar pedágio. Antes disso, homens do 54.º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) haviam transportado os moradores da reserva a uma sede do batalhão em uma cidade vizinha, Apuí, para garantir segurança a eles.

Na decisão judicial, a magistrada ordenou o retorno dos indígenas à reserva e solicitou à Funai que instale boxes de proteção aos índios para evitar uma nova invasão dos moradores

de Humaitá e garantir a segurança dos índios durante as buscas dos desaparecidos. Desde sábado, 300 homens da Força Nacional, Exército, Polícia Federal (PF) e Polícia Militar (PM) montaram acampamento dentro da Reserva Indígena para procurar os três homens, mas até as 17 horas de ontem (horário de Brasília) ninguém havia sido encontrado pelo efetivo.

Os desaparecidos são o professor da rede pública municipal Stef Pinheiro de Souza, o gerente da Eletrobrás Amazonas Energia em Santo Antônio do Matupi (Distrito de Manicoré) Aldeney Ribeiro Salvador e o representante comercial Luciano da Conceição Ferreira Freire. Amigos da família de Freire dizem ter visto um grupo de dez indígenas cercar o carro em que os três estavam e obrigá-los a entrar na aldeia.

19 DEZ 2013

TJPR

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mutirão entrega mais de 11 mil armas ao Exército para destruição

A presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná recebeu da Assessoria Militar, ofício com o relatório final do Mutirão de Armas 2013, informando que no decorrer deste ano foram encaminhadas para destruição 11.828 armas de fogo e uma grande quantidade de munições.

O relatório vem em cumprimento às disposições contidas na Resolução nº 134, de 2011 do CNJ, e no Ofício Circular nº 81/2013, de 16 de maio de 2013, da CGJ-TJPR, que regulam o Mutirão de Encaminhamento de Armas às Unidades do Exército Brasileiro no Estado.

De acordo com o relatório foram realizadas 145 remessas às Unidades Militares do Exército Brasileiro no Estado.

Desde 2011 até o corrente ano foram encaminhadas para destruição 46.523 armas de fogo, resultado da parceria entre a Corregedoria Geral da Justiça do TJPR e a Assessoria Militar da Presidência.

A presidência agradece a participação e o grande empenho dos servidores, magistrados, militares do Exército Brasileiro e da Polícia Militar, cujo resultado contribuiu para aumentar a segurança nas instalações do Poder Judiciário.

19 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

CNJ recomenda criação de Juizados do Torcedor

Além dos torcedores, serão criados também, em 30 dias, juizado para grandes eventos

Recomendação aprovada na última terça-feira (17/12) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sugere aos Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal e Territórios a criação de Juizados do Torcedor e de Grandes Eventos dentro de 30 dias. O objetivo da medida é melhorar as condições do Poder Judiciário para prevenir novos atos de violência em praças esportivas e preparar o País para receber eventos esportivos, como a Copa do Mundo da Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, e outros, como o carnaval.

Os juizados terão competência sobre causas “cíveis, criminais e fazendárias”, de acordo com a Lei n. 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor). Crimes de menor potencial ofensivo, conforme definido na Lei n. 9.099/1995, que trata dos juizados especiais cíveis e criminais, também serão processados pelos Juizados do Torcedor e de Grandes Eventos, conforme a recomendação aprovada pelo Plenário do CNJ durante a 181ª Sessão Ordinária.

Ainda de acordo com a recomendação, coordenadorias também deverão ser criadas para orientar o funcionamento dos juizados especiais. A elas caberá manter banco de dados que informe quais torcedores estão impedidos de frequentar jogos de futebol no estado, em função de decisão judicial, assim como “fomentar a presença de representantes legais dos clubes

mandantes, inclusive com poder para transigir, durante os jogos de futebol para atuarem perante os juizados do torcedor”, entre outras atribuições.

Relator do Ato Normativo 0007538-08.2013.2.00.0000, o conselheiro Paulo Teixeira explicou que as autoridades que se reuniram em Brasília/DF no último dia 12/12 solicitaram ao CNJ ato normativo que obrigasse aos tribunais a criação dos juizados especiais do torcedor. “A lei faculta, não obriga, aos tribunais a criação de unidades judiciárias. O Tribunal de Justiça estadual tem autonomia sobre sua organização judiciária”, afirmou.

20 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ divulga o Diagnóstico de Gestão Estratégica 2013 do Poder

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou nesta semana o relatório parcial do Diagnóstico de Gestão Estratégica 2013. O documento apresenta o nível de maturidade dos órgãos do Judiciário (tribunais e conselhos) em relação à formulação, implementação, comunicação e monitoramento da estratégia nacional para modernização da Justiça.

Em 2013, os tribunais tiveram cerca de 20 metas nacionais relacionadas ao aumento de produtividade, julgamento de processos antigos e solução prioritária de processos relativos a crimes contra a administração e de ações de improbidade administrativa, entre outros. Para favorecer o alcance dos resultados, definiu-se um modelo de governança que aborda as seguintes dimensões: Planejamento, Execução, Monitoramento, Capacitação e Tecnologia, e Comunicação.

Os 20 órgãos (tribunais e conselhos) com maior nível de maturidade em Gestão Estratégica são TJRN (98,00%), TRT18 (97,00%), TRT14 (96,00%), TJCE (95,00%), TJSE (92,00%), TRT1 (91,00%), TRT5 (91,00%), TRT15 (90,00%), TRE-PR (89,50%), TJAL (89,00%), CNJ (87,00%), TRT7 (86,50%), STJ (85,00%), TJRS (84,50%), TRT9 (84,50%), TJAM (83,50%), STM (82,00%), TRT23 (82,00%), TRE-RJ (80,50%) e TRT22 (80,50%).

Tribunais terão de julgar mais de 86 mil crimes contra a vida até outubro

Os tribunais de Justiça do País terão de fazer grande esforço para julgar, até outubro do próximo ano, 86.550 ações de crimes dolosos contra a vida, sendo 63.097 ações em tramitação e 23.453 ações suspensas. A meta para o Judiciário foi estabelecida em julho deste ano pela Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp), integrada

por diversos órgãos públicos, como Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.

De acordo com a meta, os tribunais terão de julgar até outubro de 2014 todos os processos relativos a crimes dolosos contra a vida com denúncia recebida até o fim de 2009. Para acompanhar o cum-

primento da meta, o CNJ criou um sistema, denominado processômetro, pelo qual os tribunais informam mensalmente o estoque de processos e número de processos julgados. O CNMP criou um sistema semelhante, o inqueritômetro, para acompanhar o andamento dos inquéritos relativos a crimes dolosos contra a vida.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

20 DEZ 2013

Resolução do Conselho regulamenta implantação do PJe

**Os tribunais tem um prazo de 3 a 5 anos para
implantar o Processo Judicial eletrônico**

Os tribunais brasileiros devem gradualmente implantar, no prazo de 3 a 5 anos, o Processo Judicial eletrônico (PJe), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais. Em 2014, a implantação deve ocorrer em pelo menos 10% dos órgãos julgadores de primeiro e segundo grau. A previsão consta da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovada por unanimidade na terça-feira (17/12), durante a 181ª Sessão Ordinária.

De acordo com a resolução, a implantação do PJe deve ser concluída em 2018, quando todos os processos judiciais estarão tramitando exclusivamente por meio eletrônico pelo sistema PJe. Os tribunais de pequeno porte, segundo estabelece a resolução, devem ser os primeiros a concluir a implantação do PJe, em 2016. Os de médio porte terão até 2017 para implantar o sistema. Devido ao maior volume de processos e complexidade, os tribunais de grande porte terão um ano a mais para concluir a implantação.

O projeto da resolução foi relatado pelo conselheiro Rubens Curado, após ampla discussão com todos os interessados. Curado lembrou que a proposta teve a sua primeira versão em 2011, passou por consulta pública e recebeu inúmeras sugestões, muitas delas incorporadas ao texto aprovado na terça-feira.

23 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

GESTÃO ESTRATÉGICA

CNJ aponta TRF4 como tribunal federal com maior grau de gestão

O tribunal alcançou o índice de 71,50% de formulação e implementação da estratégia

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) foi considerado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o tribunal federal do país com maior nível de maturidade em gestão estratégica. O TRF4 alcançou o índice de 71,50% de formulação, implementação, comunicação e monitoramento da estratégia nacional para modernização da Justiça. Em segundo lugar, com 64,50%, ficou o Conselho da Justiça Federal (CJF) e, em terceiro, o TRF3, com 55,50%.

O CNJ divulgou na última quarta-feira (18) o relatório parcial do Diagnóstico de Gestão Estratégica 2013. O documento apresenta o nível de maturidade dos órgãos do Judiciário no desenvolvimento do planejamento estratégico.

Em 2013, os tribunais tiveram cerca de 20 metas nacionais relacionadas ao aumento de produtividade, julgamento de processos antigos e solução prioritária de processos relativos a crimes contra a administração e de ações de improbidade administrativa, entre outros. Para favorecer o alcance dos resultados, definiu-se um modelo de governança que aborda as seguintes dimensões: Planejamento, Execução, Monitoramento, Capacitação e Tecnologia e Comunicação.

23 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ definirá as ações para o cumprimento dos macrodesafios

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pretende definir, já no início do próximo ano, os passos necessários para o alcance dos 12 macrodesafios rumo ao Judiciário 2020. Em reunião realizada na quarta-feira (18/12), na sede do órgão em Brasília/DF, os representantes dos diversos ramos da Justiça que integram o Comitê Gestor Nacional da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário comprometeram-se a entregar propostas para o desdobramento do conjunto de desafios – por meio de iniciativas, indicadores e metas que possibilitem o cumprimento deles.

Os macrodesafios foram aprovados pelos presidentes dos tribunais brasileiros no VII Encontro Nacional do Judiciário, realizado pelo CNJ nos dias 18 e 19 de novembro, em Belém/PA.

Na ocasião, decidiu-se que as cortes passarão a cumprir os desafios já a partir de 2015. São eles: garantir os direitos da cidadania; combater a corrupção e a improbidade administrativa; promover a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; adotar soluções alternativas de conflito; gerir as demandas repetitivas e dos grandes litigantes; impulsionar as execuções fiscais, cíveis e trabalhis-

tas; aprimorar a gestão da justiça criminal; fortalecer a segurança do processo eleitoral; melhorar a gestão de pessoas; aperfeiçoar a gestão de custos; instituir a governança judiciária; e melhorar a infraestrutura e governança da Tecnologia da Informação e Comunicação.

Estima-se que até maio o Plenário do Conselho vote a proposta que substituirá a Resolução CNJ n. 70/2009. A norma estabeleceu o planejamento do Poder Judiciário até 2014.

O novo texto contemplará os macrodesafios e a estratégia de gestão para a Justiça brasileira até 2020.

Falida Transbrasil tem recurso rejeitado por falta de pagamento de custas

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não conheceu do recurso especial interposto pela falida Transbrasil Linhas Aéreas contra decisão que suspendeu execução de título em favor da Airplane Holdings Limited, em vez de extinguir o processo. Os ministros julgaram o recurso deserto porque a empresa deixou de pagar as custas processuais.

Em resposta à execução promovida pela Airplane, a Transbrasil apresentou exceção

de pré-executividade, na qual afirmou que o título já estava quitado e que, inclusive, havia pedido em juízo sua nulidade. A empresa falida requereu a extinção do processo.

O juízo de primeiro grau rejeitou o pedido de extinção e determinou a suspensão da execução até o julgamento definitivo da ação anulatória. A Transbrasil recorreu contra essa decisão, mas o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) a manteve integralmente.

Aroldo Murá

VESTIDO DE NOIVA É BEM DURÁVEL, DIZ STJ

Em decisão unânime, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que um vestido de noiva, como o vestuário em geral, enquadra-se na categoria de bem durável e, portanto, conforme o Código de Defesa do Consumidor.

É de 90 dias o prazo decadencial para reclamação de defeitos aparentes.

A decisão foi tomada na análise

de recurso interposto por uma noiva. Segundo o processo, a consumidora comprou o vestido para seu casamento, realizado em agosto de 2006. Porém, uma semana antes da cerimônia, constatou inúmeros defeitos no vestido, reformado às pressas por um estilista brasileiro, contratado à última hora, já que a loja que originalmente havia confeccionado o vestido se negou a realizar os ajustes necessários.

19 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO A PEC dos recursos

No período em que presidiu o Supremo Tribunal Federal (STF) – 2010-2012 –, o ministro Cezar Peluso sugeriu ao Congresso a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para desestimular os advogados a impetrar recursos protelatórios e reduzir o número de recursos enviados à Corte e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Diante da repercussão que alcançou nos meios forenses – foi bem recebida por entidades de magistrados e criticada por corporações de advogados –, a proposta foi patrocinada pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Incluída no III Pacto Republicano de Reforma do Poder Judiciário, a PEC propõe o fim do efeito suspensivo dos recursos extraordinários e especiais – interpostos no Supremo e no Superior Tribunal de Justiça, respectivamente – e a imediata execução das decisões dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais. Assim, haveria o trânsito em julgado da causa e à parte interessada restaria a possibilidade de impetrar uma ação rescisória, para desfazer os efeitos de sentença já transitada em julgado.

Para Peluso, essa modificação – que não compromete o direito de defesa assegurado pela Constituição – possibilitaria a redução, em dois terços, do tempo de tramitação das ações. Do ponto de vista prático, não há necessidade de quatro ins-

tâncias, principalmente porque as duas últimas se limitam a examinar questões teóricas, disse ele na época.

“Os fatos que condicionam a solução dos problemas já foram redefinidos pelas duas primeiras instâncias e não podem ser revistos nem pelos tribunais superiores nem pelo Supremo. A PEC não tem a pretensão de resolver todos os problemas do Judiciário, mas significa um passo expressivo para a sociedade, que tem uma demanda crônica, velha e persistente de medidas que ponham fim à morosidade das ações, sem comprometer a segurança do direito”, afirmou o ministro.

Depois de quase dois anos de tramitação no Congresso, o que começou como uma iniciativa bem-intencionada para desestimular recursos protelatórios se converteu em confusão jurídica. Incorporando sugestões dos setores interessados, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou um primeiro substitutivo que fazia mudanças pontuais na chamada “PEC dos recursos”, sem alterar seus objetivos. Pelo substitutivo, decisões de segunda instância determinando prisões, pagamentos de indenizações ou quitação de dívidas trabalhistas poderiam ser cumpridas imediatamente, ainda que recursos apresentados aos tribunais superiores pudessem alterá-las.

No entanto, ao ser votado no último dia 4 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, o substitutivo

foi praticamente deixado de lado e o texto aprovado mudou integralmente – e para pior – a essência da PEC. Em vez de modificar os artigos 102 e 105 da Constituição, como estava no texto original e no primeiro substitutivo, o texto aprovado alterou o artigo 96 da Constituição. Os dois primeiros artigos tratam das competências específicas do STF e do STJ. Já o artigo 96 trata das competências genéricas dos tribunais, disciplinando eleição de órgãos diretivos, organização de serviços auxiliares, criação de cargos de juiz e de varas judiciárias, concursos públicos, licenças e alterações e divisão da organização judicial. Além disso, o texto aprovado restringiu o alcance da PEC dos recursos somente para a área penal.

“A ideia de Peluso morreu na praia”, disse o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, em debate promovido pela ONG Transparência Brasil. “Eu queria resolver um problema geral e não estava preocupado com prisões”, afirmou o ex-presidente do STF. Além de os objetivos originários da PEC terem sido jogados na lata do lixo, o texto aprovado contém absurdos – a ponto, por exemplo, de violar a garantia da presunção de inocência em matéria penal. Esses absurdos são tantos, que alguns ministros do STF já deram a entender que, se o texto for aprovado pelo plenário do Senado e da Câmara, eles não hesitarão em votar por sua inconstitucionalidade.

19 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Lê com cré

O TJ-SP criou uma nova modalidade para remissão de penas nas cadeias do estado. A cada 30 dias de leitura são descontados 4 dias de prisão.

Mas é necessário que o detento escreva resenhas sobre as obras lidas, a serem avaliadas por uma comissão.

20 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça do Rio manda soltar ativista preso durante protesto no Dia do Professor

A Justiça do Rio concedeu, ontem, liberdade provisória a Jair Seixas Rodrigues, conhecido como Baiano, preso preventivamente desde o protesto em 15 de outubro, Dia do Professor, no centro do Rio. O ato terminou em vandalismo. Militante da Frente Internacionalista dos Sem Teto (Fist), Baiano é acusado de formação de quadrilha e de ter ajudado a incendiar uma viatura da PM.

Advogado da Fist, André de Paula disse que o ativista sairá hoje do Presídio Bangu 9. O juiz Marcello de Sá Baptista, da 14.ª Vara Criminal do Rio, proibiu Baiano de “participar de atos em locais públicos, em que haja reunião de pessoas” e de sair da cidade do Rio sem autorização judicial.

SÔNIA RACY

Livre

Olívio Scamatti, acusado de ser o chefe da Máfia do Asfalto, deixou a prisão, anteontem, após liminar concedida pelo TJ-SP. O empresário, que estava preso na cadeia de Votuporanga, vai passar o Natal em casa.

LIVROS

STF deixa Lei das Biografias para 2014

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, disse ontem que só deverá colocar em votação a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), sobre as biografias não autorizadas, no primeiro semestre de 2014. O Congresso também não conseguiu votar o projeto sobre o tema este ano.

Com as mudanças, as biografias não precisariam mais de autorização dos biografados.

DIREITO AUTORAL

João Gilberto mantém posse de acervo

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negou recurso da gravadora EMI Music Brasil e determinou que é do cantor e compositor João Gilberto a posse das matrizes dos discos *Chega de Saudade*, *O Amor, O Sorriso e A Flor*, *João Gilberto* e do compacto vinil *João Gilberto Cantando as Músicas do Filme Orfeu do Carnaval*. A decisão da 7ª Câmara Cível do TJ do RJ foi proferida ontem. A EMI, que alegou ser dona do acervo há mais de 50 anos, terá de entregar os masters ao músico e pagar multa de R\$ 100 mil.

21 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Derrota no STF faz Haddad desistir de IPTU maior; 800 mil vão pagar menos

Após o Supremo Tribunal Federal (STF) manter ontem a liminar que suspende o reajuste de até 35% do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em São Paulo, o prefeito Fernando Haddad (PT) desistiu do aumento em 2014. Os carnês que serão enviados aos paulistanos no dia 14 trarão só a reposição inflacionária do ano, estimada ontem pela Prefeitura em 5,6%.

Assim, pelo menos 333.901 contribuintes, sobretudo da periferia, que teriam redução ou isenção do tributo, pagarão mais. Por outro lado, 800 mil proprietários de imóveis em 52 dos 96 distritos receberão carnê com valor menor do que o previsto na lei suspensa. A decisão de manter o reajuste sub judice, até análise do mérito da ação, foi do presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa.

Ao anunciar que não aumentará o IPTU em 2014 – conforme adiantado pelo portal estado.com.br –, Haddad ainda atacou Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e coautor da ação contra o IPTU. Ele sugeriu que Skaf representa a elite, a “casa grande” – espaço nas fazendas do século 19 reservado a donos de escravos. “A ‘casa grande’ não deixa a desigualdade ser reduzida na cidade”, afirmou. “Essa derrota não é do prefeito, é de São Paulo.”

Diante desse cenário, Haddad assegurou que não vai propor novo projeto à Câmara até o julgamento do mérito da ação, previsto para ocorrer a partir de

fevereiro. “Em 2014, manteremos o quadro atual. Infelizmente, não conseguimos transferir renda dos mais ricos para os mais pobres”, lamentou.

Por enquanto, essa derrota na Justiça obrigará o Executivo a congelar metade dos investimentos previstos para 2014. “Teremos de contingenciar cerca de R\$ 4 bilhões. Isso porque para cada R\$ 1 que deixamos de arrecadar de IPTU, perdemos de R\$ 2 a R\$ 3 do governo federal”, explicou o prefeito, referindo-se a convênios com a União que exigem contrapartida.

“O mal está feito. Agora vamos ter de conviver com isso e tentar recondicionar da melhor forma possível”, completou Haddad. A perda direta na arrecadação municipal é estimada em R\$ 806 milhões.

Ao contrário do que disse ao longo da semana, o prefeito não confirmou que vai tirar verba da Educação e da Saúde. “A decisão de onde cortar não está tomada. Citamos creches e hospitais (na Justiça) para demonstrar o impacto. Juiz, às vezes, não sabe o que significa R\$ 4 bilhões a menos de investimentos. Precisamos exemplificar.”

Varição. A suspensão da lei beneficia diretamente moradores de bairros nobres da cidade, como Alto de Pinheiros, na zona oeste, e Campo Belo, na zona sul. Em ambos, o aumento médio do imposto seria de 19%. Agora, ficará em 5,6%. Mas também parte de bairros periféricos, como Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte, e Vila Matilde, na zona leste, foram favorecidos, pois pagariam mais.

A mudança ainda é comemo-

rada em regiões comerciais do centro, onde haveria aumento médio maior do que a inflação, como em República, Luz e Sé. Para imóveis comerciais, o teto do aumento seria de 35%. Residenciais pagariam alta de, no máximo, 20% em 2014.

Na lista de prejudicados há bairros pobres dos extremos da cidade, como Vila Curuçá e Lajeado, na zona leste, Grajaú e Jardim Ângela, na zona sul. Todos teriam redução de até 14% e agora vão pagar a correção.

Em sua decisão emitida no início da tarde de ontem, Barbosa aponta que o contribuinte seria prejudicado caso o tributo fosse cobrado e futuramente o TJ considerasse o reajuste ilegal. “Uma vez recolhido o valor do tributo, sua restituição é demorada e custosa, no melhor dos mundos possíveis, consideradas as vicissitudes bastante conhecidas do precatório”, relatou o ministro.

Barbosa, porém, deixou aberta a possibilidade de o Município voltar ao STF, caso ocorra algum desequilíbrio nas contas da Prefeitura. Nesse caso, Haddad poderá pedir uma nova análise diretamente ao presidente.

A decisão de não mais forçar na Justiça a aplicação do aumento teve um peso político. Desde o início da semana, líderes petistas nacionais vinham sinalizando ao prefeito que o melhor seria abrir mão do reajuste, em virtude do desgaste que o assunto causava ao PT.

Para a cúpula do partido, o assunto poderia atrapalhar a campanha do ministro da Saúde Alexandre Padilha nas eleições ao governo do Estado em 2014 – Skaf é o provável pré-candidato do PMDB.

22 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

A Justiça e as creches

Está começando um novo capítulo da novela das creches da capital paulista, que já dura quase duas décadas, com a determinação do Tribunal de Justiça à Prefeitura para criar 150 mil vagas na rede de educação infantil – 105 mil em creches para crianças com idade de até 3 anos, e 45 mil em estabelecimentos de pré-escola, para crianças de 4 a 5 anos – até o fim do governo de Fernando Haddad, em 2016. Mais uma vez, porém, fica evidente ser tão grande a distância entre o que determinam as leis e as decisões judiciais, por um lado, e a capacidade do governo de cumpri-las, por outro – tendo em vista o enorme déficit acumulado por um misto de incompetência e falta de vontade de sucessivas administrações –, que é quase impossível tornar realidade a determinação nos prazos fixados.

O Tribunal estabelece outras obrigações para a Prefeitura. Uma é que metade das vagas tem de ser criada em 18 meses. Outra é prever os gastos com educação infantil no orçamento. Outra ainda é criar um comitê de fiscalização, integrado por representantes da Coordenadoria de Infância e Juventude do Tribunal, da Defensoria Pública e do Ministério Público Estadual (MPE). Finalmente, são fixados critérios de qualidade a serem observados. No caso de descumprimento de qualquer um desses itens, a decisão do Tribunal prevê que juí-

zes de primeira instância poderão aplicar multas aos faltosos.

Se tudo isso for seguido ao pé da letra, as multas certamente virão. O secretário municipal de Educação, Cesar Callegari, por exemplo, não demorou a declarar que a criação de metade das vagas naquele prazo é inviável. “É impossível”, disse ele, “por causa da morosidade da Justiça nas desapropriações das áreas (*destinadas à construção de creches*).” O que não deixa de ser uma forma de lembrar que a própria Justiça não faz como deveria a parte que lhe cabe na questão.

É louvável o esforço da Justiça para resolver o problema do déficit crônico de vagas em creches na capital, que durante muitos anos girou em torno de 100 mil – porque o que cada prefeito construiu ficou muito abaixo das necessidades e de suas promessas de campanha – e hoje está em 170 mil. O Tribunal fez mesmo uma tentativa de conciliação entre a Prefeitura, o MPE, a Defensoria Pública e entidades como a Ação Educativa. Mas a decisão que tomou – por essa tentativa não ter dado o resultado esperado – levanta questões importantes.

Há um evidente descompasso entre a boa intenção e a realidade. Ninguém coloca em dúvida a necessidade de atender o mais rapidamente possível à demanda por vagas em creches e pré-escola. Isso é importante não apenas por razões pedagógicas. Para as famílias carentes, que são as principais interessadas, deixar os filhos pequenos

nas creches também permite às mães trabalhar fora, porque nem sempre se pode pedir a parentes que deles tomem conta.

Mas salta aos olhos que a solução do Tribunal não é realista. Mesmo que queira – e deve-se supor que assim seja –, a Prefeitura não conseguirá obedecer àqueles prazos. Recorde-se de que, em meados de 2011, o Supremo Tribunal Federal manteve decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que determinava à Prefeitura fazer praticamente o mesmo que agora, isto é, matricular em creches e pré-escola as crianças menores de 5 anos. A diferença é que desta vez o Tribunal desceu a detalhes, estipulando prazo e números precisos e criando até órgão para fiscalizar sua observância. A determinação não foi obedecida então e quase certamente não será agora, entre outros motivos, por impossibilidade material.

A solução é a conciliação, ou seja, levar a Prefeitura a aceitar um cronograma realista para acabar com o déficit de vagas ou, pelo menos, reduzi-lo drasticamente.

E há uma outra questão de suma importância a ser considerada. Como afirma com razão Maurício Broinizi Pereira, coordenador executivo da Rede Nossa São Paulo, não se deve “judicializar programas de governo e planos de metas. Os problemas de política precisam ser resolvidos com política”. Eis aí um bom tema de reflexão tanto para a Justiça como para o Ministério Público.

22 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

A conta dos privilégios

Para sustentar os conhecidos e crescentes privilégios de servidores públicos na esfera federal, é necessário tirar dinheiro de algum lugar – mesmo que isso signifique fragilizar programas voltados para o cidadão comum.

Essa aritmética explica por que a assistência médico-odontológica dos servidores do Superior Tribunal de Justiça (STJ) receberá recursos antes destinados à Defensoria Pública da União, à Secretaria de Direitos Humanos, à Secretaria de Políticas para as Mulheres e a investimentos em um projeto de infraestrutura, conforme mostra o jornal *O Globo* (16/12).

Segundo a reportagem, a Comissão Mista do Orçamento do Congresso aceitou um adendo apresentado após a discussão das emendas à proposta de Orçamento da União para 2014. Nesse rearranjo, elaborado pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator do setor da comissão que reserva recursos para os tribunais superiores, mudou-se a destinação de R\$ 22,5 milhões, engrossando o orçamento do plano de saúde dos funcionários do STJ – que já contava com R\$ 38,9 milhões.

Para realizar a manobra, foi necessário tirar R\$ 10 milhões da Defensoria Pública da União, cuja função é prestar assistência jurídica a cidadãos que não têm condições de pagar um advogado. “O defensor

público é o advogado do pobre”, diz o site da instituição.

Além disso, um projeto da Secretaria de Direitos Humanos para a construção e reforma de unidades de atendimento especializado em crianças e adolescentes ficou sem R\$ 4,5 milhões previstos anteriormente. Do mesmo modo, a Secretaria de Políticas para as Mulheres perdeu R\$ 3 milhões que iriam para seu programa de atendimento a mulheres em situação de violência. Outros R\$ 10 milhões foram retirados do projeto de implantação, no Espírito Santo, de um terminal de grânéis líquidos – isto é, produtos como petróleo e seus derivados.

Dos R\$ 27,5 milhões redirecionados, R\$ 22,5 milhões foram para a assistência médica dos servidores do STJ. O senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) havia apresentado uma emenda solicitando R\$ 25,5 milhões para esse fim, mas o senador Ferraço rejeitara esse valor. No entanto, Ferraço, segundo seu próprio relato, elevou o montante após receber um telefonema de Francisco Falcão, ministro do STJ e corregedor nacional de Justiça, que lhe pediu mais recursos. “Ele se mostrou preocupado com o plano de saúde dos funcionários do STJ e disse que, por não ser beneficiário do plano, se sentia à vontade para fazer o pedido”, disse o senador.

Espanta a facilidade com que, no Congresso, são tomadas decisões envolvendo milhões de reais – como se viu,

apenas um telefonema basta – e invariavelmente os exorbitantes custos da máquina do Estado acabam se impondo na definição do destino do dinheiro do contribuinte.

O caso da assistência médica dos servidores é particularmente grave. No Senado, por exemplo, os custos desse benefício triplicaram nos últimos dez anos – sem contar que os senadores podem pedir reembolso de seus gastos sem nenhum limite e dispõem da assistência médica para o resto da vida, extensiva a seus dependentes, tendo cumprido apenas seis meses de mandato.

Não se espera, obviamente, que as instituições do Estado deixem de fornecer a seus servidores condições adequadas de trabalho e benefícios competitivos para atrair funcionários qualificados. No entanto, são recorrentes as notícias segundo as quais os benefícios estatais muitas vezes extrapolam o que é oferecido pelo mercado, transformando o serviço público numa espécie de corte real.

Para sustentar essa aberração, basta uma canetada – e o dinheiro aparece como num passe de mágica, mesmo que outras partes do Orçamento, muitas vezes mais importantes, tenham de ser submetidas a cortes diante da necessidade óbvia de fazer economia.

Situações como essas reforçam a sensação de que há no Brasil quem goze de amplos privilégios, pelos quais todos os cidadãos são obrigados a pagar.

22 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO Renan usa voo da FAB para tratar calvície

Presidente do Senado estuda reembolsar governo por viagem a Recife, onde fez implante de cabelos

Débora Alvares/BRASÍLIA

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), deverá devolver aos cofres públicos o valor gasto com o uso de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) em seu deslocamento de Brasília para Recife na última quarta-feira, segundo informou sua assessoria de imprensa. Renan viajou para a capital de Pernambuco com o objetivo de fazer um implante de cabelo e não tinha compromissos oficiais naquela data.

De acordo com dados do site da FAB, o presidente do Senado saiu de Brasília às 22h15 e chegou a seu destino às 23h30. A aeronave levou outros quatro passageiros, provavelmente convidados de Renan, uma vez que não há registros de que o voo tenha sido compartilhado. O senador informou à FAB que a viagem seria "a serviço". O uso do avião para fins particulares foi revelado pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Segundo a assessoria de Calheiros, ele vai consultar a FAB sobre a regularidade da viagem e pagará o valor referente ao voo caso se conclua que teve caráter particular.



Motivo. Renan informou à FAB que viajaria 'a serviço'

Antecedentes. É a segunda vez neste ano que o presidente do Senado utiliza um avião da FAB em compromissos particulares. Em junho, ele pegou carona para ir ao casamento da filha do líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), em Trancoso, Bahia. Após o fato ser revelado pela imprensa, Renan devolveu o dinheiro.

Ministros do governo Dilma e outras autoridades mantêm o hábito de usar os aviões da FAB para retornar a seus Estados, embora um decreto de 2009, assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, autorize o uso de voos comerciais em deslocamentos para casa. Para evitar mais gastos, a presidente Dilma Rousseff já orientou ministros que moram nos mesmos Estados a compartilhar os voos da FAB em suas viagens de ida e volta para Brasília.

Na última quinta-feira, 19, das 10 viagens registradas no site da FAB, seis levaram ministros e o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), para os Estados onde mantêm residências. O site da FAB diz que essas viagens foram "a serviço".

TUTTY

Pós-implante

Renan Calheiros em cadeia nacional de TV às vésperas do Natal defendendo a austeridade de sua gestão na presidência do Senado foi um desses momentos de deboche mais descarados da política em 2013!

26 DEZ 2013

23 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

O TRT se descentraliza

A exemplo do que o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) vem fazendo há tempos, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2.^a Região também decidiu descentralizar as varas trabalhistas da capital, instalando fóruns regionais e distritais. Nessa semana, a Corte inaugurou no bairro da Penha, na zona leste, a primeira unidade. Com 14 varas informatizadas, ela começará a atender o público no dia 6 de janeiro, após o recesso do Poder Judiciário.

Além da capital, a jurisdição do TRT de São Paulo abrange a região metropolitana e a Baixada Santista. Com 3,7 milhões de habitantes, a zona leste concentra cerca de 10% das ações trabalhistas da Justiça do Trabalho da 2.^a Região. Até agora, os trabalhadores da zona leste eram obrigados a atravessar toda a cidade para resolver suas pendências trabalhistas no Fórum Ruy Barbosa, no bairro da Barra Funda. Com 90 varas, ele é o maior fórum trabalhista do País, com uma circulação média de 25 mil pessoas por dia.

Decidida há mais de duas décadas, a concentração das varas trabalhistas num único local, foi um dos mais graves equívocos já cometidos pelo Poder Judiciário. Numa cidade com 11 milhões de habitantes e com grandes problemas de transporte urbano, o mais sensato era a criação de fóruns trabalhistas distritais ou regionais. Depois da descoberta do desvio de R\$

109 milhões na construção do Fórum Ruy Barbosa e do envolvimento de um presidente do TRT com empreiteiros e políticos inescrupulosos, hoje se sabe que a corrupção e a ganância se sobrepuseram à racionalidade e ao planejamento.

A centralização das varas trabalhistas num prédio luxuoso, que se converteu em símbolo da corrupção e fraudes no Poder Judiciário, prejudicou os usuários da Justiça do Trabalho, que passaram a ter de cruzar a cidade em ônibus e vagões de metrô lotados. Comprometeu parte do bairro da Barra Funda, cujas ruas não suportavam um tráfego tão intenso de veículos. Além disso, o prédio do Fórum Ruy Barbosa não foi planejado de forma modular, para ser expandido conforme o aumento da demanda de processos. Assim, à medida que o número de reclamações trabalhistas cresceu, a Justiça do Trabalho foi obrigada a alugar ou desapropriar prédios na vizinhança.

A descentralização da Justiça do Trabalho beneficia sua clientela e não compromete o planejamento urbano da capital com edifícios públicos gigantescos. Além da criação de um fórum na zona leste, o TRT da 2.^a Região inaugurará outro na zona sul, com 20 varas, no primeiro semestre de 2014. Ele ficará no bairro de Jurubatuba, próximo de uma unidade do TJSP e de uma estação de trem, o que facilita o deslocamento dos usuários.

Depois da entrada em funcio-

namento desses dois fóruns regionais, a presidente do TRT da 2.^a Região, desembargadora Maria Doralice Novaes, promoverá uma avaliação dos resultados alcançados, para ampliar o projeto de descentralização da Corte. Depois das zonas leste e sul, serão remanejadas algumas varas trabalhistas para atender os bairros da zona norte. O objetivo final é melhorar a qualidade de atendimento no centro expandido e transferir outras varas para a zona oeste, diz ela. Por determinação da Resolução Administrativa n.º 1, de 2013, após a implantação de todos esses fóruns os reclamantes terão de entrar com reclamações trabalhistas na região em que trabalham. “Com os fóruns regionais, vamos levar a Justiça do Trabalho aonde a população está”, afirma Novaes.

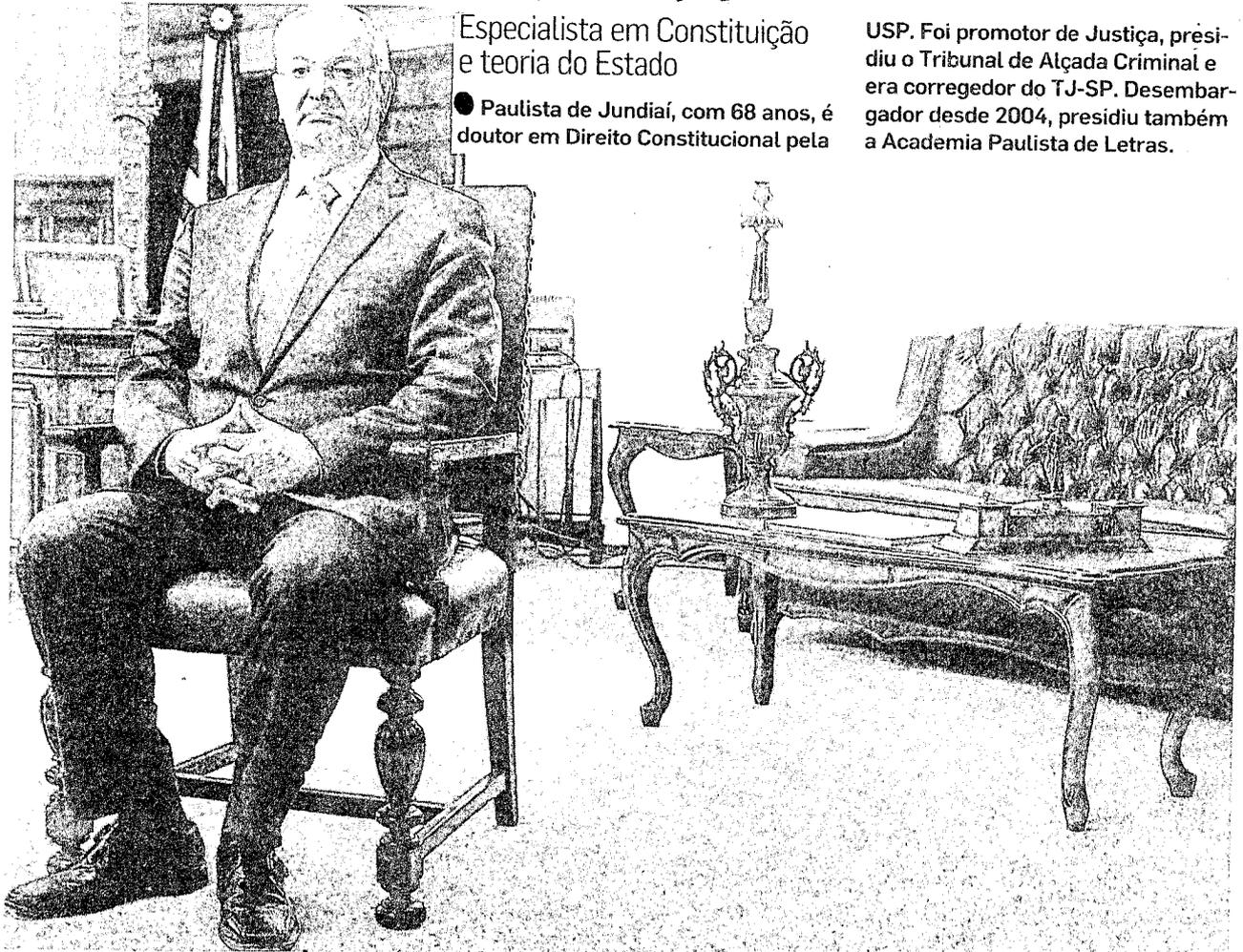
O único foco de resistência à descentralização das varas trabalhistas é o dos advogados que militam na área. Segundo eles, a concentração das varas num único local facilita o acompanhamento dos processos. Como muitos têm escritórios localizados no centro da cidade, eles se queixam que a criação de fóruns distritais ou regionais os obrigará a se deslocar pela cidade para comparecer às audiências. Os escritórios de pequeno porte alegam que terão dificuldades logísticas, operacionais e até financeiras para se adaptar. A necessária modernização do Poder Judiciário, contudo, não pode ser impedida pelas conveniências de uma corporação profissional.

24 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Entrevista

José Renato Nalini



Especialista em Constituição e teoria do Estado

● Paulista de Jundiaí, com 68 anos, é doutor em Direito Constitucional pela

USP. Foi promotor de Justiça, presidiu o Tribunal de Alçada Criminal e era corregedor do TJ-SP. Desembargador desde 2004, presidiu também a Academia Paulista de Letras.

Novo titular. Nalini, ainda corregedor, em seu gabinete:

discurso mescla combate 'sem tréguas' à corrupção e defesa corporativa de magistrados

**'PAGAMENTO
DE VERBA
ATRASADA
É LEGÍTIMO', DIZ
NOVO PRESIDENTE
DO TJ-SP**

CONTINUA

24 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

José Renato Nalini afirma que benefícios recebidos por magistrados não são extraordinários

Fausto Macedo

Corregedor-geral do Tribunal de Justiça paulista, o desembargador José Renato Nalini assumirá no dia 2 de janeiro o comando da mais alta corte do Estado com um discurso que mescla combate “sem tréguas” à corrupção e defesa dos benefícios pagos aos magistrados.

Para ele, extras recebidos por colegas são legítimos. “O pagamento de verbas atrasadas e legítimas não deveria ser considerado extraordinário”, diz o novo presidente do TJ.

Entre 2006 e 2010, um bloco de 41 magistrados recebeu quantias superiores a R\$ 100 mil em benefícios. Foram depositados R\$ 7,13 milhões nas contas de juízes e desembargadores por férias e licenças-prêmio não tiradas a seu tempo. Alguns tiveram seus contracheques turbinados em mais de R\$ 1 milhão. Eles receberam antecipadamente, à frente de outros credores, procedimento que abriu forte crise na instituição.

“Na medida do possível pretendo continuar a saldar débitos para que o público interno, satisfeito com a administração, invista no desempenho da função primordial da Justiça: solucionar os conflitos”, afirma Nalini, que critica a atual situação de parte do Judiciário paulista, analisada por ele de perto nesse período de dois anos em que ocupou o cargo de corregedor. “Vi uma estrutura carcomida.”

● **O sr. pretende implementar uma agenda de transparência no tribunal?**
Sim. A transparência é valor republicano que precisa ser levado a sério. Sigilo é a exceção, publicidade, a regra. Afinal, um serviço mantido com dinheiro do povo precisa ser aberto a verificações, disponibilizar as informações para que todos tenham a certeza de que o dispêndio é conveniente e oportuno, além de legítimo.

● **A gestão que o sr. vai suceder ficou marcada por pagamentos extraordinários a magistrados e servidores. O sr. vai dar sequência a esse modelo?**
O pagamento de verbas atrasadas e legítimas não deveria ser considerado

extraordinário. A minha intenção seria ‘zerar’ o passivo de atrasados, que gera insatisfação nos credores e representa razoável parcela do tempo subtraído à atividade-fim do Judiciário: resolver problemas. Na medida do possível, pretendo continuar a saldar débitos para que o público interno, satisfeito com a administração, invista no desempenho da função primordial da Justiça: solucionar os conflitos.

● **Como alcançar a autonomia orçamentária?**

A autonomia financeira, embora assegurada na Constituição desde 1988, ainda não foi implementada. Em outros Estados o total dos emolumentos, remuneração do setor extrajudicial, os antigos ‘cartórios’, é todo destinado ao funcionamento do Judiciário. Em São Paulo ainda não. É um passo inadiável. Mas é preciso convencer os demais Poderes de que o ‘custo Brasil’ também resulta de um Judiciário que não consegue vencer sua insuperável carga de trabalho. É urgente convencer a sociedade de que a Justiça está a serviço dela e que todos têm responsabilidade por aparelhá-la e provê-la dos recursos necessários.

● **Como vai proceder se o Conselho Nacional de Justiça fizer inspeção no TJ?**

Não pode ser outra a postura senão abrir as portas do TJ ao CNJ, com o qual pretendo ter boas relações, como já ocorreu na Corregedoria.

● **Por que a Justiça tem déficit tão grande?**

Após a Constituição Cidadã de 1988, a população redescobriu a Justiça. Hoje todos litigam. São 93 milhões de processos para uma população de 200 milhões de pessoas. É como se todos estivessem em litígio. Há um excesso que precisa ser administrado, sob pena de se converter o Brasil num imenso tribunal, pois todas as questões foram judicializadas. Várias frentes devem ser simultaneamente atacadas: conferir eficiência ao serviço, adotar gestão estratégica mais proativa, estimular a conciliação, a mediação e todas as demais alternativas de solução de conflitos que prescindam do sofisticado equipamento judicial. É também urgente desjudicializar tudo o que não é conflituoso.

O exemplo mais escancarado é a cobrança de dívida do governo: as execuções fiscais representam 60% do serviço em São Paulo. Não constituem controvérsia, senão atuação administrativa. O juiz existe para decidir conflito, não para cobrar dívida do Estado e dos municípios.

● **Aponte três mudanças que faria na Lei Orgânica da Magistratura.**

Muito pouco para uma lei que deriva do famigerado ‘pacote de abril’, a Emenda Constitucional 7/77, do autoritarismo. Difícil conceber que o fruto do arbítrio tenha sido recepcionado pela Constituição Cidadã. Excluiria vedações dos incisos II e III do artigo 36, que impedem o juiz de oferecer sua experiência e de se manifestar como qualquer cidadão sobre julgamentos rumorosos. O juiz não pode perder sua cidadania. Essa neutralidade asséptica absoluta simplesmente não existe. É preciso reconhecer que o ser humano juiz leva sua história, suas circunstâncias, formação, experiência e até suas idiosincrasias para todo processo.

● **O sr. é a favor de 60 dias de férias para juízes?**

Sou favorável, embora reconheça a polêmica. Juiz que tem por matéria-prima a miséria do convívio humano, absorve boa parte da angústia no seu cotidiano. Outros países têm até previsão do ‘ano sabático’ para o magistrado. Ele pode passar até um ano a estudar, a se fortalecer intelectual e espiritualmente, depois de certo período de atuação. O triste é que as férias não são fruídas, senão convertidas em pecúnia para suprir a defasagem remuneratória. Há quanto tempo a magistratura está sem reajuste compatível com o custo de vida?

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO 24 DEZ 2013

CONTINUAÇÃO

● O que dizer a quem aguarda longos anos para ter justiça e nunca tem?

A população é paciente e resignada. Se formos pensar em 93 milhões de processos e no modelo de quatro instâncias, que leva as lides a perdurar por anos a fio, até que não existem manifestações maiores de irresignação. A situação chegou a um ponto em que não é possível evitar profundas reformas estruturais. Elas estão germinando e outras a caminho.

● O que está errado na Justiça?

Errado nem seria a palavra adequada. Defeitos que precisam ser enfrentados: o excessivo formalismo, a burocracia, a resistência a se liberar do suporte papel, as inúmeras possibilidades de reapreciação do mesmo tema, sob múltipla convivência de caótico sistema recursal. É muito adequada a atual preocupação com a redução do suporte papel, a otimização de praxes e estratégias, disseminação de uma cultura de compromisso com o resultado. Motivar o quadro pessoal a se convencer de que a Justiça pode ser melhor se cada um de nós oferecer o seu melhor é chave mágica para a mudança de atitudes.

● Como combater a corrupção?

Atuando sem tréguas. Todo conjunto humano tem suas fissuras. Nós falamos sempre em corrupção e contemplamos o corrupto. Mas a prática exige também o corruptor. Este em regra quer permanecer imune. Aliás, é muito difícil conseguir que alguém deponha em desfavor de alguém considerado corrupto. Trazem os boatos, pretendendo que se aja de ofício, sem provocação e sem provas. Isso torna difícil localizar a corrente da contaminação. Conclama-se a responsabilidade cidadã de todos para que a corrupção seja ao menos atenuada, já que eliminada é mais difícil.

● Como corregedor o que viu nas comarcas e fóruns?

Vi uma estrutura carcomida em grande parte. Falta de estrutura, falta de pessoal, falta de perspectivas. Mesmo assim, encontrei gente entusiasmada. Gente que acredita em vocação. Faz justiça como verdadeira missão. O maior patrimônio do Judiciário é seu pessoal. Por isso é que um ponto insuscetível de se transigir é o prestígio e a valorização das

pessoas que fazem a Justiça. Um Poder Judiciário é um conjunto de pessoas animadas a resolver problemas alheios. Se essas pessoas se imbuírem dessa consciência, tudo poderá ser diferente sem as profundas reformas estruturais que nunca vieram e que a República ainda está a dever ao povo brasileiro.

● A gestão que está de saída entrou em atrito sem precedentes com o Ministério Público porque tentou desalojar os promotores de 58 fóruns. O sr. vai revogar ou manter essa medida?

Não tive acesso direto ao problema. Em tese, o interesse do Ministério Público é conseguir autonomia, nem sempre possível se preservada essa situação antiga, dos tempos em que a instituição não ganhara a relevância que o constituinte de 1988 a ela conferiu. Mas não sou inflexível, fui promotor durante quatro anos, respeito o MP e acredito no diálogo. Vamos ver o que encontro quando tomar posse.

● Os advogados reclamam do processo judicial eletrônico e das revistas pessoais a que são submetidos para entrar no Palácio da Justiça.

O processo eletrônico é irreversível. Não consigo assimilar a necessidade de arquivamento eterno de papéis, os processos findos, se nós mesmos em breve seremos pó. O suporte papel deve ser reduzido ao mínimo e, se possível, desaparecer. Quanto às revistas, prometo que as coisas vão mudar.

● A atuação do STF tem sido marcada por um ativismo que, muitas vezes, é taxado de "judicialização da política". O TJ mandou parar a tramitação de um projeto na Assembleia na semana passada. É uma tendência?

Não é ativismo judicial, senão a resposta do Judiciário às questões apresentadas por sociedade cada vez mais litigante. A dificuldade na obtenção de consenso parlamentar obriga a Justiça a enfrentar temas que deveriam ser anteriormente solucionados pela vontade da lei. O juiz não age de ofício, não pode deixar de apreciar as demandas, pois existe o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.

25 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO Golpe em privilégio

Se for confirmada a decisão liminar da Justiça, que restringe o poder da Prefeitura de alterar o tráfego em bairros da capital, para dificultar o acesso a eles e assim preservar sua tranquilidade, a pedido de grupos de moradores, este será mais um passo importante para conter a privatização do espaço público em benefício de alguns privilegiados. Tanto esse isolamento de bairros como o fechamento de ruas, ambos com justificativas muito semelhantes, se multiplicaram ao longo do anos, criando uma situação inaceitável de desigualdade entre os cidadãos.

O Ministério Público Estadual (MPE) entrou na Justiça, em setembro, com ação contra a Prefeitura para interromper a execução do Programa Comunidade Protegida, também chamado de Moderação do Tráfego, criado em 2005. Com base em pedidos de moradores, encaminhados por associações de bairro, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) traça rotas alternativas destinadas a preservar zonas residenciais. Essa medida não é tão inocente como parece à primeira vista. Infelizmente, ela só pode ser aplicada à custa do restante da população.

Tanto isso é verdade que um inquérito civil concluiu que moradores de bairros nobres conseguiram desviar deles o fluxo de veículos, com prejuízo para quem atravessa essas áreas. Daí a conclusão da juíza Laís

Helena Bresser Lang Aímaral, da 2.^a Vara da Fazenda Pública: “A princípio, o programa, que não conta com lei específica, afronta os princípios da legalidade, interesse público, motivação e impessoalidade, previstos na Constituição Federal”.

Por ocasião do ajuizamento da ação, a CET negou que o programa contemple apenas bairros ricos, porque nele já foram incluídos bairros carentes como City Boaçava, Jardim Marajoara e Vila Paulista. A esse respeito é preciso considerar dois aspectos. Em primeiro lugar, eles competem em condição de desigualdade com os ricos, como era de esperar, porque o programa prevê o financiamento pelos próprios moradores das obras exigidas por ele. E o que é pior: no caso de alguns bairros, como apurou o MPE, subprefeituras entraram com dinheiro, o que torna ainda mais injusto o não atendimento de áreas carentes, como foram os casos de São Mateus, Vila Carmosina e Cidade Tiradentes, apesar da solicitação dos moradores.

Em segundo lugar, e mais importante ainda, mesmo que os bairros pobres recebessem igual tratamento, isso não eliminaria a objeção essencial ao programa, que é o prejuízo acarretado à população das áreas vizinhas pelas restrições ao tráfego em seus limites. O mecanismo do privilégio funciona da mesma maneira num e noutro caso.

Não procede também o argumento de associações de moradores de bairros nobres de que

o objetivo do programa não é impedir o acesso a eles, mas apenas obrigar os veículos a circular com menor velocidade, para assim aumentar a proteção à vida. Mesmo que a restrição ao tráfego se limitasse à redução da velocidade, ela continuaria inaceitável, porque isso prejudicaria a circulação em toda a área vizinha. É fácil de imaginar as consequências dessa lentidão forçada, num grande número de bairros, para o trânsito já caótico da cidade.

As associações de bairro – principalmente a dos mais ricos, que por isso têm de fato maior capacidade de influir na administração – resistem a aceitar a regra da convivência civilizada segundo a qual ninguém pode fugir, à custa dos outros, das agruras próprias da vida numa grande cidade como São Paulo, tais como a precariedade da segurança pública e a dificuldade de circulação. É perfeitamente compreensível que cada um queira escapar de uma e de outra. Mas não pode fazer isso avançando sobre os direitos dos outros, porque estão todos no mesmo barco.

E é exatamente o que vem acontecendo – e tem de mudar – nas restrições à circulação em bairros e no fechamento de ruas. No primeiro caso, a decisão judicial estabelece que isso só poderá ser feito depois de audiências públicas e com base em estudo sobre seu impacto na vizinhança. No segundo, o fechamento só pode ser autorizado, por lei, para veículos e em ruas sem saída.

27 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

ALOÍSIO DE
TOLEDO CÉSAR

Mais fios de cabelos, menos cérebro

Pela vaidade de alguns fios de cabelos a mais, o senador Renan Calheiros impôs nova afronta ao Brasil e aos brasileiros. Decaído da grandeza de seu cargo de presidente do Senado e do Congresso Nacional, requisitou um jato da Força Aérea Brasileira para levá-lo ao Nordeste a fim de realizar uma cirurgia de implante de cabelos.

A julgar pelas notícias publicadas em diferentes jornais, Renan Calheiros tentou minimizar o episódio com a afirmação de que pretende devolver aos cofres públicos o valor correspondente aos gastos da viagem, como se assim agindo lograsse afastar os efeitos danosos do ato praticado.

Não é a primeira vez que o referido senador se afasta da moralidade administrativa e faz uso de bens públicos como se fossem dele. Ao assumir tal conduta, de novo viola o princípio da moralidade administrativa insculpido na Constituição federal em seu artigo 37. Esse artigo dispõe com absoluta clareza que todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerão, entre outros, ao princípio da moralidade. Isso significa que o senador Renan Calheiros, embora seja agente político no exercício de cargo eletivo, e se considere acima do bem e do mal, está igualmente submetido aos rigores desse princípio, podendo ser punido caso a Procuradoria-Geral da República (PGR) demonstre coragem e cumpra o seu dever.

Não é novo no sistema constitucional brasileiro o controle jurisdicional da moralidade administrativa, porém, com o advento da Constituição federal

Renan Calheiros pode ser punido se a PGR demonstrar coragem e cumprir o seu dever

de 1988, foi consagrado ao lado de outros princípios de observância compulsória, como a legalidade, a impessoalidade, a publicidade e a eficiência.

O que vem a ser a moralidade administrativa? Embora se trate de um valor com conteúdo subjetivo, prevalece entre os doutrinadores a ideia de que moralidade significa a ética da conduta administrativa, ou seja, são os valores morais que o administrador deve observar na consecução de interesses coletivos.

Do administrador público se exige capacidade para saber distinguir o honesto do desonesto, o bem do mal, o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente. Os antigos romanos, com razão, diziam que nem tudo o que é lícito é honesto – *nom omne quod licet honestum est* – e disso decorre que o respeito à moralidade é imposto ao administrador para a sua conduta interna.

Em suma, o agente público, na prestação de atividade administrativa, está compulsoriamente submetido à ética e à obrigação de respeitar a moral vigente na sociedade. Quando viola esse princípio, com agressão deliberada ao direito, difunde contagiante dor moral na sociedade, sobretudo entre aqueles que não se conformam com a ausência de necessária punição.

Lamentavelmente, o sistema legal brasileiro não pune a incompetência administrativa, mas, em compensação, a Lei de Improbidade Administrativa (n.º 8.429/92) prevê

com toda a clareza até mesmo a perda de função pública em tais hipóteses. Essa lei federal foi editada em função de reserva feita pelo artigo 37, parágrafo 4.º da Constituição federal, que dispõe: “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei”.

A conduta de usar bens públicos como se fossem seus, consumada pelo senador Renan Calheiros, sem dúvida alguma se afasta da necessária probidade administrativa. Dificilmente se encontrará alguém que reconheça ao senador Renan Calheiros o direito de requisitar um jato da Força Aérea Brasileira sob a alegação de necessidade de serviço e, no fim, desmentir a si próprio ao demonstrar que a viagem estava vinculada à vaidade de implantar uns fios de cabelos a mais.

No Estado de São Paulo, caso um administrador público cometa o deslize de comprar uma penca de bananas sem a licitação prevista em lei, estará sujeito a ação de improbidade proposta pelo Ministério Público. Nessas ações, diante da gravidade dos fatos, os juízes costumam liminarmente determinar o bloqueio de bens, mas a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos somente se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

CONTINUA

27 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O rigor do Ministério Público não é o mesmo em todas as unidades federativas e já vimos um ex-presidente da República safar-se dos rigores da lei pela circunstância de a denúncia formulada ao Judiciário, em gravíssimo caso de corrupção, haver incluído somente seus parceiros na trapaça.

A verdade é que tem havido no Brasil uma incompreensível tolerância com a conduta aberrantemente contrária à moral de agentes públicos investidos de mandato. A Lei da Improbidade Administrativa, em seu artigo 14, prevê que qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade. Mas isso raramente é feito.

Está igualmente proporcionado ao Ministério Público, diante de representação formulada, requisitar (abrir) inquérito policial ou administrativo para apurar o ilícito apontado. Quando o ilícito se torna público, como no caso do mencionado senador, em geral é mais cômodo e mais fácil fingir que nada aconteceu e que não vale a pena o esforço.

Essa tolerância faz parte das nossas coisas, coisas nossas, como Noel Rosa dizia no samba. Podemos concluir que o senador Renan Calheiros continuará rindo de nós e enriquecendo sua biografia já conhecida com fatos desse calibre. E os outros senadores, por solidariedade e espírito corporativo, não irão “queimar-se” com uma coisa assim tão sem importância.

Enfim, tudo continuará na mesma.

●
DESEMBARGADOR APOSENTADO
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE SÃO PAULO. E-MAIL:
ALOISIO.PARANA@GMAIL.COM

27 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CASO JOAQUIM

Promotor vai denunciar mãe por morte de filho

Natália Ponte, mãe do menino Joaquim, também deve responder pela morte do filho. O promotor Marcus Túlio Nicolíno pretende denunciá-la por omissão. Ao contrário do que queria o delegado responsável pelo caso, Paulo Henrique Castro, que afirmou que o inquérito denunciará apenas o padras-to. O inquérito ainda não chegou ao Ministério Público.

Mas, mesmo se somente Guilherme Longo for citado, Nicolino disse que incluirá Natália como ré no processo.

CARAGUATATUBA

Justiça fecha unidade da Fundação Casa

Após fuga de 53 adolescentes na semana passada, a Justiça determinou a interdição da Fundação Casa de Caraguatatu-ba, no litoral norte de São Paulo. Segundo a Vara da Infância e da Juventude, as instalações não têm condições e nem segurança para abrigar os internos. Na véspera de Natal houve outra briga, contida pelos agentes. Até ontem, 41 jovens foram recapturados e levados para outras unidades da Fundação Casa no Estado.

28 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO Barbosa nega transferência de Genoino para SP

Presidente do STF mantém prisão domiciliar em Brasília, onde petista está desde novembro

Mariângela Gallucci / BRÁSÍLIA

Cumprindo prisão domiciliar na casa de um contraparente em Brasília, o ex-deputado federal José Genoino fracassou na tentativa de ser transferido nos próximos dias para São Paulo. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, decidiu ontem que Genoino deve permanecer onde está pelo menos até o fim de fevereiro.

Na quinta-feira, os advogados do petista, condenado a mais de seis anos de detenção por envolvimento com o mensalão, tinham pedido a Barbosa que autorizasse a transferência dele para a casa onde vivem a mulher e dois de seus filhos em São Paulo.

No entanto, o presidente do STF concluiu que o ex-deputado deve ficar em Brasília até o final de fevereiro, quando passará por nova avaliação médica para verificar se ele poderá ou não cumprir pena num presídio.

Com isso, o prazo da prisão domiciliar em Brasília será de 90 dias. A decisão de Barbosa foi confirmada pela assessoria do tribunal, mas a íntegra do despacho não foi divulgada até a conclusão desta edição.

Na petição entregue ao Supremo na quinta-feira, a defesa de Genoino havia comunicado que ele tinha uma consulta médica e exames pré-agendados em São

Paulo no dia 7 e sustentou que o ex-deputado está “por enorme favor” na casa de um “generoso contraparente”.

Os advogados apenas afirmaram que o ex-congressista não está na casa da filha Mariana, que mora no Distrito Federal. “A imprensa erra ao noticiar que está na casa de sua filha Mariana, pois esta, muito modesta e de apenas um cômodo, não teria condições espaciais de abrigá-lo”, argumentou a defesa no documento. O apartamento de Mariana é um loft duplex de 60 m² avaliado em R\$ 300 mil.

Preso em 15 de novembro em São Paulo, Genoino foi levado para Brasília junto com outros condenados no processo do mensalão, como o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

O ex-deputado ficou menos de uma semana no complexo penitenciário da Papuda, em Brasília. Deixou o estabelecimento após reclamar de problemas cardíacos. Ele passou por uma avaliação médica e foi autorizado a cumprir a pena em prisão domiciliar temporariamente.

Barbosa ainda precisa definir a situação do ex-deputado Roberto Jefferson, delator do esquema do mensalão, que também foi condenado. O ex-congressista foi submetido no ano passado a uma cirurgia para extração de um tumor no pâncreas e pretende cumprir a pe-

na em prisão domiciliar. Ele alegou que precisa de uma dieta rigorosa, que inclui itens como salmão defumado e geleia real, que não é padrão das cadeias.

No entanto, o sistema penitenciário do Rio de Janeiro afirmou ao STF que possui condições de abrigá-lo.

Transferência. Também presos por participação no esquema do mensalão, os ex-deputados federais Pedro Corrêa e Pedro Henry foram transferidos ontem de Brasília para estabelecimentos penitenciários de Pernambuco e Mato Grosso. Os dois pediram autorização para cumprir as penas de 7 anos e 2 meses de prisão em presídios localizados nas proximidades de onde vivem familiares. A transferência havia sido autorizada na semana passada pelo presidente do STF, que também é relator do processo do mensalão. Os ex-congressistas viajaram para Cuiabá e Recife em voos comerciais.

Pedro Corrêa pretende voltar a exercer a medicina. Ele pediu autorização para trabalhar como médico no município de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco. No entanto, esse requerimento ainda não foi analisado pelo juiz responsável pela execução penal.

Dezessete dos 25 condenados no julgamento do caso tiveram a prisão decretada.

29 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Contas públicas. Nos últimos três anos, 21 unidades da Federação ficaram mais próximas do teto estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto Tocantins atingiu o limite legal; na média, governadores elevaram despesas com pessoal em ritmo 12 vezes superior ao da União

Gasto com pagamento de servidores cresce mais que receita em 22 Estados

Daniel Bramatti



Os gastos com pagamento de pessoal são um fardo cada vez mais pesado para a maioria dos governos estaduais. Nos últimos três anos, nada menos que 22 das 27 unidades da Federação ampliaram a parcela da receita comprometida com salários de servidores ativos e aposentados. Em termos práticos, isso se traduz em menos investimentos e contas mais engessadas.

Não se pode culpar o desempenho da arrecadação pela situação. Na média, a receita estadual cresceu 16% acima da inflação entre 2010 e 2013. Apenas três governadores tiveram perda de recursos. Em 19 Estados, o crescimento real da receita no período foi superior a 10%.

O problema está mesmo localizado na ponta das despesas. Os gastos com pessoal nas 27 unidades da Federação cresceram 36% em termos reais desde 2010. No governo federal, o aumento foi de apenas 3%.

O governo de Tocantins, por exemplo, recebe hoje 15% a mais em impostos e transferências do que há três anos – o que não o impediu de bater no teto

de gastos estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (49% da receita corrente líquida) e entrar no clube que, até 2010, era integrado apenas por Paraíba e Rio Grande do Norte.

Outros seis governos ainda não chegaram ao teto, mas estão perigosamente próximos dele – tanto que já ultrapassaram o chamado “limite prudencial” estabelecido na lei (46,55% da receita corrente líquida, no caso do Poder Executivo). São eles Paraná, Sergipe, Acre, Santa Catarina, Pará e Alagoas. Apenas o Executivo alagoano estava na lista há três anos.

Controle. Dos 16 governadores que ainda não atingiram nenhum dos limites legais, apenas três reduziram a proporção de gastos com funcionários em relação à arrecadação, e treze ficaram mais próximos das sanções previstas na legislação.

Segundo a lei, Estados que atingem o limite prudencial ficam impedidos de fazer contratações e promover reajustes salariais acima da inflação. Quem ultrapassa o teto é punido com a proibição de contrair empréstimos e com a suspensão de transferências voluntárias da União. Para evitar eventual enquadramento por improbidade administrativa, os gestores têm

dois caminhos possíveis: demitir servidores não estáveis ou aumentar impostos.

Tocantins já começou a reduzir seu quadro de funcionários. O governador Siqueira Campos extinguiu em julho cerca de 2.200 cargos comissionados e contratos temporários. O governo alega que 17 leis aprovadas em “gestões passadas” concederam “aumentos, progressões e promoções” a servidores com impacto financeiro a partir de 2011, o que elevou a folha em 51% nos últimos três anos.

No Rio Grande do Norte, a governadora Rosalba Ciarlini determinou já no início de 2013 que seus secretários cortassem gastos e reduziu até os repasses orçamentários para o Judiciário – o que gerou uma batalha entre os Poderes no Estado. Mesmo assim, o governo chegou ao final do ano com as finanças em frangalhos – até os salários dos servidores tiveram de ser pagos de forma escalonada.

Casos como esse indicam que responsabilidade fiscal será um tema a ser evitado nas campanhas estaduais em 2014 – ao menos pelos candidatos da situação.

CONTINUA

29 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Em crise, Paraná para de pagar fornecedores

Gastos do Estado com pessoal chegam a 48,8% (o máximo é 49%) e governador interrompe pagamentos da gestão

Julio Cesar Lima / CURITIBA
ESPECIAL PARA O ESTADO

A crise financeira que desequilibrou as contas do governo do Paraná neste ano teve mais um capítulo no final do ano.

Ao mesmo tempo em que o Estado atingiu a marca de 48,8% da receita comprometida com pagamento de pessoal, aproximando-se do teto de 49% previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, a gestão do governador tucano Beto Richa suspendeu pagamentos a parte de seus fornecedores.

Segundo o Decreto 9.623, publicado no último dia 17, “os empenhos não processados do exercício financeiro de 2013, relativos aos recursos de quaisquer fontes” ficarão cancelados, e depois do dia 31 de janeiro de 2014 “os restos a pagar serão automaticamente cancelados, sendo que o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores, mediante o reconhecimento de dívida pela autoridade competente”.

Com base nisso, há o risco de

RAFAEL ARBEX/ESTADAO-31/10/2013



Gestor. Beto Richa,
governador do Paraná

muitos fornecedores ficarem sem receber a partir de fevereiro de 2014. “A inscrição em restos a pagar, decorrente de despesas de investimentos, só ocorrerá se estiver autorizada pela Secretaria da Fazenda, em função do condicionamento ao limite de metas fiscais estabelecidas”.

O governo não quis falar sobre o assunto e nem explicar as metas que foram projetadas. Segundo a assessoria, “os números estão sendo ajustados”.

A suspensão dos pagamentos ocorre em um momento em que o governo paranaense está prestes a receber cerca de R\$ 2 bilhões, entre empréstimos internacionais do Banco Mundial e recursos federais.

O líder da bancada do PT, de-

putado estadual Tadeu Veneri (PT), disse que o decreto – assinado pelo governador Beto Richa, pelas secretárias Jozélia Nogueira (Fazenda) e Dinorah Nogueira (Administração) e o secretário de Governo, Cezar Silvestri – mostra o “desequilíbrio das contas no governo”. Ele fala em “oficialização do calote”.

Segundo o petista, o governo perdeu o controle de suas contas no momento em que desejou fazer uma gestão política. “Eles (governo) investiram R\$ 600 milhões em publicidade, mais R\$ 1 bilhão em software, sendo que já existia um livre e gratuito e têm gasto muitos recursos na reparações de veículos. Além disso, dispensaram apenas 81 comissionados dos 1.000 anunciados há alguns meses em uma jogada de marketing”, acusa o petista Veneri.

O governo tem enfrentado dificuldades nos pagamentos de fornecedores de combustíveis, atrasos nos repasses de obras – hospitais e escolas – do PAC na Região Metropolitana de Curitiba e há ainda o risco de ser suspensa a entrega de comida aos presos do sistema penitenciário, igualmente por falta de pagamento.

Nesta semana, o governo retirou da pauta de votação da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), por pressões, a criação da Fundação Estatal em Saúde (Funeas), que seria uma alternativa de contratação de médicos por meio da CLT e que não correria riscos de onerar ainda mais a folha de pagamento e extrapolar o limite da LRF. O projeto voltará a ser discutido em fevereiro de 2014.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

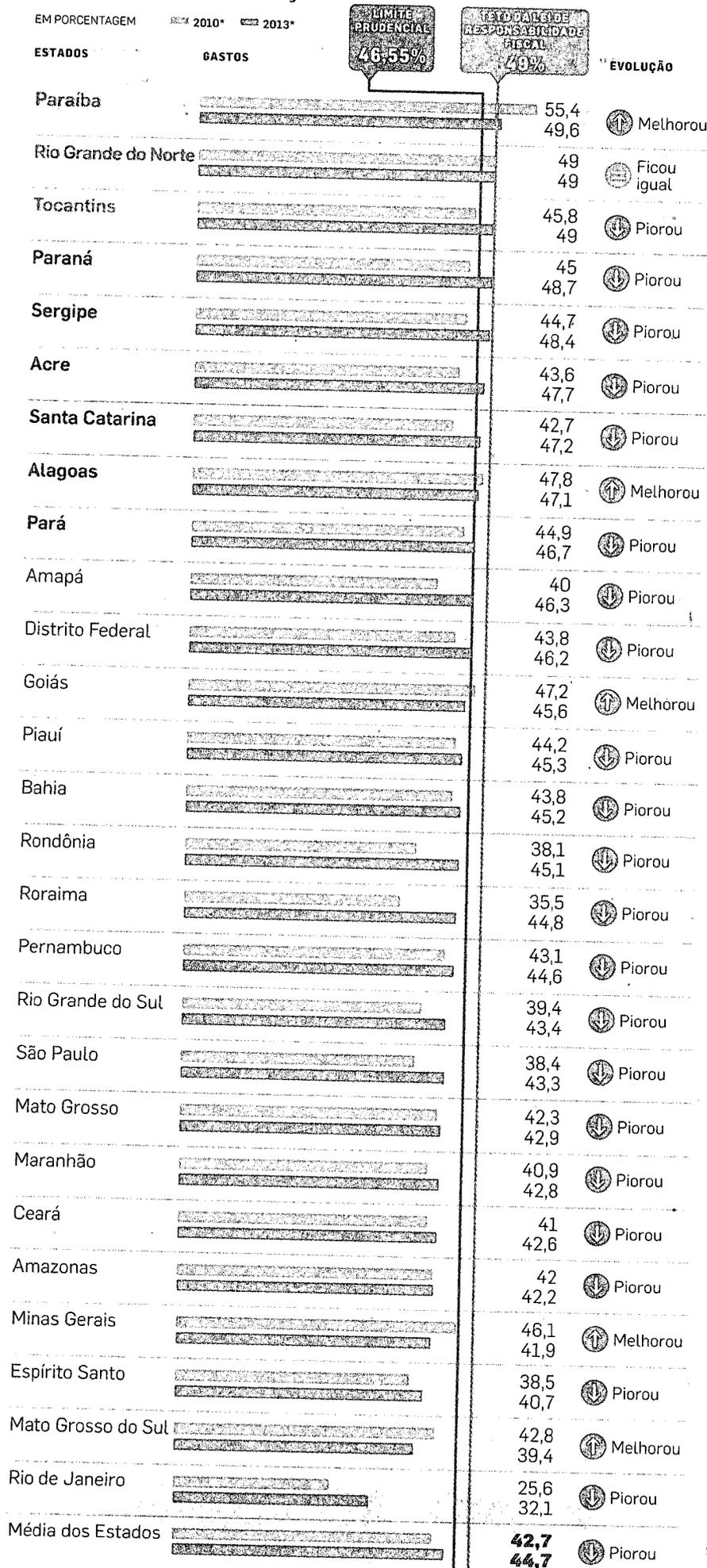
CONTINUAÇÃO

29 DEZ 2013

Folha salarial e arrecadação

EM PORCENTAGEM

2010* 2013*



A Paraíba reduziu em 11% seu comprometimento da receita com pessoal, mas segue acima do teto da Lei de Responsabilidade Fiscal

Tocantins, que nem sequer havia atingido o limite prudencial em 2010, agora bateu no teto de gastos com pessoal

Em 2010, somente dois Estados haviam atingido o limite prudencial de gastos; passados três anos, são seis governos nessa situação

Alagoas, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul reduziram o comprometimento da receita com pessoal e ficaram mais distantes do teto legal

CONTINUA

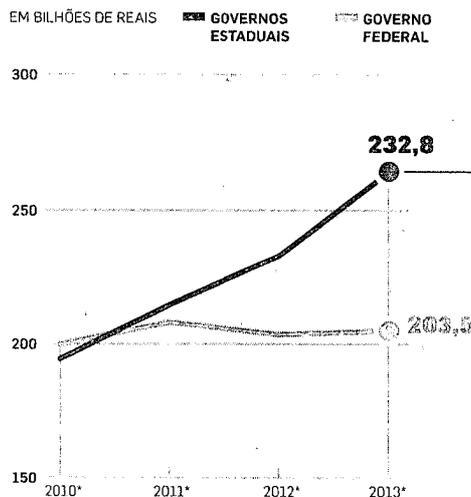
29 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO MAIS PERTO DO LIMITE

● Maioria dos Estados aumentou a parcela da receita corrente líquida destinada ao pagamento de pessoal

Evolução do gasto com pessoal



Mapa da responsabilidade fiscal

ESTADOS QUE ESTOURARAM O LIMITE PRUDENCIAL LEGAL COM GASTOS DE PESSOAL

ESTADOS QUE ESTOURARAM O TETO



36% acima da inflação foi o crescimento médio das despesas com pessoal nos Estados

3% acima da inflação foi o aumento das despesas do governo federal com pessoal

Longe do limite, Rio foi o que mais aumentou despesa

● Entre todos os governos estaduais, o do Rio de Janeiro é o que tem a menor parcela da receita comprometida com o pagamento de pessoal. Mas o Estado é também – empatado com Rondônia – o que teve o maior crescimento proporcional desse indi-

cador nos últimos três anos.

Em 2010, o Rio gastava apenas 25,6% de sua receita corrente líquida com funcionários públicos. Em 2013, essa taxa chegou a 32,1% – o que dá um aumento de 26% no período.

O governo fluminense atribui o fenômeno ao que chama de “política de recuperação da remuneração”, principalmente policiais, bombeiros e professores, além de 80 mil contratações de novos funcionários e da revisão

de 61 mil pensões pelo Rioprevidência, instituto estadual de aposentadorias. Somente na área de segurança pública, os gastos com servidores passaram de R\$ 2,36 bilhões em 2007 para R\$ 5,53 bilhões em 2013.

“A remuneração de entrada de um soldado da Polícia Militar passou de R\$ 874,53, em janeiro de 2007, para R\$ 2.677,23, desde fevereiro de 2013”, informou a Secretaria do Planejamento. / WILSON TOSTA

19 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Auxílio-moradia

No último dia de trabalho da Assembleia Legislativa antes do recesso, chegou à Casa, ontem, um projeto do Tribunal de Justiça que prevê a criação de um auxílio-moradia para os juízes do Estado. A proposta não define valores, apontando que eles serão determinados pela direção do TJ. A votação do projeto ficou para o ano que vem.

19 DEZ 2013

BEM PARANÁ

**KARLOS
KOHLEBACH**

Cid Vasques "comprometia o combate ao crime organizado"

O procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, divulgou ontem uma nota em que expõe os motivos que levaram o Ministério Público do Paraná a defender a não renovação da licença do procurador de Justiça, Cid Vasques, para exercer o cargo de secretário de Segurança. Diz Giacoia que "o secretário, ao impor o afastamento compulsório de policiais que atuam no grupo; indicar eventuais substitutos sem consulta prévia ao Ministério Público e designar prazo determinado de um ano para a atuação dos policiais que foram solicitados pelo Gaeco", descumpriu um decreto firmado entre a entidade e o governo do estado. Afirmo Giacoia que Cid Vasques atuou em afronta às prerrogativas constitucionais do MP "comprometendo, assim, o atendimento ao interesse público primário, ou seja, o efetivo combate ao crime organizado, em prejuízo da coletividade". O MP quer que os policiais do Gaeco "tenham garantia de permanência no Grupo, livre de qualquer pressão ou retaliação, para um trabalho cada vez mais efetivo de combate à criminalidade organizada". Por oito votos a um, o Conselho Superior do MP decidiu não renovar a licença de Vasques. Ele terá de deixar a secretária no próximo dia 31 de dezembro, ou se manter no cargo e deixar a carreira no MP. Fontes do Palácio Iguaçu já começam a pensar num substituto de Vasques para comandar a segurança no estado.

20 DEZ 2013

BEM PARANÁ

**KARLOS
KOHLBACH**

Auxílio-moradia

Não caiu nada bem entre os deputados estaduais o projeto encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Paraná para a Assembleia Legislativa que cria o auxílio-moradia aos magistrados. Os parlamentares torceram o nariz sobre o benefício e afirmam que será muito polêmica a votação deste projeto. "De um lado está o TJ querendo o auxílio-moradia, do outro a sociedade que não deve compactuar com este benefício. Isto tudo num ano eleitoral", desabafou um parlamentar. Uma das saídas, conta o deputado, será os parlamentares se apegarem nas decisões contrárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o pagamento do benefício para não aprovar o auxílio aos magistrados.

20 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Projeto de gratificações do MP

Pouca gente se lembra, mas no fim do mês passado os deputados aprovaram um projeto, enviado pelo Ministério Público, que previa a incorporação de gratificações, por assiduidade e produtividade, ao salário de seus servidores. Pois bem. Este projeto ainda não foi apreciado pelo governador Beto Richa (PSDB), que pode sancionar ou vetar o projeto. O clima está tão pesado entre o governo e o MP, por conta do impasse judicial envolvendo o secretário da Segurança Cid Vasques que fontes do Palácio Iguazu dizem que não se surpreenderiam se o projeto de gratificações para o MP fosse vetado. E como Beto Richa tem ampla maioria na Assembleia Legislativa, manter o veto do governador não seria uma tarefa complicada.

Falando em Cid Vasques...

O secretário da Segurança Pública do Paraná, Cid Vasques, conseguiu na Justiça uma liminar que o mantém no Poder Executivo. A decisão, do desembargador José Augusto Gomes Aniceto, saiu um dia depois que o Conselho Superior do Ministério Público do Paraná decidiu, por oito votos a um, pela não renovação da licença do procurador de Justiça Cid Vasques para exercer o cargo de secretário de Estado. Apesar da decisão favorável, fontes do Palácio Iguazu contam que a situação envolvendo Cid Vasques ainda é desconfortável. Alguns governistas apostam num imbróglio jurídico — o que pode causar instabilidade no comando da Polícia do Paraná.

EM ALTA



O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (TRF4) foi considerado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o tribunal federal do país com maior nível de maturidade em gestão estratégica. O TRF4 alcançou o índice de 71,50% de formulação, implementação e monitoramento da estratégia.

EM BAIXA



O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ontem ao STF (Supremo Tribunal Federal) um parecer contrário ao pedido de prisão domiciliar feito pelo delator do mensalão, **ROBERTO JEFFERSON**, que retirou um tumor do pâncreas em 2012.

26 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Guerra entre Cid Vasques e o MP

A “guerra” entre a secretaria de Segurança e o Ministério da Público está longe de acabar. O secretário de Estado de Segurança, Cid Vasques, divulgou nota no último sábado, onde rebate recentes declarações do coordenador do Gaeco - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, Leonir Batisti, de que o governo estaria “desmontando” o grupo. “As declarações feitas por promotores do Gaeco no sentido de que as medidas administrativas adotadas pela Sesp levarão à extinção do combate ao crime organizado não são verdadeiras e refletem, mais uma vez, uma visão distorcida e autoritária da realidade”, disse o secretário. Na nota, o secretário questiona de forma dura o posicionamento da Gaeco. “Se essas medidas são tão inconvenientes ou ilegais, por qual razão o Gaeco não procura a Justiça? Por qual razão prefere o caminho de uma perseguição política irracional, que causa prejuízos à população do Estado do Paraná e, tal como uma criança que se sente “dona da bola”, quando algo lhe desagrada, simplesmente decide parar de jogar?”, provoca.

Tendência

Cid Vasques conseguiu uma liminar que garante sua permanência na Secretaria de Segurança Pública (SESP). Licenciado do Ministério Público do Paraná (MP-PR) para exercer a função de secretário do estado, Vasques teve a renovação da sua licença negada pelo Conselho Superior do MP e teria de deixar o cargo no governo estadual até o próximo dia 31, ou sofreria sanções administrativas. Ele entrou com um pedido de liminar no Tribunal de Justiça, para que a decisão do Conselho Superior fosse revista e vai exercer o papel de secretário até que sejam julgados os recursos administrativos em aberto. A tendência, no entanto, é que, caso o todos os recursos se esgotem, Cid Vasques deixa o MP e aí que a guerra tende a piorar.

27 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Decisão do TJ mantém Vasques no cargo

O secretário de Estado da Segurança Pública, Cid Vasques, conseguiu um embargo de declaração no Tribunal de Justiça do Paraná que lhe garante manter-se à frente da secretaria até que todos os seus recursos sejam julgados, inclusive no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), onde deve ingressar para conseguir prorrogar sua licença do MP-PR.

Ontem, o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, do Ministério Público do Paraná, manteve por maioria (16 votos a dois), decisão do Conselho Superior da Instituição, não renovando a autorização para que permaneça afastado do MP-PR para exercer o cargo

de secretário de Segurança.

O pedido de renovação de licença havia sido analisado pelo Conselho Superior do Ministério Público, no último dia 17 de dezembro. O Conselho decidiu não autorizar novo afastamento, o que faria com que Vasques tivesse de voltar para a carreira no MP-PR a partir de 1º de janeiro de 2014. O secretário, no entanto, procurou reverter a decisão apresentando recurso ao Órgão Especial, que foi julgado ontem.

“No âmbito do MP-PR, portanto, a questão está encerrada e não há outro recurso interno que possa reverter essa decisão”, afirma o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia.

Mônica BERGAMO

DOCE LAR

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) concedeu direito de habitação à mulher que, não sendo casada, compartilha o imóvel com o companheiro quando este falece. Ou seja, mesmo que a casa ou o apartamento seja partilhado com os filhos, ela terá direito de residir nele. Até então esse direito só era de fato assegurado à esposa.

DE VOLTA...

O cantor João Gilberto já contratou equipe técnica para trabalhar na regravação de alguns de seus clássicos. O Tribunal de Justiça do Rio decidiu ontem que as matrizes dos álbuns "Chega de Saudade", "O Amor, o Sorriso e a Flor" e "João Gilberto", além do compacto em vinil "João Gilberto" (em que canta músicas do filme "Orfeu do Carnaval"), devem mesmo ficar com o autor. A posse dos trabalhos era disputada com a gravadora EMI.

...PRA CASA

"O tribunal agiu acertadamente. João Gilberto é um gênio musical e tem o direito de trabalhar sobre suas criações", diz o advogado Flávio Galdino. A EMI, que já tinha sido obrigada a devolver as matrizes por meio de liminar, ainda pode recorrer.

PAINEL DO LEITOR
Judiciário

O artigo "Assim caminha o Judiciário" ("Opinião, 17/12), do ministro do STJ Luis Felipe Salomão, é muito oportuno por ter colocado o importante debate sobre a participação dos juizes de primeiro grau, ao lado de outros atores, na elaboração da proposta orçamentária do Judiciário.

Essa transparência permitirá que todos os que trabalham para promoção da Justiça contribuam para identificar as prioridades das numerosas demandas apresentadas no Estado, onde tramitam mais de 20 milhões de feitos.

MARCOS DA COSTA, presidente da OAB SP
(São Paulo, SP)

FOLHA DE S. PAULO

Renan critica Supremo por discutir doações eleitorais

Legislativo não aceitará usurpação de suas atribuições, afirma presidente do Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), criticou ontem o Supremo Tribunal Federal por discutir as doações de empresas para campanhas eleitorais: "Só o Congresso pode fazer as leis. É importante que o Supremo saiba disso e o TSE [Tribunal Superior Eleitoral] também".

Na semana passada quatro ministros do STF consideraram que as doações de empresas são inconstitucionais. O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Teori Zavascki.

Questionado se haverá reação do Congresso, disse: "Eu acho que a melhor reação é

lembrar sempre que quem recebeu delegação do povo para legislar foi o Congresso, não o Supremo e não o TSE".

Renan classificou a intervenção do STF de invasiva:

"Eu acho que é uma coisa meio invasiva com a qual o Congresso não vai e não pode concordar", afirmou.

O ministro do STF Gilmar Mendes também acha que cabe ao Congresso definir regras sobre o financiamento das campanhas: "O local para isso é o Congresso. Porque ele dispõe inclusive da possibilidade de fazer cláusulas de transição, de estabelecer que um dado modelo será experimentado. Se der errado, pode ser revisto". (MÁRCIO FALCÃO)

TSE amplia possibilidade de voto fora do domicílio

Regra permite votar em municípios com mais de 200 mil eleitores, mas só para presidente

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) ampliou as possibilidades dos eleitores votarem em trânsito durante as eleições presidenciais de 2014.

Quem não estiver em seu domicílio eleitoral poderá votar para presidente em qualquer município com mais de 200 mil eleitores, além das capitais. A regra não vale para a votação de governadores, senador e deputados.

Para votar em trânsito, o eleitor deverá habilitar-se perante a Justiça Eleitoral entre 15 de julho e 21 de agosto de 2014, com a indicação do local em que pretende votar.

Segundo o TSE, 85 municí-

pios tinham mais de 200 mil eleitores em novembro, incluindo as capitais. Essa lista pode mudar até maio, prazo final para troca do domicílio eleitoral.

O TSE decidiu também que o voto será facultativo para presos provisórios — aqueles que, apesar de estarem com liberdade restrita, não foram condenados em definitivo.

No total, o TSE aprovou ontem seis resoluções das eleições gerais de 2014.

As decisões tratam de atos preparatórios para a votação, registro e divulgação de pesquisas de intenção de voto, crimes eleitorais e segurança de dados dos eleitores, entre outros. (FILIPE COUTINHO)

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do STF diz que prisões romperam tradição

20 DEZ 2013

Para Joaquim Barbosa, punição foi fato novo, mas não muda comportamentos

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, disse ontem que “a novidade” do ano no Judiciário foi a prisão de parlamentares, o que representa o “rompimento” de uma longa tradição.

Ele se referiu às prisões dos deputados Natan Donadon (ex-PMDB-RO), José Genoíno (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP). Todos renunciaram aos mandatos.

“Em democracia, desde que demonstrada a violação de normas penais, não há por que se criar exceções para A, B ou C em função dos cargos

que exercem”, comentou o presidente sobre as prisões.

Apesar da “novidade”, Barbosa disse não acreditar que as prisões venham a mudar o comportamento de políticos envolvidos com corrupção. “Não tenho ilusão quanto a isso”, disse.

PRISÃO DOMICILIAR

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ontem ao presidente do STF parecer contrário à prisão domiciliar do delator do mensalão, Roberto Jefferson.

O ex-deputado retirou um tumor do pâncreas em 2012 e alega precisar tratar-se em casa. Barbosa é quem dará a palavra final sobre a prisão.

Biografias serão julgadas ano que vem, diz Barbosa

Presidente do Supremo afirma que ação será apreciada no 1º semestre de 2014

O presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Joaquim Barbosa, afirmou ontem que o julgamento da ação que discute a publicação de biografias não autorizadas deverá acontecer no primeiro semestre de 2014.

Para o julgamento ocorrer, a ministra Cármen Lúcia, relatora da ação, deve informar à presidência do Supremo que o caso está pronto para entrar em pauta. Depois disso, a presidência é quem define a data do julgamento.

Em novembro, a ministra afirmou que liberaria seu vo-

to no início deste mês, mas isso não aconteceu.

A ação a ser julgada, de autoria da Associação Nacional dos Editores de Livros, contesta dois artigos do Código Civil que permitem que biografados ou seus herdeiros impeçam na Justiça a publicação de obras que não tenham autorização prévia.

Na Câmara, tramita um projeto de lei, de autoria do deputado Newton Lima (PT-SP), que também pode derrubar a restrição às biografias. “Vamos votar logo no início dos trabalhos [em fevereiro], assim que a pauta for destrancada”, afirma o deputado.

Marco Aurélio será o relator do caso do cartel no STF

O inquérito que investiga a existência de um cartel integrado pela Siemens que atuava no Metrô e na CPTM mudou de mãos no STF (Supremo Tribunal Federal) e foi enviado ao ministro Marco Aurélio Mello, que agora será o relator do caso.

Quando chegou ao tribunal, no último dia 12, ele foi distribuído por sorteio para a ministra Rosa Weber.

A troca aconteceu porque Marco Aurélio havia recebido em agosto uma reclamação na qual um investigado pedia acesso aos autos do processo, que ainda estava na Justiça em São Paulo.

Pelo regimento interno do STF, quando um ministro atua em determinado caso, todos os novos processos conexos enviados à corte devem ser distribuídos a ele.

O inquérito foi enviado ao STF devido a um depoimento do ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer que cita deputados federais Edson Aparecido (PSDB), Rodrigo Garcia (DEM), José Aníbal (PSDB), que estão licenciados, e Arnaldo Jardim (PPS). Todos negam as acusações.

20 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Vestido de noiva é "bem durável", decide Justiça

GABRIELA BAZZO
DE SÃO PAULO

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que um vestido de noiva se enquadra na categoria de bem durável. Por isso, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, dá ao proprietário até 90 dias a partir da entrega para reclamação sobre defeitos.

Se fosse considerado não

durável, o prazo para reclamação seria de 30 dias.

A decisão foi tomada com base em processo movido por Juliana Almeida e Araújo, 34.

Moradora de Brasília, ela se casou em agosto de 2006 com um vestido produzido pela Casanova em São Paulo e comprado por cerca de R\$ 10 mil em abril daquele ano.

Segundo Araújo, o vestido apresentava pequenos defei-

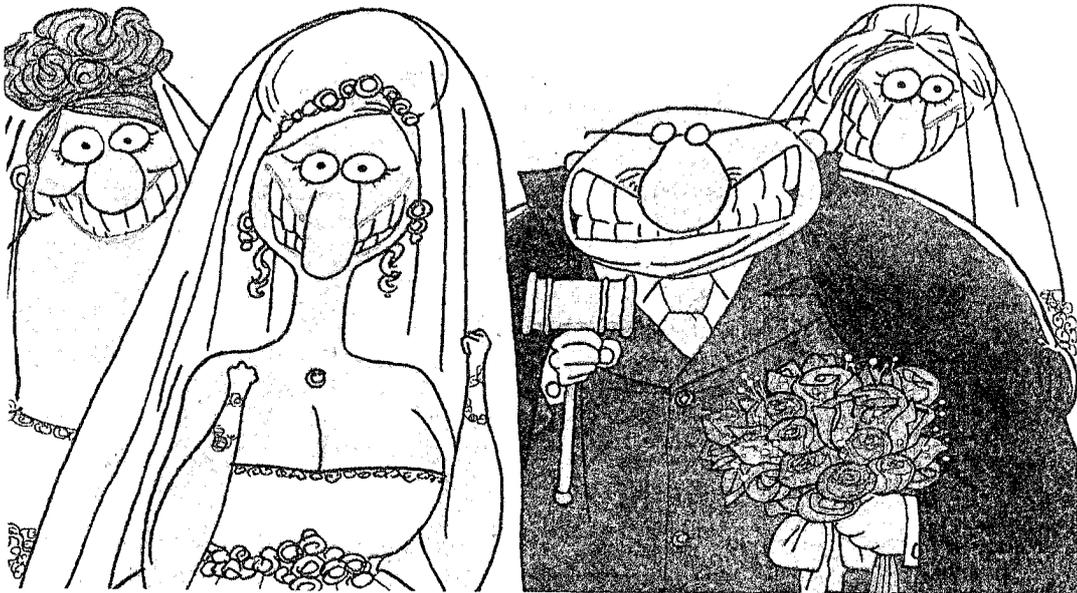
tos no forro e em partes do bordado e teve que ser arrumado às pressas em Brasília.

A noiva recorreu à Justiça, mas houve contestação sobre o tempo que ela levou para fazer sua queixa. Por isso, foi preciso a decisão do STJ.

Com a decisão, o processo volta para a primeira instância, onde será definido se cabe indenização.

Segundo Daniele Fonseca, advogada que representou a Casanova no processo, a loja fechou há alguns anos.

Até a conclusão desta edição, nenhum dos proprietários havia entrado em contato com o escritório.



21 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Ministro do STJ permite que Delta volte a ter contratos com o governo

DE BRASÍLIA E DO RIO - O ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Ari Pargendler acatou pedidos da Delta Construções e de sua subsidiária, Técnica Construções, e suspendeu as restrições impostas às duas companhias pela CGU (Controladoria-Geral da União).

A decisão abre caminho para a Delta e a Técnica voltem a ter contratos com o poder público. Como a decisão foi liminar (provisória), ela será analisada — e poderá ser mantida ou derrubada — numa das turmas do STJ no ano que vem.

A Delta, do empresário Fernando Cavendish, ficou conhecida em 2012 em meio à Operação Monte Carlo da Polícia Federal e por suas ligações com o empresário Carlinhos Cachoei-

ra. A CGU considerou a empresa inidônea para firmar contratos com o poder público.

Após ser punida, a Delta criou uma subsidiária, a Técnica, que, diz a CGU, é um espelho da companhia principal.

O resumo da decisão diz que o ministro deu “liminar para suspender a eficácia da decisão proferida pelo ministro-chefe da Controladoria-Geral da União que declarou a imputante inidônea para contratar com a administração pública”.

No Rio a 5ª Vara Empresarial da Justiça enviou ofícios aos governos federal e paulista e ao TCU para que seja autorizada a contratação da Técnica. Segundo a juíza Maria da Penha Mauro, a punição à Delta não pode ser aplicada à Técnica.

Justiça barra licitação de linhas de ônibus

Decisão foi tomada a pedido das empresas

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu o leilão das linhas de transporte rodoviário interestadual que a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) pretendia promover.

O desembargador Jirair Meguerian acatou o pedido do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo. A entidade questionava o edital, que não traria ampla competição entre os interessados.

O mandado de segurança das empresas havia sido indeferido pela primeira instância em outubro. O sindicato entrou com recurso. A entrega das propostas para as 1.967 linhas seria em janeiro.

A argumentação do sindicato é que o edital traz exigências não previstas em lei, algo que não pode acontecer. As empresas interessadas teriam de apresentar, por exemplo, uma prova da inexistência de débitos junto à ANTT.

A Folha não conseguiu entrar em contato com a ANTT para tratar da decisão.

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do TJ diz que não queria se reeleger

Objetivo de campanha era promover reformas no tribunal, diz Ivan Sartori

Prestes a deixar o cargo, desembargador afirma que sua gestão levou o Judiciário paulista 'anos-luz à frente'

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

Prestes a deixar o cargo após uma gestão marcada por controvérsias, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, 56, diz que será lembrado “pelo progresso e por projetos que estão levando o tribunal anos-luz à frente”.

Ele transmitirá o cargo em janeiro ao desembargador José Renato Nalini, eleito no início deste mês, depois que uma decisão do Conselho Nacional de Justiça impediu Sartori de concorrer à reeleição.

Sartori diz que não pretendia disputar um segundo mandato, mesmo tendo o apoio de 40 mil servidores, 200 desembargadores e 90% dos juizes de primeiro grau, segundo seus cálculos.

“Eu sabia que o Supremo Tribunal Federal não ia aceitar a reeleição”, afirma. Seu objetivo ao alimentar a campanha a seu favor no Judiciário paulista era ganhar força para promover reformas, diz.

“Se não mantivesse viva essa chama da reeleição, não faria nem metade do que fiz agora no segundo semestre”, afirma. A Lei Orgânica da Magistratura impede a reeleição de presidentes de tribunais.

Eleito em 2011, Sartori fez barulho desde o primeiro dia da gestão, quando mandou apurar por que cinco desembargadores haviam furado a fila para receber R\$ 5,2 milhões em pagamentos de débitos trabalhistas atrasados.

Ele afastou uma funcionária que cuidava de uma folha de pagamento paralela, com depósitos fora do contracheque dos juizes, e fixou prazo para todos entregarem declarações do Imposto de Renda.

Sartori abriu as portas do tribunal para a corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, hostilizada pela magistratura desde o dia em que apontou a existência de “bandidos de toga” no Judiciário.

“Ela chegou aqui brava, ficou minha amiga”, diz Sartori, que chegou a escrever que Eliana “deu circo ao povo”.

Sartori pagou salários atrasados aos funcionários, recorrendo ao dinheiro de um fundo originalmente destinado à modernização do tribunal. Ele nega que tenha feito isso para obter apoio político para se lançar à reeleição.

“Foi investimento no aumento da produção. Duas leis permitem esse uso dos recursos. Fui buscar dinheiro também em outras fontes. Usei o fundo de forma parcimoniosa”, diz o presidente do TJ.

Sartori não consultou o Órgão Especial que reúne a cúpula do TJ, em abril, quando determinou que o Ministério Público desocupasse salas que usa em fóruns estaduais.

“Não preciso consultar o Órgão Especial, porque sou o administrador e tenho que defender os interesses do Judiciário”, diz. “Há uma reclamação geral no interior por falta de salas. Tenho que abrir espaço para o juiz trabalhar.”

Sartori aprovou um programa de construção de 104 novos fóruns, com investimento total de R\$ 1 bilhão em cinco anos, período em que espera ver a eliminação dos processos em papel no tribunal.

Em junho, entidades do setor criticaram a reorganização das varas que cuidam de questões de cumprimento de penas, alegando que o tribunal não poderia indicar os juizes sem concurso interno.

Em novembro, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, propôs ação no STF contra a lei estadual que reorganizou o setor. Sartori defende a mudança. “Os novos processos serão digitalizados e ninguém vai tirar juiz de processo nenhum”, diz.

“Eu sabia que o Supremo Tribunal Federal não ia aceitar a [minha candidatura à] reeleição. [...] Se não mantivesse viva essa chama da reeleição, não faria nem metade do que fiz agora no segundo semestre

IVAN SARTORI
presidente do Tribunal
de Justiça de São Paulo

22 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Supremo não abre mão do poder que acumulou

Corte está dividida entre ministros que desejam respeitar o espaço do Congresso e outros que pretendem avançar

JOAQUIM FALCÃO
ESPECIAL PARA A FOLHA

Como foi o Supremo Tribunal Federal em 2013? Pergunta simples, resposta complexa. São múltiplos Supremos.

Existe o Supremo como última instância do Judiciário. Neste ano o Supremo teria julgado 89.565 processos, contra 90.044 processos no ano passado — mais de 8.000 por ministro da corte.

Difícil acreditar que os ministros puderam ler individualmente todos os processos. Se são julgamentos repetitivos, não precisariam ir ao Supremo.

Por anos se acreditou que esse exagero era desordem organizacional, excesso de recursos. Não é.

Cada dia fica mais claro que é uma questão de poder. O Supremo não quer abrir mão de nada. Para ninguém. Nem para os tribunais estaduais, ou superiores. É excesso de concentração de poder.

Nem o Supremo se une a favor de legislação que lhe reduza os recursos, como no caso da Emenda Peluso. Nem toma outra iniciativa de fazê-lo. Ativismo quantitativista.

O Brasil fica à espera do dia que o Supremo resolva pinçar um processo, colocar na pauta e julgá-lo. Usar a espada Suprema. Das 41 Adins (ações diretas de inconstitucionalidade) contra o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), por exemplo, o Supremo em geral concede liminar,



NESTE ANO O STF
TERIA JULGADO
89.565 PROCESSOS,
MAIS DE 8.000 POR
MINISTRO; DIFÍCIL
ACREDITAR QUE
LERAM TODOS



O SUPREMO NÃO
QUER ABRIR
MÃO DE NADA.
PARA NINGUÉM.
É EXCESSO DE
CONCENTRAÇÃO
DE PODER

mas não julga o mérito. Cria assim imprevisível ordem jurídica de conjunturas.

O outro Supremo é o da sintonia com os cidadãos. Tem muito avançado e na direção certa. Até o mensalão o Supremo nunca havia condenado à prisão em definitivo alguém com foro privilegiado. Agora não mais.

Enfrentou também casos importantes, como royalties, a inconstitucionalidade do regime de precatórios, a criação de novos partidos políticos. Escolher a pauta é a principal espada do Supremo.

Como agirá em 2014? Processos sobre regras eleitorais e econômicas deverão ser prioritários.

Finalmente, o último Supremo é o Poder da República diante do Congresso e Executivo. Temos visto um Supremo inquieto, de ministros divididos. Uns querendo respeitar o espaço congressual, outros querendo avançar.

O receio de surgir um Supremo expansionista está se tornando rotina nos julgamentos. É preciso que o Supremo se apazigue.

Em 2014 um Congresso Nacional novo, legitimado pelo voto, será eleito. Na democracia o voto deve ser maior do que a espada interpretativa do Supremo. Autolimitar-se seria prudente.

JOAQUIM FALCÃO é professor da FGV
Direito Rio

Inércia do Congresso é risco à democracia e obriga STF a atuar

PARA MINISTRO, DECISÃO DO SUPREMO SOBRE DOAÇÕES ELEITORAIS PODE LEVAR LEGISLATIVO A RETOMAR DEBATE SOBRE REFORMA POLÍTICA

FERNANDO RODRIGUES
DE BRASÍLIA

“A inércia do Congresso traz riscos para a democracia. E proteger as regras da democracia é um papel do Supremo”, afirma o ministro Luís Roberto Barroso, explicando a razão de o Poder Judiciário ter começado a julgar há duas semanas se doações de empresas em campanhas eleitorais são inconstitucionais.

Em entrevista à **Folha** e ao UOL, o mais novo integrante do STF (Supremo Tribunal Federal), que tomou posse no fim de junho, diz compreender a paralisia do Congresso quando se trata de reformar o sistema político. “Há muita dificuldade de se formarem consensos. Não querem mudar a lógica do jogo que os ajudou a chegar lá”, afirma.

O STF começou a julgar no início deste mês uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Se ela for aceita, serão proibidas as doações eleitorais de empresas, que hoje respondem por mais de 80% do que é arrecadado pelos candidatos.

Até agora, 4 dos 11 ministros do STF já se manifestaram a favor da proibição. O julgamento foi suspenso e será retomado no ano que vem.

Barroso votou contra as doações das empresas e acha que a função principal desse julgamento é fomentar o debate sobre reforma política.

“Não está funcionando, nós temos que empurrar a história. Está emperrado, nós temos que empurrar”, diz. “Espero que a decisão do Supremo recoloca essa questão na agenda do Congresso.”

A seguir, trechos da entrevista de Barroso, concedida na quarta-feira, em Brasília.

Folha/UOL - O sr. votou a favor de considerar inconstitucional a doação de empresas privadas para políticos em campanha eleitoral. Como deveria ser o modelo de financiamento, então?

Luís Roberto Barroso - Em tese, não considero inconstitucional em toda e qualquer hipótese a doação por empresa. Mas no modelo brasileiro grandes empresas doam para o partido A, para o partido B, para o partido C.

Não tem nada a ver com ideologia. Doam ou por medo, ou por que são achacadas, ou porque querem favores. No sistema que nós temos, a derrama de dinheiro produz um impacto antidemocrático e antirrepublicano.

É possível prescindir das doações diretas de empresas?

É possível. Ou é até possível desenhar um modelo em que a doação de empresas não tenha este impacto deletério sobre o princípio republicano e sobre a moralidade pública.

O Congresso, pressionado pelas multidões que tinham

ido para as ruas, discutiu a reforma política.

Não saiu nada...

Logo que o povo saiu da rua essa agenda foi desarticulada. Espero que a decisão do Supremo recoloca essa questão na agenda do Congresso. Acho que decisão política tem que tomar quem tem voto. Agora, a inércia do Congresso traz riscos para a democracia. E proteger as regras da democracia é um papel do Supremo.

O sr. acha que o Congresso tem sido inerte por quê?

Porque há muita dificuldade de se formarem consensos. Compreensivelmente —faz parte da natureza humana— não querem mudar a lógica do jogo que os ajudou a chegar lá.

O Congresso Nacional não avança nessa área.

Foi uma pena. Aquela energia cívica que foi o povo nas ruas foi formidável. É a energia que move a história. É assim que se produzem as grandes transformações.

Mas, para fazer andar a história, não precisa estar com o povo gritando atrás. É preciso interpretar e fazê-la andar. Está ruim, não está funcionando, nós temos que empurrar a história. Está emperrado, nós temos que empurrar.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

22 DEZ 2013

O sr. tem opinião sobre a criminalização do uso de drogas?

Acho que a criminalização de drogas leves é uma má política pública. A criminalização da maconha é uma política pública equivocada. Estou preocupado com o impacto dessa atividade criminosa sobre as comunidades que são dominadas pelas pessoas que fazem o tráfico.

Seria uma política pública boa, ou pelo menos uma boa experiência que não produzirá nada pior do que o que a gente já tem, a descriminalização da maconha.

Descriminalizar a maconha resolveria o problema dessas comunidades?

Vejo quantos casos chegam às minhas mãos de pessoas condenadas por tráfico, por pequenas quantidades de maconha: 100 gramas, 200 gramas, 500 gramas.

Isso provoca um impacto extremamente negativo. Vai preso por 250 gramas de maconha e sai violentado, embrutecido e pronto para crimes mais graves. Do ponto de vista de uma política criminal, não teria nenhuma dúvida de que descriminalizar a maconha é positivo.

Mas como é possível distinguir entre o que deve ser descriminalizado?

O país precisa de um debate sem preconceitos. Do meu ponto de observação, é uma má política pública prender dezenas de milhares de jovens por tráfico de pequenas quantidades de maconha e mesmo, eventualmente, de cocaína quando não estejam associadas a outro tipo de delinquência.

O que acha da política do Uruguai de liberar drogas leves —no caso, a maconha?

Tenho simpatia pela experiência. Acho que a gente deve observá-la. No Brasil, as pessoas acham muito sem terem procurado. Não sou uma dessas pessoas.

22 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Triste Defensoria

É desoladora a situação da Defensoria Pública no país.

Criada pela Constituição de 1988, a instituição tem como finalidade prestar serviços jurídicos gratuitos à população carente.

Vinte e cinco anos já se passaram, mas o número de defensores públicos infelizmente continua muito aquém do necessário para o cumprimento dessa tarefa, crucial para tornar realidade o direito fundamental de acesso à Justiça.

Essa constatação é evidente a quem examinar o “Atlas de Acesso à Justiça”, divulgado na semana passada pelo Ministério da Justiça.

Enquanto há excesso de advogados à disposição de quem possa pagar, é escasso o contingente de profissionais alocados no setor de orientação jurídica gratuita.

Em números totais, o Brasil tem cerca de 770 mil advogados, mas apenas 5.500 defensores. Na comparação proporcional, são 311 advogados para cada 100 mil habitantes, contra somente 3,9 defensores públicos no mesmo universo.

O descompasso, na verdade, é ainda mais gritante, porque o público-alvo da Defensoria — a parcela da população que recebe até três salários mínimos por mês, pouco mais de R\$ 2.000 — constitui mais da metade dos adultos do país.

A situação é particularmente grave no Estado de São Paulo, o

mais rico do país e responsável pelo maior número de processos na Justiça. Há 566 advogados para cada 100 mil habitantes paulistas, e apenas 1,43 defensor para o mesmo número de moradores.

Instaladas com injustificável atraso em diversas unidades federativas, as Defensorias Públicas estaduais muitas vezes não conseguem sequer estar próximas das pessoas que devem atender.

De acordo com o Mapa da Defensoria Pública do Brasil, estudo lançado em março deste ano pela Associação Nacional dos Defensores Públicos em parceria com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), faltam profissionais dessa categoria em 72% das comarcas nacionais.

Ademais, de acordo como o Ministério da Justiça, o país deveria contar com um defensor público para cada 10 mil pessoas que recebiam até três salários mínimos. Para alcançar tal índice, o Brasil precisará contratar mais de 10 mil profissionais. Atualmente, apenas Distrito Federal e Roraima não têm deficit nesse campo.

Fortalecer a Defensoria Pública é tarefa urgente e imprescindível para o Brasil romper a barreira que separa ricos e pobres também no acesso à Justiça. Enquanto isso não acontecer, nem todos serão iguais perante a lei.

23 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

DNA de criminosos

SERGIO FERNANDO MORO

Da indignação da presidente
Dilma com estupros poderia
decorrer uma ação enérgica
para a formação do banco de
dados genéticos de criminosos

A partir da década de 90, aprofundou-se a utilização de testes genéticos na investigação criminal. Resíduos biológicos encontrados nas cenas dos crimes passaram a ser recolhidos e examinados, deles extraindo-se o perfil genético do titular, com o propósito de comparação com os dos suspeitos, servindo tanto para exonerar os inocentes como para descobrir os culpados.

Principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, os perfis genéticos passaram a compor bancos de dados de caráter amplo e que puderam, em novos casos, ser acessados por investigadores para o cruzamento com o perfil genético do material identificado no local do crime, propiciando a identificação de autores de delitos de difícil elucidação.

Investigações encerradas sem culpados puderam ser reabertas, muitas vezes levando à identificação do criminoso pela localização do perfil no banco de dados.

Um subproduto interessante dessa prática consistiu na revisão de penas antigas, com exoneração de pessoas condenadas por erro judiciário. O “projeto inocência” desenvolvido nos Estados Unidos a partir de 1992 por organização não governamental levou à exoneração de cerca de 300 pessoas condenadas erroneamente, 18 das quais encontravam-se no corredor da morte.

No Brasil, ainda não há nada semelhante nessa escala. A recente lei nº 12.654/2012 permitiu a colheita do perfil genético de criminosos condenados e de suspeitos para a formação de bancos de dados.

Apesar da autorização legislativa, faz-se necessária, como foi feito nos países anglo-saxões, a adoção de uma prática jurídica e de política pública ampla para a colheita do perfil genético. Para tanto, iniciativas individuais são bem-vindas.

Em processos envolvendo crimes violentos ou sexuais, deve a autoridade policial providenciar a conservação do resíduo biológico encontrado no local do crime e requerer, em conjunto com o Ministério Público, ao juiz que autorize a extração de material biológico do suspeito. Identificados os respectivos perfis genéticos, devem eles ser comparados e, independentemente do caso individual, integrados aos bancos de dados estadual ou nacional.

Nas Varas de Execuções Penais, pode o juiz, provocado pela administração penitenciária ou pelo Ministério Público, autorizar a extração do perfil genético de pessoas condenadas por crimes violentos ou sexuais, para integração ao banco de dados estadual ou nacional.

A lei nº 12.654/2012 já permite tais práticas. Ilustrativamente, o autor deste artigo tem determinado, em processos envolvendo crimes de pedofilia, a extração do perfil genético do suspeito para integração ao banco de dados nacional.

Para a formação de bancos de dados abrangentes, faz-se necessário, porém, colher os perfis genéticos em ampla escala, especialmente dos condenados por crimes violentos ou sexuais. Há custos consideráveis e seria oportuno que iniciativa da espécie transcendesse aos casos individuais e fosse proveniente do Poder Executivo —por exemplo, das Secretarias de Segurança Pública ou do Ministério da Justiça.

Recentemente, a presidente da República indignou-se, com razão, com o aumento dos crimes de estupro. Da indignação poderia decorrer uma ação enérgica do Executivo para a formação do banco de dados, já que ele é uma ferramenta efetiva contra essa espécie de crime.

O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público também poderiam atuar como agentes provocadores dessa política de segurança pública.

Práticas ou políticas da espécie, desde que generalizadas, levariam à formação de bancos de dados de perfis genéticos abrangentes, aumentando o índice de solução dos casos criminais, diminuindo a impunidade e as chances de erros judiciais. Não pode o Brasil perder essa oportunidade para a modernização da investigação criminal.

SERGIO FERNANDO MORO, 41, é juiz federal em Curitiba e doutor em direito pela Universidade Federal do Paraná

24 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

!!! Justiça aprova trabalho de médicos de Cuba no Brasil

Convênio havia sido
questionado pelo CFM

JOHANNA NUBLAT
DE BRASÍLIA

A AGU (Advocacia-Geral da União) informou ontem que conseguiu manter judicialmente a continuidade da cooperação do Brasil com Cuba para a vinda de profissionais pelo programa Mais Médicos.

O acordo havia sido questionado na Justiça pelo CFM (Conselho Federal de Medicina) por meio de uma ação civil pública.

O acordo entre os dois países foi intermediado pela Opas (Organização Pan-Americana da Saúde) — braço da Organização Mundial da Saúde para as Américas.

Só no segundo semestre de 2013, 5.400 médicos cubanos vieram ao país para atuar no programa federal.

Segundo a AGU, o conselho questionava o fato de o governo não reconhecer vínculos empregatícios com os médicos intercambistas — os cubanos ganham apenas uma bolsa.

Foi questionado também o fato de o governo dispensar esses profissionais da revalidação dos diplomas médicos no Brasil.

O governo federal sustenta que se trata de um programa de aperfeiçoamento, o que justifica o pagamento de uma bolsa.

Afirma ainda que o médico virá para trabalhar em localidades específicas e sob a supervisão de universidades brasileiras, o que justificaria a opção pela não-revalidação do diploma.

O programa Mais Médicos é uma das principais ações da gestão Dilma na saúde — área em que a petista tem baixa aprovação da população.

Em outra frente, o governo anunciou neste mês a criação de 3.613 vagas de residência médica para 2014, o que pode elevar para 6.600 o número de residentes custeados pela pasta.

PAINEL DO LEITOR Defensoria

Muito oportuno o editorial “Triste Defensoria” (“Opinião”, 22/12). No Brasil, a instituição incumbida pela Constituição de promover o acesso à Justiça para as pessoas carentes está longe de cumprir sua missão, em grande medida por falta de profissionais.

É preciso, no entanto, registrar que, no Estado de São Paulo, os avanços foram expressivos. No ano passado, após aprovação de lei de iniciativa do governo estadual, foram criados 400 novos cargos de defensores públicos, para provimento em quatro anos, aumentando o quadro de 500 para 900 defensores.

Também foram criados 530 cargos de servidores do quadro de apoio, com destaque para profissionais da área psicossocial, que atuarão no atendimento multidisciplinar à população. Embora seja um quadro insuficiente para um Estado que conta com mais de 270 comarcas — e cerca de 2.300 juízes e 1.800 promotores —, a ampliação da Defensoria de SP tem tido um destaque positivo no cenário nacional.

DANIELA SOLLBERGER CEMBRANELLI, defensora pública-geral do Estado de SP (São Paulo, SP)

24 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condena empresário por chamar filho de Lula de 'idiota'

Declaração, não publicada, foi dada a jornalista da revista 'Veja'

O empresário Alexandre Paes dos Santos foi condenado a pagar R\$ 5.000 a Fábio Luís Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, por tê-lo chamado de "primário", "idiota" e "uma decepção" em conversa com jornalista da revista "Veja" que não chegou a ser publicada. Cabe recurso.

Lulinha, como Fábio é conhecido, soube das declarações ao processar a publicação por reportagens em que foi apontado como lobista.

Santos, também apresentado como lobista nas reportagens, teria dito ao jornalista Alexandre Oltramari, da "Veja", que Lulinha despachava em seu escritório em Brasília.

O empresário negou as afirmações, mas tornou-se réu em processos que o filho de Lula moveu contra a Editora Abril, que publica "Veja", e Oltramari. A revista entregou à Justiça a gravação das conversas de Santos com o repórter, incluindo o trecho em que ele criticava Lulinha.

Ao saber do diálogo, Fábio abriu um novo processo, por dano moral. Perdeu em primeira instância, mas, no último dia 10, a 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo acolheu em parte seu recurso.

A decisão foi divulgada pelo site Consultor Jurídico.

O desembargador Alcides Leopoldo e Silva Júnior considerou que Santos teve intenção de ofender Lulinha, mesmo que sua frase não tenha sido publicada. Para o magistrado, a Abril e Oltramari não causaram danos.

O advogado de Lulinha, Cristiano Martins, disse que recorrerá para que eles também sejam responsabilizados, porque teriam tornado as ofensas públicas ao anexar o áudio ao processo.

Alexandre Fidalgo, advogado da Abril e de Oltramari, refuta o argumento. "Se Lulinha quisesse preservar sua honra, teria pedido segredo de Justiça", disse. O advogado de Santos, Eduardo Ferrão, não foi localizado.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

25 DEZ 2013

LINHAS TORTAS



“ Eu honestamente, em 45 anos de atuação na área jurídica, nunca presenciei um comportamento tão ostensivo dos meios de comunicação sociais buscando, na verdade, pressionar e virtualmente subjugar a consciência de um juiz”

CELSON DE MELLO, ministro e decano do STF, na única entrevista exclusiva que deu sobre o caso do mensalão, em 26 de setembro



“ Certa vez me perguntaram por que o STF só cuidava de réus ricos. Não. O tribunal cuida de réus ricos e de pobres. Mas a imprensa só se interessa pelos ricos”

GILMAR MENDES, ministro do STF, ao falar à coluna sobre o sistema carcerário, em 8 de dezembro

“ Estão plantando o ovo da serpente. E a primeira vítima será a própria imprensa, os jornalistas. Foi assim em 1937 [ditadura do Estado Novo], em 1964 [ditadura militar]. Os que apoiaram [os golpes] foram os primeiros a sofrer depois”

JOSÉ DIRCEU, quando recebeu a notícia de que seria preso, em 15 de novembro

“ O que eu e Lula jamais aceitaremos é que se mexa na liberdade de expressão. Vou te dizer o seguinte: não sou a favor da regulação do conteúdo. Sou a favor da regulação do negócio”

DILMA ROUSSEFF, Presidente da República, em entrevista exclusiva, em 28 de julho

26 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça para todos

EDUARDO BRAGA

O custo de implementação dos novos TRFs, além de ser menor do que alegado, é proporcional à garantia de direitos humanos fundamentais da população

Entre tantas atribuições, o Congresso Nacional, além de fiscalizar e controlar os atos do Executivo, é o Poder responsável por propor, debater e aprovar leis que tenham como objetivo assegurar a melhor gestão do país.

Tendo isso como norte, o Senado aprovou a proposta de emenda constitucional (PEC 86/11) que criou, ou criaria, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Uma decisão com impacto direto na vida de muitos brasileiros.

Na mesma linha da proposta de autoria da senadora Vanessa Graziotin (PC do B-AM), outros projetos tramitam na Casa e preveem a criação de tribunais federais nos Estados do Paraná, na Bahia, no Ceará e em Minas Gerais.

Houve grande estardalhaço na imprensa quando o tema foi tratado no Senado, tendo como linha mestra de conduta apenas as questões referentes ao custo financeiro para implantação dos novos TRFs.

Não houve, contudo, qualquer tipo de avaliação do impacto positivo para os moradores das regiões mais distantes. Será que os críticos conseguem imaginar o quão complicado é para o cidadão brasileiro de Iauaretê, na divisa com a Colômbia, ou de Pacaraima, na fronteira de Roraima com a Venezuela, solucionar eventuais questões com a Justiça federal?

Ou será que essas pessoas, por estarem em regiões limítrofes e distantes, estão imunes a problemas envolvendo órgãos como o INSS, a Receita Federal ou a Caixa Econômica Federal, por exemplo, cuja alçada é, necessariamente, a jurisdição federal?

Se os cidadãos dos municípios mais distantes da região Norte tiverem qualquer problema com a Receita Federal (o que de fato pode acontecer com qualquer brasileiro) e quiserem querelar seus direitos junto à Justiça, eles terão que se deslocar até Brasília, onde está a sede do TRF da 1ª Região.

Se computarmos os gastos de uma viagem de um dos municípios citados, por exemplo, até as respectivas capitais, para posterior ida a Brasília, é possível chegar a valores como R\$ 5.000 a R\$ 6.000 só de deslocamento, o que torna a operação financeiramente inviável para a população de renda média.

Nas entrelinhas, a não criação desses novos tribunais federais alijará substancial parcela da população brasileira de um de seus direitos primordiais, assegurados pelo artigo 5º da Constituição de 1988, que trata do direito e das garantias fundamentais.

Onde se encontra, então, a suposta isonomia entre os entes federados? Por que alguns Estados, aqueles, inclusive, em que a renda média per capita é maior, possuem Tribunais Regionais Federais e outros não podem? Apenas por uma questão de custo?

Note-se, inclusive, que a criação de novos TRFs beneficiará justamente a prestação de jurisdição aos habitantes do Norte e do Nordeste, as regiões menos desenvolvidas economicamente do país.

O custo da implementação dos novos TRFs, além de ser muito menor que aquele alegado por quem se opõe à iniciativa, é diretamente proporcional à garantia dos direitos humanos e fundamentais de toda a população.

A criação desses tribunais regionais é, ainda, apenas mais um passo, e não o destino final, uma vez que o ideal a ser atingido no futuro é a existência dos Tribunais Federais em todos os Estados.

Aos que negam tal possibilidade, seria aconselhável acompanhar o sofrimento de um cidadão comum, sem qualquer espécie de privilégio, esperando na fila para que uma ação judicial em busca da aposentadoria, de que depende sua subsistência, seja julgada. Esse é o verdadeiro valor da implantação de um Tribunal Regional Federal.

EDUARDO BRAGA, 53, é senador pelo PMDB do Amazonas e líder do governo no Senado Federal. Foi governador do mesmo Estado de 2003 a 2010

26 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Corrupção mata

JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL

Muitos escândalos envolvendo corrupção têm surgido. Com eles, o pleito de elevação de pena e endurecimento na execução das punições. É importante que se saiba que, comparativamente, o Brasil não tem uma legislação branda com relação à matéria. Talvez não seja de novas leis que careçamos. Parte do enfrentamento do problema passa por um exercício de alteridade, de colocar-se no lugar do outro.

Todos têm algum tipo de condescendência. Já ouvi pessoas muito respeitáveis dizerem que a corrupção é inerente ao ser humano e que, na verdade, somente se negocia o que é menos importante. Por esse raciocínio, a corrupção não ocorreria em situações sérias.

Assim, pagar por um alvará de funcionamento, ou por um laudo referente a uma infração leve, pode parecer algo banal. No entanto, aquilo que é sério para Pedro, não é para Paulo.

Penso que o melhor caminho para solucionar a situação calamitosa em que nos encontramos seria estimular agentes públicos e privados a pensarem nos seres que mais amam sempre que forem convidados à corrupção, seja pagando, seja recebendo.

Explico: o funcionário público que vai receber para, por exemplo, favorecer um investigado, ou acusa-

A corrupção está diretamente relacionada a prédios que desabam, a estabelecimentos que queimam, a instituições sem equipe técnica adequada

do, em crime sem violência, deve pensar que, futuramente, um seu colega pode também receber em caso que envolva seu filho como vítima.

Igualmente, um empresário que decide pagar pela emissão de um laudo ou certidão deverá pensar que o proprietário da escolinha frequentada por sua pequena filha provavelmente achará razoável (e pouco sério) comprar os alvarás necessários ao funcionamento.

Sempre lembro o depoimento de um policial que, depois de apreender um caminhão de drogas, negouse a receber propina para liberar os envolvidos e a carga. Ele poderia ter ficado rico, mas pensou na filha e em como se sentiria se ela fosse vitimada pelas drogas ao chegar à adolescência. Pena nenhuma tem maior força que essa reflexão.

Os acidentes existem. Mas não há como deixar de reconhecer que a corrupção está diretamente relacionada aos prédios que desabam, aos estabelecimentos que queimam, às instituições que funcionam sem equipe técnica adequada.

Essas observações não têm finalidade penal, ou seja, não se está advogando que corrompidos e corruptores sejam punidos por homicídios, em uma ginástica interpretativa que coloca em risco o Estado democrático de Direito. Está-se apenas convidando cada indivíduo a pensar que os escombros e o fogo podem atingir seu pai, seu melhor amigo, ou o amor de sua vida.

Estamos igualmente instando as autoridades a refletirem muito antes de criarem normas impossíveis de serem cumpridas, deixando portas escancaradas ao arbítrio e, por conseguinte, à corrupção. O sujeito que busca agir corretamente e acaba autuado com fulcro em regras risíveis se sente legitimado a jogar a toalha e procurar se dar bem.

Normas claras, feitas realmente para serem observadas, fiscalização séria e alteridade ajudam a prevenir a corrupção e os males que lhe são inerentes. Se nada disso adiantar, entra o Direito Penal, com pena privativa de liberdade. Condenações recentes podem até fomentar a mudança de comportamento, mas a convicção de que renovar é necessário funciona muito melhor do que o medo. 2014 pode ser diferente.

JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL, 39, é advogada e professora livre-docente de direito penal na USP

27 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Um leninista de toga

REINALDO AZEVEDO

Quando o assunto é drogas,
Barroso acha que a proibição
induz ao crime; quando é
doação eleitoral, à virtude

LÊNIN CHEGOU ao STF pela via cartorial. O ministro Luís Roberto Barroso concedeu uma impressionante entrevista à **Folha** de domingo. Afirmou: “Em tese, não considero inconstitucional em toda e qualquer hipótese a doação [a campanhas eleitorais] por empresa”. Ele, no entanto, votou pelo acolhimento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que, se vitoriosa, impedirá as doações de pessoas jurídicas a candidatos e partidos. Ocorre que decisões do STF têm a força de uma tese! O ministro está dizendo que a Constituição, ao contrário do seu voto, não veta essa modalidade de contribuição. Ele declarou inconstitucional o que sabe não ser. É intelectualmente escandaloso!

Tivesse uma câmera na mão, Barroso seria cineasta, já que não lhe faltam más ideias na cabeça. Ele nos diz qual é a sua restrição: “[a doação] não tem nada a ver com ideologia. [As empresas] doam ou por medo, ou porque são achacadas ou porque querem favores”. É? Fosse por ideologia, seria uma ação virtuosa? Será que o PT d’antanho teria conseguido se financiar caso as empresas fizessem uma triagem puramente ideológica? E se vigesse o financiamento público? O partido teria deixado de ser nanico?

Só houve alternância no poder — do PSDB para o PT — porque doações não foram feitas por ideologia. De resto, gente achacada, com medo ou em busca de favores não assina recibo. Pior será o modelo do ministro. Se acheque houver, não deixará nem pistas. Eis Barroso, que agora tem

uma nova causa: descriminalizar as drogas. Entendo. Quando o assunto é maconha e cocaína, ele acha que a proibição induz ao crime; quando é doação eleitoral, ele acha que a proibição induz à virtude.

Como ignorar que os verdadeiros autores da ADI pertencem a um grupo liderado pelo próprio ministro? A OAB foi uma espécie de laranja da causa. Refiro-me a Daniel Sarmiento, professor de Direito Constitucional da Uerj, área comandada por Barroso, e Eduardo Mendonça, que já foi seu sócio e hoje é seu assessor no STF. O ministro julgou de dia uma causa que ajudou a patrocinar à noite. E não se declarou impedido! Aéticos, para ele, são os políticos.

Mas Barroso é um queridinho da imprensa “progressista”. Abraça todas as teses politicamente corretas das esquerdas atomizadas de hoje em dia: casamento gay, descriminalização das drogas, cotas raciais, aborto... Condenar fetos, que não podem correr, à sucção e à cureta é visto nestes tempos como prova de grande coragem. Quanta valentia a risco zero!

Na **Folha**, o homem ensaia um voo teórico: “É preciso interpretar [a história] e fazê-la andar. Está ruim? Não está funcionando? Nós temos de empurrar a história”. Isso é Lênin. Os partidários do barbudo furunculoso (Marx) entendiam que a sociedade socialista dependia de certas condições que a Rússia não oferecia. Lênin, então, lançou a tese da “aceleração da história”, ora abraçada pelo valente. O ministro está dizendo que cabe ao STF tomar o lugar da sociedade e do Congresso.

Na semana que vem, voltarei à

questão. Barroso é, no STF, a vanguarda de um atraso que tem história: a substituição do povo por um ente de razão chamado “partido”. Esse homem “moderno” é um tipo que só prospera hoje em dia na América Latina. É vanguarda, sim, mas do fim do século 19 e início do 20. Em democracias que se respeitam, seria tangido da corte suprema a varadas — metafóricas claro! Ministro do STF que acredita ser sua missão “empurrar a história” não pratica “neoconstitucionalismo”, mas o velho porra-louquismo. E com a toga nos ombros. #prontofalei.

27 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Cenas maranhenses

Barbárie em São Luís leva PGR a estudar intervenção federal nos presídios do Estado, que parece não dar devida atenção ao caso

Chamar de subumanas as condições da maioria dos presídios brasileiros já se tornou clichê, e as imagens de celas superlotadas, de degradação e desordem que com frequência se divulgam tendem, pela própria repetição, a não mais despertar incredulidade nem repulsa.

O horror segue uma dinâmica própria, todavia —como se empenhado em superar a tendência de banalização. No Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís (MA), 59 detentos foram assassinados neste ano, quase o quádruplo do que ocorreu em 2012.

Na última semana, rivalidades entre membros de uma mesma facção criminosa resultaram em três mortes por decapitação.

Seria suficientemente chocante, mas não é tudo. Há denúncias de que mulheres e namoradas de detentos são estupradas por líderes de facção. Em Pedrinhas, as visitas íntimas se dão nos pavilhões de uso comum. Muitas das visitantes, pelo que se relata, são forçadas a ceder aos ataques sexuais de modo a evitar o assassinato de seus companheiros.

Tal situação não se estabelece sem a complacência de autoridades. Não só os encarregados da disciplina do presídio se mostram destituídos de poder, quando não cúmplices dessas cenas dantescas.

Também a governadora Roseana Sarney (PMDB) e seus auxilia-

res diretos têm responsabilidade diante desses fatos. Com capacidade para 1.700 detentos, o maior presídio maranhense tornou-se a arena em que 2.500 se engalfinham.

Segundo reportagem do jornal “O Globo”, o governo promete para março a inauguração de novo presídio de segurança máxima, mas as obras ainda nem começaram.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, requereu do governo maranhense, sob pena de pedir intervenção no Estado, relatório urgente sobre o caso.

Podem parecer radical a interferência direta dos poderes federais nos assuntos internos do Maranhão. Mais radical, contudo, é o quadro em que decapitações e estupro se tornaram rotina.

No site oficial do governo maranhense, a questão é tratada como se não tivesse importância. Uma pequena nota informa, no início do mês, que a situação em Pedrinhas “é de tranquilidade”; 12 dias depois, fica-se sabendo, de forma sucinta, que um motim foi contido.

Mereceu notícia mais alentada, por outro lado, a homenagem que a Secretaria de Direitos Humanos recebeu pela parceria com a Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário “na implementação de ações de reinserção aos apenados e egressos”.

Também teve grande destaque a visita do secretário da Administração Penitenciária e Justiça de Goiás a seu equivalente no Maranhão, para “troca de experiências” e início de “parceria na área de segurança prisional” e reintegração de presos. A conversa haverá de ter sido amena e proveitosa.

27 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEI

Fixa 1 Luiz Fernando Pereira, advogado eleitoral de Gleisi Hoffmann, é favorável à proposta feita pelo presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, de transformar a Justiça Eleitoral brasileira em corte permanente.

Fixa 2 “Há um protagonismo da Justiça Eleitoral que é incompatível com a atual estrutura do TSE e seus juízes emprestados do STF e do STJ, pouco dedicados pelo acúmulo de funções”, disse Pereira. Marco Aurélio criticou recentemente o fato de juízes se dividirem entre os tribunais de origem e o TSE.

28 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

**Defensoria cobra R\$
24 mi por mortes
em presídio no MA**

DE SÃO PAULO - O governo do Maranhão poderá ter que desembolsar R\$ 24,5 milhões em indenizações para familiares de presos mortos de forma violenta no complexo prisional de Pedrinhas, em São Luís.

O valor é uma projeção da Defensoria Pública do Maranhão, que ingressará com pedidos individuais, de pelo menos R\$ 500 mil, de indenização pelas mortes.

Das 59 mortes ocorridas só neste ano no complexo, a Defensoria calcula que pelo menos 49 tenham sido causadas por ações cruéis.

Em nota, o governo informou que a Polícia Militar do Maranhão reforçará a segurança das penitenciárias e que uma diretoria de segurança militar será criada para cada unidade prisional e funcionará em paralelo às atuais diretorias.

28 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Renan pede à FAB que informe custo de viagem

Presidente do Senado usou jato das Forças Armadas para fazer implante capilar em PE

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), enviou ofício à FAB (Força Aérea Brasileira) pedindo que seja calculado o valor a ser pago aos cofres públicos pelos gastos da viagem a Recife (PE), onde ele passou por cirurgia para implante capilar.

A viagem ocorreu no dia 18. Na ocasião, a agenda oficial de Renan não registrava compromissos na cidade.

A FAB informou que dará uma resposta oficial na segunda-feira. Nela constará o valor a ser restituído.

O decreto que regulamenta o uso de aviões da FAB por autoridades não prevê via-

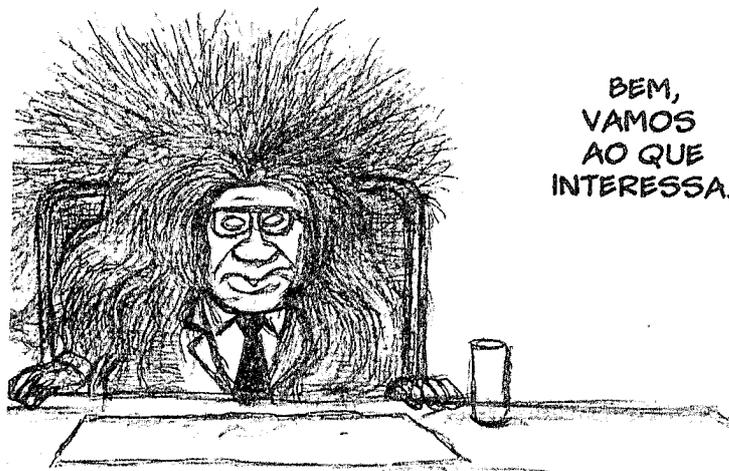
gens para fins particulares. A norma permite o uso por questões de segurança, emergência médica ou em deslocamentos para o local de residência permanente.

Pelas regras, "o transporte de autoridades civis em desrespeito" ao decreto é "infração administrativa grave, ficando o responsável sujeito às penalidades administrativas, civis e penais" cabíveis.

É a segunda vez neste ano que Renan usa avião da FAB para fins particulares. Em junho, ele foi a Trancoso (BA) para o casamento da filha do senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Reembolsou R\$ 32 mil à União após a **Folha** revelar o fato.

RENAN

25 DEZ 2013



29 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Em defesa da Constituição

MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO

Com o fim das doações de empresas, o uso de recursos ilegais ficaria mais visível e o dinheiro deixaria de ser o protagonista das eleições

As eleições constituem o momento no qual pobres e ricos, empresários e trabalhadores, homens e mulheres, negros e brancos, todos temos que possuir direito à igual participação. Foi o que disse o advogado e libertador Nelson Mandela (1918-2013), já em 1944, na Liga Juvenil do Congresso Nacional Africano, quando lançou o manifesto Um Homem, Um Voto.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) luta por uma reforma política que seja capaz de equilibrar o pleito, mantendo na disputa aqueles que tenham ideias e propostas, e não apenas o poder econômico.

A OAB defende, principalmente, o princípio básico da igualdade de direitos políticos previsto na Constituição Federal brasileira.

Foi diante dessa prerrogativa que a OAB federal entrou, em 2011, com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a doação de empresas a partidos políticos e candidatos. A ADI 4.650 começou a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal neste mês.

Quatro ministros já votaram a favor da ação, reiterando que pessoas jurídicas não são cidadãos e por isso não possuem a legítima pretensão de participarem do processo político-eleitoral. O julgamento foi interrompido e ainda não foi estipulada data para a retomada.

O procurador-geral da República também concluiu pela inconstitucionalidade do financiamento de empresas nas eleições.

O investimento empresarial em campanhas eleitorais é inconstitucional por cinco fundamentos autônomos. A saber: as empresas não se enquadram no conceito de povo; a legislação que regula o financiamento é discriminatória por privilegiar quem possui mais renda; a proteção deficiente da legitimidade das eleições dificulta o controle das

doações ilegais e do abuso de poder; a escolha constitucional define o partido político como a pessoa jurídica de direito privado apta a participar do processo eleitoral; e, por fim, permite que a renda influencie o processo eleitoral, ferindo a igualdade política entre os cidadãos, candidatos e partidos.

O que move a OAB é a Constituição. De acordo com ela, o Supremo Tribunal Federal tem a função de guardião da ordem jurídica. Ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil foi atribuída a função de voz constitucional da sociedade civil brasileira. A OAB é a classe protetora dos preceitos garantidos na Constituição.

O Brasil tem uma das campanhas eleitorais mais caras do mundo, consumindo cerca de 1% do PIB. Para se eleger no país, um deputado federal precisa arrecadar R\$ 1 milhão, em média. E um senador precisa de R\$ 4 milhões. Sendo, atualmente, 97% dos recursos fruto de doação de empresas. Nesse cenário, um cidadão sem recursos financeiros tem poucas chances de se eleger.

O problema se agrava: apenas 0,5% das empresas brasileiras concentram as doações eleitorais. São poucos os doadores e estes fazem contribuições expressivas, conseguindo manter relações próximas com os candidatos que patrocinam.

A OAB também luta pela criminalização do chamado caixa dois de campanha, instituindo penas que vão de dois a oito anos de prisão aos condenados. A iniciativa faz parte do texto do projeto de lei de reforma política Eleições Limpas, liderado pela Ordem, juntamente com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral.

Com o fim das doações de empresas, o volume de dinheiro à disposição de cada partido ou candidato será consideravelmente menor, o que tornará mais visível o uso de recursos ilegais. Dessa maneira serão realizadas campanhas mais modestas com ênfase no conteúdo. O dinheiro deixará de ser o protagonista das eleições brasileiras.

O único partido da Ordem dos Advogados do Brasil é a Constituição da República e a sua única ideologia é o Estado democrático de Direito.

MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO, 41, é presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

29 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Há grande chance de Genoino voltar à cadeia, diz Barbosa

DE BRASÍLIA - O presidente do STF, Joaquim Barbosa, afirmou que há "forte probabilidade" de o ex-presidente do PT José Genoino, condenado no mensalão, voltar para a cadeia após os 90 dias de prisão domiciliar. A declaração consta da decisão em que Barbosa negou transferência do petista para São Paulo, tomada na última sexta-feira e cuja íntegra foi divulgada ontem.

Barbosa decidiu que Genoino poderia passar 90 dias em prisão domiciliar. Condenado a 6 anos e 11 meses, o petista sofre de problemas cardíacos e passou por cirurgia no coração em julho deste ano.

Janot questiona lei para pagamento de precatórios no Rio

DO RIO - O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, entrou com ação no STF para revogar lei criada pelo governo do Rio que permite o uso de depósitos judiciais para o pagamento de precatórios. O dispositivo autoriza o Estado a usar 25% dos depósitos judiciais para pagar precatórios.

A Fazenda do Rio diz que a regra permitirá o pagamento de R\$ 3,4 bilhões aos 12 mil credores do Estado. Para Janot, a lei institui um "empréstimo compulsório velado", pois os depósitos são feitos para garantir o pagamento de vencedores de processos. Em nota, o governo rejeita a classificação.

JOAQUIM BARBOSA
presidente do STF,
de olho no futuro

*Não tenho nenhuma
intenção de me lançar
candidato à Presidência.*

**PODE SER
QUE NO
FUTURO**

surja o interesse

30 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Equilíbrio judicial

Brasil ainda precisa achar ponto ideal entre ativismo e autocontenção dos tribunais em demandas relacionadas a políticas públicas

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso tem razão ao asseverar, em entrevista a esta **Folha**, que a inércia do Congresso Nacional por vezes oferece riscos à democracia.

Procurou justificar, dessa maneira, a atuação do STF em casos nos quais a decisão da corte parece extrapolar os limites da interpretação e invadir uma esfera que seria própria do Legislativo — como no julgamento sobre a constitucionalidade de doações eleitorais feitas por empresas.

Aos olhos de Barroso, o Supremo pode, com esse processo, recolocar a reforma política na pauta do Congresso. Seria uma forma de o Judiciário “empurrar a história”.

A tese pode parecer sedutora, sobretudo quando se trata de sugerir aprimoramentos ao sistema político brasileiro. Não se pode deixar de observar, contudo, que esse ativismo do Judiciário também carrega seu feixe de ameaças ao funcionamento da democracia — e não são poucas nem desprezíveis.

Com a promulgação da Constituição de 1988, aumentou muito a chamada judicialização da política no Brasil. O fenômeno tornou-se a tal ponto abrangente que passou a afetar desde as regras eleitorais até programas de governo — como as privatizações — e políticas públicas — como acesso à saúde, à educação e à moradia.

Reconheça-se que é função do Judiciário garantir a efetividade dos direitos políticos, econômi-

cos e sociais sempre que o Legislativo e o Executivo deixarem de cumprir suas obrigações — ou seja, quando se abstiverem.

No limite, diante da omissão dos outros Poderes, um juiz não pode ser passivo sem com isso abdicar de sua principal missão.

A esse respeito, o STF tem se destacado. Casos envolvendo o sistema político — fidelidade partidária e verticalização de coligações —, demarcação de terras indígenas, casamento de pessoas do mesmo sexo e aborto de anencéfalos testemunham o protagonismo da corte.

É preciso considerar, por outro lado, que características inerentes ao Judiciário restringem sua capacidade de criar políticas públicas ou corrigir o rumo de decisões tomadas pelos outros Poderes.

Fazê-lo requer ações legislativas ou administrativas para as quais os tribunais não são capacitados nem vocacionados. Ainda pior, sempre haverá o risco de juízes modificarem para pior programas que, embora imperfeitos, foram concebidos por indivíduos eleitos — com maior legitimidade, portanto.

De resto, como as demandas que chegam às cortes são, em sua maioria, individuais, as intervenções judiciais contêm um efeito perverso em potencial: sem conseguirem medir ou antecipar os impactos distributivos de suas decisões, juízes podem privilegiar aqueles que, por terem recursos para pagar um advogado, puxam para si o cobertor curto das políticas públicas.

Chama a atenção, por essa razão, um caso recente envolvendo o direito à educação.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

30 DEZ 2013

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que a prefeitura crie 150 mil novas vagas para a educação infantil na cidade —105 mil em creches (para crianças de 0 a 3 anos) e o restante em pré-escolas (crianças de 4 e 5 anos).

A ordem judicial também estabeleceu um cronograma de implementação —metade das vagas deve estar disponível em até 18 meses— e uma comissão de acompanhamento. Mais do que isso, chegou ao extremo —questionável— de detalhar critérios substantivos para a distribuição dessas vagas.

A novidade é justamente um novo padrão de relacionamento entre tribunais e poderes políticos. A decisão do TJ abrange todo o contexto da educação infantil, e não apenas casos individuais —na cidade de São Paulo, cerca de 12 mil crianças conseguiram vagas em creches públicas por meio de ordem judicial em 2013, crescimento de 58% em relação ao ano passado.

Se conseguir de fato promover uma articulação funcional e cooperativa entre diferentes atores institucionais, a inovação jurisprudencial do TJ será virtuosa. O Brasil se aproximará, com isso, de países como os EUA, a Colômbia e a África do Sul, nos quais a judicialização de políticas públicas alcançou padrões mais elaborados, com ganhos para os cidadãos.

Se terminar usurpando competências do Executivo e ambicionar, em substituição ao governo, conduzir a política educacional, a decisão será desastrosa.

Em democracias consolidadas, tribunais se pautam pelo equilíbrio entre ativismo e autocontenção. Na jovem democracia brasileira, a busca por essa fórmula está em curso e dependerá, em boa medida, do sucesso (ou fracasso) de experiências como a do TJ-SP e da sobriedade dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

ATIVISMO DA JUSTIÇA

Casos polêmicos decididos pelo STF

2012 Aborto de anencéfalos

2011 União homoafetiva

2009 Demarcação de terras indígenas

2008 Fidelidade partidária

Julgamento ainda não concluído pelo tribunal



Doação eleitoral de empresas

30 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PORTA GIRATÓRIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidirá, no primeiro semestre de 2014, se um condenado ao regime semiaberto deve cumprir a pena em casa quando o sistema penitenciário não oferecer a ele a vaga de trabalho adequada, em colônias agrícolas e industriais. Ou se, quando isso não ocorrer, a Justiça pode manter o preso em regime fechado.

NÃO HÁ VAGAS

O julgamento vai ocorrer no momento em que condenados do mensalão — como, por exemplo, José Dirceu — estão recolhidos ao regime fechado porque não há vagas no semiaberto para eles.

FALHA NOSSA

No caso em pauta do STF, o Ministério Público do Rio Grande do Sul recorre contra decisão da Justiça estadual. Os desembargadores gaúchos decidiram que um condenado ao semiaberto deve ficar em casa “enquanto não existir estabelecimento destinado ao regime” em que deveria cumprir a pena.

MULTIDÃO

O relator do caso é o ministro Gilmar Mendes, que convocou audiência pública com magistrados, promotores e defensores. Nas discussões surgiram informações como a de que, em SP, 6.000 pessoas já deveriam estar no semiaberto. Mas permanecem no fechado por falta de vaga. Só em 2012, a Defensoria Pública paulista impetrou igual número de habeas corpus no STJ (Superior Tribunal de Justiça), corte em que já tramitavam 200 mil.

CONTROLE PRÓPRIO

Na audiência, Mendes definiu os fatos como “estrangeiros”. “Em razão da absoluta escassez de estabelecimentos prisionais para os regimes aberto e semiaberto, o que temos são penas em regime fechado, domiciliar ou uso do regime semiaberto para retroalimentação do crime organizado”, afirmou. Constatou-se ainda que presídios são controlados “por facções criminosas que ditam quem tem e quem não tem direito aos benefícios”, completou o ministro.

Justiça manda governo proteger terra indígena

A Justiça Federal determinou que União e Funai (Fundação Nacional do Índio) adotem medidas de segurança para, em 24 horas, proteger a terra indígena Tenharim Marmelos, em Humaitá (AM).

Concedida sábado à noite, a liminar da juíza federal Marília Gurgel de Paiva e Sales diz que a União deve instalar postos de fiscalização nos extremos da reserva e monitorar trecho da rodovia Transamazônica (BR-230) que passa pela área indígena.

O local está sob ameaça de invasão de não-indígenas, que acreditam que três desaparecidos desde o dia 16 foram sequestrados por índios, após a morte de um cacique.

A Justiça determinou ainda que União e Funai garantam o retorno dos índios que estão refugiados no 54º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército.

A decisão atende a uma ação civil pública do Ministério Público Federal.

Há uma onda de violência na região desde a semana passada. A sede da Funai e veículos foram incendiados. Em Apuí (AM), 300 pessoas destruíram um local usado por índios como pedágio ilegal.

Policiais de forças federais e estaduais buscam pelos três desaparecidos: Aldeney Salvador (funcionário da Eletrobras), Luciano Ferreira (representante comercial) e Stef de Souza (professor).

20 DEZ 2013

IMPACTO PARANÁ

Justiça

Osman de Oliveira
Advogado

PRECATÓRIOS PARA "ACERTOS" I

O Condor Super Center Ltda. e muitas outras empresas comerciais e prepostos "compraram" por preços baixíssimos centenas de créditos pessoais de pessoas físicas. Até aí nada censurável. Adquiria quem podia e se desfazia quem precisava, pois, todos sabiam como todos o sabem que as dívidas do Estado transformadas em precatórios jamais são pagas dentro dos prazos estabelecidas em Lei. A demora é a alma do "negócio". E para procrastinar a liquidação dos débitos o Poder Público lança mão de todos os meios. Assim, embargos, impugnações às contas ou cálculos são impugnados e recursos são interpostos. Os credores, então, preferem se desfazer dos seus haveres por qualquer valor e evitar a espera, pois, têm consciência de que jamais verão a cor dos seus dinheiros. A situação se desdobra entre pais, filhos e netos.

É uma vergonha!

Aí é que entram os espertalhões: até outro dia conseguiam extinguir dívidas fiscais com os seus precatórios. Barrados, criaram outra estratégia, ou seja, em lugar de procurações, passaram a induzir os interessados a assinar escrituras de cessão de direitos, compra e venda, cessão de crédito e, até, renúncia de herança.

O pior disso, ou melhor, o melhor, os assaltantes de créditos alheios,

disso é que os cessionários, tais como o Condor, por exemplo, ajuízam os seus "haveres" a fim de que um magistrado, com a autoridade das suas decisões, homologue as avenças.

É exatamente nesse ponto que se impõe algum tipo de providência. Por exemplo, o Ministério Público, respeitadíssima instituição de defesa social, poderia intervir e a Procuradoria Geral do Estado, por outro vértice, deveria contestar, gravar, recorrer ou sei lá mais o que, pois, se embaraça os credores direitos afim de que os precatórios não lhes sejam pagos por que ficar silente diante da transformação desses haveres em mercadoria de escambo?

Há nesse tipo de negócio uma agitação enorme.

Todo aquele que possui algum crédito deve usufruí-lo por inteiro. E os outros que se aproveitam das necessidades individuais dos necessitados deveriam ficar sujeitos a anulação das escrituras fraudadas, sob qualquer título.

Dirão alguns ser isso absolutamente impossível. Acredita-se que não o seja.

O Brasil vive um momento novo quando gente que se considerava intocável acabou perdendo regalias e encontra-se presa.

Este é o instante de se acabar com

20 DEZ 2013

IMPACTO PARANÁ

DO VEIO – Sob a presidência do desembargador Guilherme Gomes, eleito no momento da maior crise vivida pelo Tribunal de Justiça nos últimos tempos, a instituição quer voltar a um tempo de paz que restabeleça o clima de tranquilidade no Centro Cívico. Desembargadores sentiram neste ano, principalmente, os desgastes causados por tantas e tão polêmicas situações e querem entrar em 2014 sem maiores problemas. O CNJ quer um clima de maior tranquilidade na área e vem dando o maior apoio para que todos os problemas sejam superados e o TJ-PR mude sua imagem negativa em relação a tudo que ocorreu em 2013, principalmente. O resgate da dignidade e confiança que foi abalado por determinadas situações tem o apoio da sociedade em geral.

DA VÉIA – Nem pai e nem filho voltarão à situação que provocaram e que imaginaram seria definitiva. O desembargador Clayton Camargo entra 2014 aguardando decisões do CNJ em relação a denúncias que o envolveram não apenas com o tráfico de influência para a eleição do seu filho no Tribunal de Contas, mas por outras situações que o colocaram na mira daquele órgão do Ministério da Justiça e que deseja saber sobre questão patrimonial e venda de sentenças. Sem esquecer uma polêmica aposentadoria que continua pendente. Seu filho, Fabio Camargo, sem o cargo de conselheiro e sem chance de voltar a ser deputado, inclusive com as próximas eleições porque desfiliou-se do PTB para ser candidato à vaga no TC, curte um esquecimento que politicamente vai sepultando seus sonhos jovens e com relação a um futuro dominante da família também na área política como acontecia no segmento judiciário.

Cantinho Sigiloso

Cid Vasquez, Secretário da Segurança, deu a volta por cima e conquistou, via liminar junto ao Tribunal de Justiça do Paraná, mais um ano de permanência no cargo. A perigo com sua manutenção no cargo por conta de ação do Ministério Público, via Gaeco, o integrante do governo que estava ameaçado de virar o ano como integrante da administração Beto Richa, conquistou o socorro nesta última quinta-feira (19) dando a volta por cima em uma situação criada com Leonir Batisti, que o enfrenta como ocupante de um posto que influi via policial no esquema montado pelo Ministério Público. Mais um capítulo na verdadeira "guerra" que vem se desenrolando desde que foi implantado um esquema de rodízio dos policiais que atuam no Grupo de Ação do Crime Organizado. Enquanto isso, o ex-diretor da Polícia Civil, Marcus Michelotto, que foi preso na última semana, aproveita a liberdade para montar seu esquema de defesa acusando perseguição com fins políticos para atingir o governador Beto Richa.

21 DEZ 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

MUTIRÃO

O Poder Judiciário divulgou ontem o relatório final do último mutirão carcerário de 2013, feito entre 9 a 13 de dezembro, na Casa de Custódia de Piraquara (CCP). Foram analisados 719 pedidos de benefícios de presos de todas as penitenciárias e delegacias de Polícia de Curitiba e Região Metropolitana. Foram deferidos 683 pedidos de benefícios de presos, resultando em 367 alvarás de soltura. A maior parte dos beneficiários cumpria pena na Colônia Penal Agroindustrial (CPAI). Dali, 190 apenados já estão em liberdade condicional e em regime aberto, enquanto outros 20 terão os mesmos benefícios, com soltura agendada até 8 de janeiro de 2014.

21 DEZ 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

GAECO

POR UM FIO

Coordenador diz ser inviável manter grupo com rodízio da Sesp

Adeterminação da Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp) em promover rodízio de policiais civis e militares para atuarem no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público, provocou a reação do coordenador do Grupo, Leonir Batisti. O procurador de Justiça afirmou que o Gaeco, enquanto grupo, vai acabar.

“Até 27 de dezembro, está prevista a saída de 27 policiais militares dos 38 que atualmente atuam nos diversos Gaecos no Estado e não há reposição, porque não concordamos com a saída destes policiais e criticamos a forma como se deram as indicações para este suposto rodízio, que simplesmente foram impostas pela Sesp”, afirmou Batisti.

O procurador explicou que, para fazer parte de uma equipe de combate ao crime organizado, é preciso que todos os seus membros estejam dispostos a atuar de livre e espontânea vontade. “Parte dos policiais impostos para atuarem no rodízio já se manifestaram que não gostariam de trabalhar lá”, declarou Batisti.

PREJUÍZO

Com o rodízio, o Ministério Público do Paraná terá que reorganizar o grupo apenas com promotores e funcionários internos e que 638 processos abertos nos vários Gaecos serão prejudicados, conforme explicado pelo procurador.

“O governador Beto Richa, quando assinou o decreto de criação do Gaeco na forma como estava instituído, deu grande avanço ao combate do crime organizado e de colarinho branco. Agora é um retrocesso. O MP não teria investido tanto em convencer o governador e o secretário de que somente a união das três instituições (MP, Polícia Civil e Polícia Militar) daria resultado no combate ao crime organizado se não acreditasse, e isto infelizmente vai se perder”, declarou.

VERSÃO

A assessoria de imprensa da Sesp informou que o rodízio de policiais no Gaeco está ocorrendo desde setembro deste ano e que a decisão foi tomada a pedido das polícias Civil e Militar.

23 DEZ 2013

TRIBUNA DO PARANÁ NÃO VAI ACABAR

Sesp desmente
que Gaeco vai
acabar e chama
promotor de
"infantil"

A Secretaria de Segurança Pública do Paraná emitiu uma nota, assinada pelo secretário Cid Vasques, rebatendo as acusações feitas pelo coordenador do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco), Leonir Batisti, de que o grupo seria extinto após a decisão depois de ser obrigado a fazer rodízio dos policiais civis e militares que atuam no grupo, braço investigativo do Ministério Público.

Ele classificou a decisão do MP-PR, de acabar com o Gaeco como "uma visão distorcida e autoritária da realidade". Vasques justificou o rodízio de policiais como "um salutar efeito multiplicador das boas práticas que o Ministério Público exercita e cobra das demais instituições, sem perda da experiência adquirida, que é repassada de servidor para outro servidor".

Além disso, comparou a decisão de acabar com o grupo como "uma criança que se sente 'dona da bola', quando algo lhe desagrada, simplesmente decide parar de jogar". Deixou claro que vê na decisão "uma perseguição política irracional".

Semana passada, Leonir Batisti, coordenador estadual do Gaeco, decretou a extinção do grupo. Segundo ele, isso deve acontecer na próxima sexta-feira, dia em que 27 dos 38 policiais que atuam no Gaeco deverão retornar para as funções normais em suas corporações.

"Não haverá reposição, porque não concordamos com a saída destes policiais e criticamos a forma como se deram as indicações para este suposto rodízio, que simplesmente foi imposto", declarou Batisti.

Ele justificou que para fazer parte da equipe de combate ao crime organizado, é preciso que o policial esteja disposto. "Parte dos policiais impostos para atuarem no rodízio já manifestaram que não gostariam de trabalhar lá". Segundo ele, com a extinção do Gaeco, 638 processos abertos, a maioria deles contra crimes do "colarinho branco", serão prejudicados. "Infelizmente os resultados do combate a estes crimes vão se perder", explicou o procurador.

As divergências entre a Sesp e MP-PR vem se arrastando há meses e ganharam mais intensidade na semana passada, depois que o Conselho Superior do MP negou a renovação da licença do secretário.

27 DEZ 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

MAIS UM PRO

EZEQUIAS

Secretário envolvido em escândalo ganha novo cargo na Sanepar

Ezequias Moreira Rodrigues, atual secretário especial de Cerimonial e Relações Internacionais do Governo do Paraná, ganhou um novo cargo público. Réu confesso do caso da “sogra fantasma”, ele foi nomeado para o Conselho de Administração da Sanepar. Ezequias ocupou a diretoria de Relações com Investidores da empresa até junho deste ano, quando saiu para assumir a secretaria.

O secretário ocupa a vaga deixada por Luiz Antonio Leprevost, que renunciou ao conselho para assumir um cargo na Copel. Seu mandato vai até abril de 2014. Ezequias vai acumular os empregos e salários nos dois órgãos do governo. Sua remuneração como secretário do estado é de R\$ 3.928,30, de acordo com informações do Portal da Transparência do Paraná.

O salário que deve receber como conselheiro na Sanepar não foi divulgado. Segundo nota da empresa, em função do “decreto federal que regulamentou a Lei de Acesso à Informação (LAI), em maio de 2012, que preservou as empresas de economia mista, que operam em regime de concorrência, da divulgação de informações que possam gerar judicializações ou conflitar o interesse de sócios minoritários”.

Em 2007, o Ministério Público recebeu a denúncia de que a

sogra de Ezequias, que foi chefe de gabinete do governador Beto Richa (PSDB) quando ele era deputado estadual, recebeu salários da Assembleia por 11 anos sem trabalhar. O atual secretário admitiu a irregularidade e devolveu, em 2008, R\$ 539,4 mil aos cofres públicos. Ele foi condenado por improbidade administrativa em 2012, e ainda responde a uma ação criminal por peculato.

Quando assumiu o governo do estado, em 2011, Richa nomeou Ezequias para o cargo de diretor de Relações com Investidores. Em junho deste ano, ele foi nomeado secretário especial do Cerimonial e de Relações Internacionais. A partir desta nomeação, o secretário passou a ter foro privilegiado na ação criminal à qual ainda responde.

Segundo o estatuto social da Sanepar, o conselho de administração é composto por nove membros titulares e nove suplentes. Eles têm a função de fixar a orientação geral dos negócios da empresa, eleger e destituir a diretoria, aprovar o plano de cargos e salários da companhia, homologar licitações acima de R\$ 2 milhões e deliberar sobre empréstimos a serem contraídos, entre outras funções cruciais para a empresa. O estatuto da empresa diz, ainda, que eles têm a função de deliberar sobre os próprios honorários.

EXPLICAÇÃO

Através de sua assessoria de imprensa, a Sanepar informou que Ezequias foi indicado pelo governo do estado, acionista majoritário da empresa, para assumir a

vaga de Leprevost. Questionada sobre o salário do conselheiro, a assessoria da Sanepar comunicou que é uma opção da empresa não divulgar seus salários, e que se considera isenta da Lei de Acesso à Informação por ser uma empresa de economia mista.

Por meio de nota, o governo do Paraná afirmou que “é uma substituição natural do conselheiro Luiz Antonio Leprevost que foi para a Copel e que, como Ezequias Moreira Rodrigues já atuou como diretor da Sanepar, tem condições adequadas para assumir o posto de conselheiro”.

19 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça
mantém
Cid Vasques
no cargo

Justiça mantém Cid Vasques na Secretaria de Segurança

l Conselho do MP havia negado licença para secretário

Uma decisão liminar proferida pelo Desembargador José Augusto Gomes Aniceto no final da tarde desta quarta-feira determina a permanência de Cid Vasquez no cargo de Secretário de Segurança.

O Conselho do Ministério Público, em sessão realizada na última terça-feira, decidiu, por maioria de votos, que a permanência de Cid Vasquez no cargo de Secretário de Segurança não interessava mais ao Ministério Público e indeferiu o pedido do Governador Beto Ri-



l Vasquez pode ficar no cargo até o julgamento final

cha para que a licença de Cid fosse renovada para que ele continuasse na Secretaria de Segurança. Como membro do Ministério Público, Cid precisa de licença do órgão para atuar fora da carreira, no caso como Secretário de Segurança.

O Governador Beto Richa criticou duramente a decisão do Conselho do Ministério Público, classificando o ato de inaceitável e reafirmando seu desejo de que Cid permanecesse frente a secretaria por estar prestando um bom trabalho.

19 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Professor de informática acusado de abusar de alunas

Homem teria cometido pelo menos 15 estupros

Policiais do Nucía prenderam, na manhã desta quarta-feira (18), no Capão da Imbuia, em Curitiba, o professor de informática Louri Moraes Ramiro, 50 anos, por quinze estupros de vulnerável e armazenamento de cenas de pornografia infantil e juvenil.

Segundo a delegada Sabrina Barreiros, responsável pela investigação, desde o início do ano letivo o núcleo monitorava as ações de Ramiro, que dava aulas de informática em uma escola da Rede Municipal de Ensino de



Ramiro foi denunciado por várias crianças

Curitiba e se aproveitava da proximidade com as crianças para cometer

atos libidinosos.

Durante as aulas ele se aproximava das meninas,

com idades entre 10 e 14 anos, e passava a mão nas partes vítimas delas.



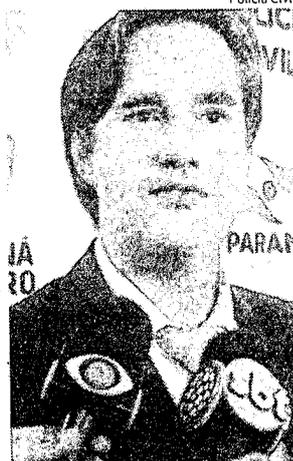
20 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

TJ isenta delegado de incidente em Gravataí

Dois anos após os fatos, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul trancou o processo contra o delegado Renato Bastos Figueiroa, que chefiava o Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial (Tigre) durante operação policial em Gravataí-RS, em dezembro de 2011, quando um brigadiano foi morto.

Figueiroa estava em férias quando houve o confronto entre um bri-



O delegado Figueiroa teve seu processo trancado

gadiano e investigadores do Tigre.

Na denúncia, o Ministério Público gaúcho ignorou esse fato, apontando o delito de omissão penalmente relevante no crime de extorsão mediante sequestro para referido servidor. “Fica aqui o respeito e consideração ao TJ gaúcho que mostrou total imparcialidade no julgamento do habeas corpus”, disse Figueiroa.